



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS
Campus I – Prédio B4, sala 106 – Bairro São José – Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS
Fone (54) 3316-8341 – Fax (54) 3316-8330 – E-mail: mestradolettras@upf.br

Wilian Dal' Ponte

**SOBRE A PELE DO DISCURSO, A TATUAGEM DA LÍNGUA: A
INTERTEXTUALIDADE *STRICTO SENSU* TEMÁTICA E
EXPLÍCITA**

Passo Fundo, abril de 2013

Wilian Dal' Ponte

SOBRE A PELE DO DISCURSO, A TATUAGEM DA LÍNGUA:
A INTERTEXTUALIDADE *STRICTO SENSU* TEMÁTICA E
EXPLÍCITA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Letras, sob a orientação da Prof^a Dr. Claudia Stumpf Toldo Oudeste.

Passo Fundo

2013

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora, por me auxiliarem na elaboração deste trabalho, fortalecendo minha saúde, aumentando minha tranquilidade e conservando minha persistência.

Aos meus familiares que - de um modo ou de outro - foram compreensivos e perceberam que eram personagens indispensáveis na construção de mais uma etapa de minha formação pessoal e profissional.

Ao meu cachorro Dimi, fiel companheiro de todos os momentos, o qual, mesmo não sendo racional, esteve sempre ao meu lado, aliviando o peso das horas e da solidão.

A todos os docentes, colegas (em especial a Keila, querida amiga) e funcionários da Universidade de Passo Fundo que trabalharam junto comigo para que este trabalho ficasse qualificado.

Aos professores Dr. Ermani Cesar de Freitas, Dr. Telisa Furlanetto Graeff e Dr. Carmen Luci da Costa Silva, os quais - em momentos decisivos - estiveram comigo, compartilhando, gentilmente, seu conhecimento.

Por fim, à professora Dr. Claudia Stumpf Toldo Oudeste, que, além de ser uma excelente orientadora, foi amiga e incentivadora no processo de busca pelo novo, permitindo-me partilhar de sua sabedoria, aprofundando meus estudos acerca da temática escolhida à elaboração desta dissertação.

*A linguagem continua sendo o campo hiperextensível do trabalho
intertextual, difícil, a partir daí, de ser medido.*

Tiphaine Samoyault

RESUMO

Durante a elaboração deste trabalho, propomo-nos analisar, devido a sua representatividade aos estudos linguísticos, o método de manifestação da intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita em três textos, ambos pertencentes ao gênero discurso. Tais protótipos escritos foram produzidos por diferentes autores: Pero de Magalhães Gandavo, José Bonifácio e Zilda Arns, em distintos períodos da História do Brasil: o Colonial, o Imperial e o Contemporâneo. Nosso principal objetivo é mostrar o que se convencionou denominar como intertextualidade, enfatizando, especialmente, a tipologia *stricto sensu* temática e explícita. A partir disso, tentaremos responder a alguns questionamentos fundamentais à pesquisa, a qual tem natureza descritiva, bibliográfica e qualitativa: é possível - após um longo tempo de investigações - definir, com exatidão, o que é a intertextualidade? Será essa um conceito estável no que diz respeito à sua caracterização? É ela um constituinte textual indefinido à espera de “arremates” definitivos que sejam capazes de garantir sua estabilidade conceitual? Quais os meandros através dos quais ela se instaura nos discursos? Para o desenvolvimento de tal tarefa, adotamos como principais referências teóricas as obras de Kristeva (1974), Paulino (2005), Koch (2007) e Samoyault (2008). A fim de que o objetivo proposto fosse alcançado, realizamos, após a seleção do *corpus*, a análise em duas etapas: 1) apresentação simultânea, ao leitor, dos fragmentos intertextuais dos três discursos, colocando-os no espaço de discussão reservado a cada uma das duas tipologias inerentes à intertextualidade *stricto sensu* e 2) análise - complementada pela explanação teórico-reflexiva - calcada nos postulados dos autores mencionados e dos demais teóricos que possamos julgar úteis à realização dessa tarefa. Por meio deste estudo, então, percebemos que a intertextualidade é um, dentre outros, elemento constitutivo dos textos, revelando-se através de diferentes facetas tipológicas.

Palavras-chave: Língua, Linguagem, Texto, Discurso, Intertextualidade.

ABSTRACT

During the production of this report, we propose to analyze, due to its representativeness to the linguistics studies, the method of intertextuality's manifestation *stricto sensu* themes and explicit in three texts, both belonging to the speech gender. Those prototypes written were produced by different periods of Brazil's history: the Colonial, the Imperial, and the Contemporary. Our main goal is to show what was stipulated to be named as intertextuality, focusing, mainly, the typology *stricto sensu* themed and explicit. From this, we will try to answer some fundamental questions to the search, which has descriptive nature, bibliographic and qualitative: Is it possible - after a long period of investigations - to define, exactly, what is intertextuality? May it be a stable concept that regards its characterization? Is it an indefinite textual constituting waiting from definitive "arremates" that are capable to ensure its conceptual stability? What are the meanders whereby it establishes itself in the speech? To the development of this task, we adopted as main theoretical reference the titles of Kristeva (1974), Paulino (2005), Koch (2007) e Samoyault (2008). Willing that the proposed goal was achieved, we did, after the selection of the *corpus*, the analysis in two stages: 1) simulcast presentation, to the reader, of the intertextual fragments of the three speech, putting them in the discussion spot saving to each one of the two typologies inherent to Intertextuality *stricto sensu* and 2) analysis - complemented by explanation theoretical-reflexive - pavement on the postulates of the said writers and the other theoretical we may judge useful to the realization of this task. Through this study, then, we noticed that the intertextuality is one, besides other, constructive element of the texts, revealing itself through the different typological facets.

Key-words: Language, Language, Text, Speech, Intertextuality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 TRILHAS E TRAJETÓRIAS: A LINGUÍSTICA TEXTUAL EM CONSTRUÇÃO..	11
1.1 AS RENOVAÇÕES TRAZIDAS PELO PRAGMATISMO, PELO COGNITIVISMO E PELO SOCIOINTERACIONISMO.....	16
1.2 OS PRINCÍPIOS DE CONSTRUÇÃO TEXTUAL DO SENTIDO E OS PRÓXIMOS PASSOS DA LINGUÍSTICA TEXTUAL.....	23
2 A INTERTEXTUALIDADE: SOBRE A PELE DO DISCURSO, A TATUAGEM.....	28
2.1 O CONCEITO DE INTERTEXTUALIDADE: CONTORNOS DE UMA TATUAGEM.....	34
2.2 A INTERTEXTUALIDADE <i>STRICTO SENSU</i> : TIPOLOGIAS CLASSIFICATÓRIAS.....	43
3 A NATUREZA CONSTITUTIVA DO TEXTO E DO DISCURSO.....	49
3.1 O(S) GÊNERO(S) TEXTUAL(IS): O(S) CALEIDOSCÓPIO(S) DA LÍNGUA.....	53
3.2 A ESSÊNCIA CAMALEÔNICA DO GÊNERO DISCURSO.....	61
4 OS PRIMÓRDIOS DA NAÇÃO: O BRASIL COLONIAL.....	67
4.1 O PRECURSOR DOS ESTUDOS HISTÓRICOS BRASILEIROS: PERO DE MAGALHÃES GANDAVO E SEU DISCURSO.....	71
4.2 UMA ETAPA DE TRANSIÇÕES: A PRIMEIRA FASE DO BRASIL IMPERIAL.....	75
4.2.1 O PATRIARCA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: JOSÉ BONIFÁCIO E SEU DISCURSO.....	77
4.3 O PRESENTE INACABADO: O BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	89
4.3.1 A HEROÍNA DA SAÚDE PÚBLICA DAS AMÉRICAS: ZILDA ARNS E SEU DISCURSO.....	91
5 A METODOLOGIA DE PESQUISA E DE ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>.....	99
5.1 A ANÁLISE DAS AMOSTRAS CONSTITUINTES DO <i>CORPUS</i> DE PESQUISA....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	117

INTRODUÇÃO

Este estudo tem a intenção de analisar como a intertextualidade *stricto sensu* se manifesta em textos pertencentes ao gênero discurso. Para o desenvolvimento dessa tarefa, selecionamos três protótipos textuais escritos por diferentes autores em distintos momentos históricos brasileiros: Pero de Magalhães Gandavo (Período Colonial), José Bonifácio (Período Imperial) e Zilda Arns (Período Contemporâneo).

A escolha da temática utilizada à construção dessa atividade reflexiva se deve - inicialmente - ao interesse de realizar um estudo original, contemplando, simultaneamente, duas áreas do conhecimento. A primeira delas é a Linguística. É ela o espaço que comporta, em sua interioridade, a intertextualidade *stricto sensu* e nos permite, assim, aprofundar, teoricamente, tal conceito. A segunda é a História. A partir dessa, ilustraremos épocas que fizeram, e que ainda fazem, parte da essência identitária de nosso país. Essa mescla de diferenciados campos do saber será interessante à medida que possibilitará justapô-los, observando as semelhanças e as diferenças - de ordens diversas - que a partir desse escopo poderemos detectar.

A atividade acadêmico-científica que realizaremos auxiliará, também, os usuários de nosso sistema linguístico, possibilitando que eles compreendam que, quando tratamos do conceito de intertextualidade, se torna impossível concebê-lo como simples junção ou sobreposição de textos, independentemente de sua natureza constitutiva. O aspecto referente à relevância social também é contemplado por nossa pesquisa, pois o viés inclusivo da língua é atendido ao passo que a intertextualidade *stricto sensu* valoriza a conexão e a sobreposição textual, não permitindo, felizmente, entender o texto como elemento dissociado do sistema de comunicação instaurado via-linguagem, sendo ele um instrumento harmônico diante do mundo, da língua e do homem.

O estudo aqui desenvolvido possui caráter descritivo, bibliográfico e qualitativo devido ao fato de ter como finalidade básica observar, compreender e analisar um fato linguístico presente no gênero discurso. Isso colaborará com as ciências textuais, pois permitirá entender o mecanismo de manifestação e de funcionamento da intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita, complementando os estudos que já possam ter sido realizados acerca desse aspecto integrante do texto.

A realização de nossa atividade reflexiva exigiu - em virtude de sua complexidade temática - uma clara definição sobre os aspectos teóricos que seriam tratados ao decorrer da

pesquisa. A abordagem sobre a intertextualidade *stricto sensu* será feita com base nos postulados de Julia Kristeva (1974), Graça Paulino (2005), Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2007) e Tiphaine Samoyault (2008). A utilização desse arcabouço de teorias, nacionais e internacionais, nos faz crer que o leitor compreenderá facilmente de que aspecto linguístico estamos tratando e sob que enfoque ele está sendo discutido.

No que tange ao objetivo geral de nosso trabalho, nos dispusemos a encontrar respostas a quatro perguntas: 1) após a realização de investigações científicas é possível definir - com exatidão - o que é a intertextualidade? 2) Será essa um conceito estável no que diz respeito à sua caracterização? 3) É ela um constituinte textual indefinido à espera de “arremates” definitivos que sejam capazes de garantir sua estabilidade conceitual? 4) Quais os meandros através dos quais ela se instaura nos discursos? O resultado ao qual chegaremos, a partir de tais inquietações, possibilitará ver, nitidamente, a evolução ou a eventual estabilidade da intertextualidade durante o desenvolvimento dos estudos linguísticos ao largo de uma escala evolutiva temporal.

A partir de um estudo minucioso, poderemos dedicar atenção, ainda, a objetivos específicos: 1) avaliar como a intertextualidade *stricto sensu* auxilia na construção dos sentidos dos discursos, 2) determinar, ao final do processo de análise do *corpus*, qual o tipo de intertextualidade *stricto sensu* (temática ou explícita) que apareceu com maior e com menor incidência e 3) comparar (entre os dois discursos masculinos e o feminino), ao término da atividade analítica, em qual dos dois gêneros a intertextualidade *stricto sensu* se revelou mais evidente. Assim, poderemos ter - ao findar nossa discussão - interessantes dados colhidos, provenientes das amostras selecionadas.

A intertextualidade *stricto sensu* é inerente ao texto que é objeto de estudo da Linguística Textual. Diante disso, o primeiro capítulo de nossa dissertação realizará uma explanação teórica acerca dessa área do conhecimento, revelando sua trajetória, ao longo do tempo, mostrando as influências ideológicas que ela sofreu durante seu percurso de estudos ainda inacabado. Utilizamos, para que isso tudo fosse possível, textos de autores brasileiros e estrangeiros como Koch (2004), Mondada (2005), Adam (2011) e Marcuschi (2012).

Em um segundo momento, abordamos - exclusivamente - o objeto motivador de toda nossa reflexão: a intertextualidade. Neste capítulo, construímos um panorama sobre esse conceito, especificando, também, o que é e como se classifica a tipologia intertextual *stricto sensu*. Autores como, por exemplo, Kristeva (1974), Bakhtin (2003), Koch (2004, 2007), Trask (2011), Paulino (2005), Maingueneau (2008) e Samoyault (2008) auxiliam a elucidar tais questões.

A discussão sobre a essência do texto, do gênero textual e do discurso (sendo esse último interpretado, durante toda a extensão de nosso trabalho, como um gênero textual) dá forma ao terceiro capítulo de nossa dissertação. Inseridos nele estão diversos teóricos como Possenti (1993), Bakhtin (2003), Schneuwly (2004), Dolz e Schneuwly (2004), Rojo (2005), Machado (2005), Rodrigues (2005), Meurer (2005), Bentes e Rezende (2008), Nascimento (2008), Maingueneau (2008), Dunker (2008), Bagno (2010), Marcuschi (2010), Antunes (2010), Charaudeau & Maingueneau (2012) e, por fim, Fiorin (2012).

A sequência constitutiva do trabalho é composta pelo quarto capítulo. Nele há uma ramificação por três caminhos distintos: 1) contextualização do período histórico no qual o discurso foi proferido, 2) apresentação biográfica do autor do discurso e 3) o discurso propriamente dito. Para desenvolver esse espaço textual, selecionamos uma clássica trilogia bibliográfica composta pelas obras *História do Brasil Colonial*, *História do Brasil Imperial* e *História do Brasil Contemporâneo*, ambas do autor Luiz Roberto Lopez (1983, 1985 e 1987), além de selecionar textos de outros autores como Figueiredo (2003), Buzaid (1972) e Giannini (2004). Assim, será possível trazer à tona épocas, personagens e discursos diferenciados, conseguindo criar uma espécie de “linha do tempo” por meio do percurso metodológico selecionado à elaboração desse espaço de escrita.

Os procedimentos metodológicos e a atividade analítica são os dois segmentos que compõem - por sua vez - o quinto capítulo. A fim de garantir a eficiência do primeiro momento descrito neste parágrafo, adotamos como condutores de tal tarefa os conceitos teóricos elaborados por Chalmers (1997), além de Prodanov e Freitas (2009).

O último espaço de discussão desta dissertação apresentará, logo, considerações finais elaboradas a partir de todo o percurso realizado neste trabalho. Reflexões como as que nos propomos apresentar nas páginas seguintes se justificam devido à necessidade de compreendermos que o texto, além de ser um poderoso instrumento comunicativo, é um material no qual podem manifestar-se outro(s) texto(s), fazendo da intertextualidade um constituinte que - ao invés de prejudicar - enriquece o texto original que a comporta, tornando ainda mais expressiva a comunicação entre diferentes sujeitos, estando eles em plena sintonia com a realidade da qual são elementos fundamentais.

1 TRILHAS E TRAJETÓRIAS: A LINGUÍSTICA TEXTUAL EM CONSTRUÇÃO

*Abre os olhos e encara a vida! A sina
Tem que cumprir-se! Alarga os horizontes!
Por sobre os lamaçais alteia pontes
Com tuas mãos preciosas de menina*

Os versos de Florbela Espanca¹ traduzem a trajetória desenhada, ao longo de 50 anos, pela Linguística Textual². O enfrentamento do estigma de ser rotulada por alguns como uma não-ciência permitiu que ela, com o passar do tempo, alargasse os horizontes de estudos textuais, desenvolvendo seus próprios conceitos. Com eficiência ela foi, gradualmente, pormenorizando os aspectos textuais, tomando forma definitiva sob o espectro analítico da ciência.

Este capítulo tem o objetivo de revelar os caminhos percorridos por essa ramificação dos estudos do texto. Em um primeiro instante, apresentaremos uma descrição dos momentos iniciais dessa ciência, ilustrando postulados teóricos que a sustentam. Posteriormente, aspectos que influenciaram sua renovação como, por exemplo, o pragmatismo, o cognitivismo e o sociointeracionismo, além de seu futuro enquanto segmento científico em plena expansão serão delineados no decorrer desta atividade reflexiva.

Desenvolvida a partir da segunda metade da década de 60, a Linguística do Texto configura como importante viés de estudo de seu objeto primordial de investigação: o texto. Ela, porém, não observou o texto como o vemos hoje - material teoricamente cristalizado - visto que no decorrer de seu percurso ela teve a preocupação de lançar seu olhar sobre as diferentes concepções de texto que emergiram. Isso fez com que essa ciência abrigasse

¹Florbela d' Alma da Conceição Lobo Espanca nasceu em Vila Viçosa (Alentejo), em 1894. Seus primeiros versos são da época em que fez o curso secundário, em Évora, e que somente viriam a ser reunidos em volume depois da sua morte. Publicou os livros de poesia: *Livro de mágoas*, 1919; *Livro de Soror Saudade*, 1923; *Relíquias*, 1931; *Charneca em flor*, 1929. E contos: *As máscaras do destino*, 1931 e *Dominó negro*, 1931.

²O especialista em Língua Inglesa R. L. Trask, em sua obra intitulada *Dicionário de Linguagem e Linguística* (2011, p. 185) nos descreve que a Linguística Textual se constitui em “uma determinada orientação na análise de **textos** (grifo do autor). A linguística textual é basicamente uma criação da Europa continental, e é especialmente valorizada na Alemanha e na Holanda. Essa orientação concentra suas atenções nos diferentes propósitos dos diferentes textos, e na identificação explícita das propriedades linguísticas formais que distinguem um tipo de texto de outro; essas propriedades são consideradas como o fator que define a **textualidade** (grifo do autor) de um texto. Na década de 1970, um projeto pioneiro da Universidade de Konstanz, na Alemanha, tentou construir uma gramática de texto explícita; o projeto pareceu não ter sucesso, e as investigações que se seguiram caracterizaram-se por uma elaboração e sofisticação maiores. A linguística textual faz um uso pesado dos conceitos e da terminologia linguística corrente, e muito do que se faz nesse campo são tentativas de estender os tipos correntes de análise linguística a unidades maiores do que a sentença. Consequentemente, essa orientação tem muito em comum com a abordagem que, no mundo de língua inglesa, é conhecida como *discourse analysis*, (grifo do autor) e alguns estudiosos que olham para as coisas de fora não conseguem ver grandes diferenças entre as duas. A orientação funcionalista chamada **Linguística Sistêmica** (grifo do autor) compartilha algumas ideias importantes com a linguística textual, mas tem uma natureza bastante diferente”.

diferenças significativas no que tange ao tratamento que deu ao texto ao longo de sua recente história.

Afirmam alguns que a Linguística Textual foi apenas uma intrusa-hospedeira da Linguística. Outros, por sua vez, dizem que ela não passa de um “modismo”, de uma forma passageira de ver o texto e que, em meio a tantas outras correntes teóricas, ela não se sustentará, pois a veem como estanque e limitada. Observamos, entretanto, que a Linguística do Texto se revela como uma ciência ou teoria da linguagem, sendo componente do espectro científico das ciências da língua, estando em seu núcleo central (o texto).

Esses pontos de vista depreciativos em relação à Linguística Textual floresceram a partir do momento em que essa ciência adentrou uma fase de amadurecimento e de consolidação, por meio de bases sólidas e autossustentáveis. As dúvidas a respeito de sua funcionalidade caíram por terra, pois se fosse assim se poderia interrogar, também, de forma equivocada, sobre a existência da Fonética, da Fonologia, da Semântica e da Sintaxe, dentre outras ciências.

A partir do momento no qual cada abordagem científica de estudos referentes à língua e à manifestação dessa por meio da linguagem conquistou representatividade e garantiu sua importância, a Linguística do Texto consolidou-se, definitivamente, como estudo científico. Ela, em seus momentos iniciais, teve algumas intenções quanto aos estudos a serem desenvolvidos. Sobre isso, Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2004, p. 3) esclarece que

na sua fase inicial, que vai, aproximadamente, desde a segunda metade da década de 60 até meados da década de 70, a Linguística Textual teve por preocupação básica, primeiramente, o estudo dos mecanismos interfrásticos que são parte do sistema gramatical da língua, cujo uso garantiria a duas ou mais seqüências o estatuto de texto. Entre os fenômenos a serem explicados, contavam-se a correferência, a pronominalização, a seleção do artigo (definido/indefinido), a ordem das palavras, a relação tema/tópico - rema/comentário, a concordância dos tempos verbais, as relações entre enunciados não ligados por conectores explícitos, diversos fenômenos de ordem prosódica, entre outros. Os estudos seguiam orientações bastante heterogêneas, de cunho ora estruturalista ou gerativista, ora funcionalista.

Nessa perspectiva híbrida, os estudos do texto foram se desenvolvendo, mostrando faces, revelando-se.

A Linguística do Texto também “desenhou” modelos textuais que se manifestaram em diferentes momentos, vividos ao transcorrer de 50 anos de sua existência. Em sua fase mais remota, por exemplo, houve a concepção de texto visto como signo linguístico ou frase complexa, revelando uma postura gramatical acerca da língua. Atendendo aos ditames de ordem semiótica, aquele mesmo texto passou a ser interpretado como um signo, porém mais

expandido e complexo. Nessa mescla de perspectivas sobre a natureza do texto há ainda a manifestação semântica, mostrando que o texto se desenvolve a partir de macroestruturas, diferenciando-se, por exemplo, do texto enquanto ato de fala, oriundo da perspectiva pragmática.

Outras formas de observação textual foram motivos de preocupação da Linguística Textual. Começavam a se revelar aspectos de ordem discursiva - texto enquanto discurso “congelado”, produto acabado - e ganhavam força afirmações que diziam que o texto era um meio específico de comunicação linguística ou um processo que mobilizava operações e processos mentais (perspectiva cognitivista). Houve, se não bastassem essas idealizações, estudos que tinham a intenção de conceber o texto, como fez a perspectiva sociocognitiva-interacional, enquanto lugar de troca entre “atores” sociais, construindo sentidos.

Importante é fazer uma distinção de momentos diferenciados trilhados pela Linguística do Texto. Grosso modo, podemos ver três realidades no âmbito dessa ciência: o período que compreende as análises interfrásticas, justapondo-se a elas as gramáticas textuais; a virada pragmática e, por fim, a virada de cunho cognitivista, à qual se adiciona a perspectiva sociocognitivo-interacionista. Não foram, entretanto, somente esses os “cenários” que constituíram a Linguística Textual, mas tais episódios possibilitaram a evolução desse estudo científico, dando margem para que outros conceitos - moldados à realidade de cada momento - se consolidassem como tradicionais objetos teóricos dos estudos referentes ao texto.

As análises interfrásticas, mesmo configurando-se como modo de observação e análise limitado, constituíram-se como o primeiro modo de “olhar” o texto, estudá-lo e, a partir disso, estabelecer considerações e conclusões. Nesse momento, o texto era interpretado como o produto de um variável referenciamento, fomentado pela junção de unidades da língua que se materializavam através de uma ininterrupta soma pronominal. Até então as reflexões acerca do texto se davam por meio de relações de cunho referencial, principalmente as que diziam respeito aos elementos anafóricos e catafóricos.

Não podemos, porém, desconsiderar a importância de já estarem sendo abordados, naquela época, aspectos que, na atualidade, ainda se mostram caros aos estudos que têm o texto como objeto motivador de suas considerações teóricas. Naquele tempo, contudo, não houve evoluções no âmbito do trabalho desenvolvido com os elementos anafóricos e catafóricos, visto que não se levou em conta a alternativa, por exemplo, de abordagem de fragmentos de maior extensão no estudo interfrástico do texto, independentemente de sua natureza constitutiva.

A possibilidade de transgredir o limite da frase era necessária. Koch (2004, p. 5) argumenta que

como, na construção de um texto, o movimento de retroação, de retomada, é necessariamente acompanhado de outro, o de progressão, muitos autores debruçaram-se sobre os tipos de relações (encadeamentos) que se estabelecem entre enunciados, especialmente quando não assinaladas por conectores, bem como a articulação tema-rema (na perspectiva da Escola Funcionalista de Praga), a seleção dos artigos em enunciados contíguos e assim por diante. Não é de admirar, portanto, que as pesquisas se concentrassem prioritariamente no estudo dos recursos de coesão textual (a propriedade de *cohere, hang together*), a qual, para eles, de certa forma, englobava o da coerência, nesse momento entendida como mera propriedade ou característica do texto. Ainda nessa primeira fase da Linguística Textual, a partir da idéia de que o texto seria simplesmente a unidade linguística mais alta, superior à sentença, surgiu, particularmente (mas não só) entre os linguistas de formação gerativista, a preocupação de construir gramáticas textuais, por analogia com as gramáticas da frase. Isto é, tratava-se de descrever categorias e regras de combinação da entidade T (texto) em L (determinada língua).

Gradativamente, os estudos referentes ao texto iniciam um novo momento: surgem as gramáticas textuais. Elas atuam como auxiliares na tentativa de fazer com que as análises interfrásticas rompessem as barreiras frasais, ganhando novas dimensões no corpo textual.

As gramáticas do texto teriam outras funções também representativas. A primeira delas seria a de fazer a verificação da textualidade, ou seja, observar os princípios constitutivos do texto e os fatores que estabeleceriam a coerência. A completude, além disso, é uma das características mais importantes do texto. Na tentativa de atender a essa necessidade, as gramáticas textuais apontariam critérios que auxiliariam na delimitação textual. E, como complemento a esses aspectos, caberia às gramáticas de estudo do texto a tarefa de diferenciar as espécies textuais, separando-as de acordo com sua constituição.

Iniciava, dessa maneira, outro modo de conceber o texto, vendo-o como signo linguístico de primeira ordem. Já os seus componentes são interpretados como signos de segunda ordem, parciais. O método que vigorou até então - ascendente, ou seja, do nível frasal em direção ao nível textual - já não perdura.

O limite frasal fora ultrapassado. Embebidos pelo pioneirismo transgressor, os primeiros gramáticos de textos iniciam seu trabalho para além da estrutura mínima da língua - a frase. Nesse espectro, Harald Weinrich (1964, 1971 e 1976 *apud* Koch 2004), de formação estruturalista, idealiza sua gramática textual sob a égide da macrossintaxe discursiva, abordando tópicos como, por exemplo, advérbios, artigos e verbos, dentre outras categorias gramaticais. Ele utiliza o método denominado “partitura textual”. Essa metodologia consistia em agrupar a análise de acordo com o tipo de palavras e a estrutura sintática em um modelo

único. O texto, na perspectiva de Weinrich, atuaria, dessa maneira, como uma junção uniforme de morfemas e lexemas. Tais estruturas linguísticas estariam em consonância e constituiriam, por fim, o contexto.

Através do desenvolvimento de seus estudos, Harald Weinrich escreve a *Textgrammatik der französischen Sprache* (Gramática textual de língua francesa) no ano de 1982 e, em 1993, ele lança a *Textgrammatik der Deutschen Sprache* (Gramática textual da língua alemã). Em ambos exemplares fica evidente a estrutura determinativa do texto, na qual todos os elementos estão interligados, possibilitando a constituição de um contexto linguístico específico.

Ainda atento à representatividade do contexto, surge um novo modelo de gramática de texto, idealizada por Janos Petöfi (1973 *apud* Koch 2004). Nesse protótipo gramatical ganha destaque o léxico e sua representatividade no que tange à semântica intencional. A gramática de Petöfi contribuiu na tarefa da análise textual, pois permitiu realizar uma atribuição linear das múltiplas manifestações textuais, além de possibilitar que o mecanismo de síntese de textos se tornasse uma tarefa mais simples, facilitando a técnica de comparação. O modelo gramatical idealizado por Petöfi foi, na época de sua propagação, bastante inovador.

A evolução da língua por meio da representatividade das gramáticas de texto é evidente. Outro autor surgiu, em 1972, como símbolo desse período: Teun van Dijk. Ele, um dos pioneiros da Linguística Textual, conseguiu realizar um percurso rico em se tratando de texto e de discurso. A gramática idealizada por van Dijk estava embasada em princípios representativos à época: seu modelo gramatical valorizava a lógica formal. Sua proposta teórica fez a junção entre o enunciado e a estrutura mais evoluída (o texto), elucidando que a gramática textual tem como tarefa primordial especificar estruturas linguísticas mais profundas - as macroestruturas textuais.

Outros aspectos fundamentaram a iniciativa de van Dijk em elaborar sua gramática. Era preciso que as gramáticas de texto soubessem dar subsídios à interpretação de enunciados mais complexos compostos por sequências de frases, estabelecendo relações de ordem semântica. As propriedades dos períodos compostos, as unidades suprassentenciais (parágrafos, sequências e a macroestrutura textual), a relação entre atos e macroatos de fala, o relacionamento sistemático do texto com outras teorias discursivas, a elaboração de modelos cognitivos de compreensão, desenvolvimento e produção da linguagem, além do estudo do texto e da conversação em realidades comunicativas interacionais foram motivadores para que Teun van Dijk organizasse uma gramática de texto atenta aos seus usuários e à língua, enquanto balizadora do universo comunicativo.

As gramáticas que iam ao encontro do texto foram reforçadas pelo viés de natureza semântica. Tópicos como as cadeias de isotopias, a relação de sentidos produzidos entre enunciados que não possuíam conectores explícitos e as pressuposições foram estudados e possibilitaram a oportunidade de perceber a natureza sintático-semântica dos enunciados.

Outros autores lograram representatividade naquela época, mesmo não tendo confeccionado gramáticas textuais. Charolles (1978 *apud* Koch 2004), por exemplo, elaborou quatro macrorregras referentes à coerência do texto - repetição, progressão, não-contradição e relação - que são utilizadas, hoje, nos estudos da Linguística Textual. Dressler (1970 e 1972 *apud* Koch 2004) também aparece como expoente nos estudos que se relacionam ao texto. Sua perspectiva teórica possibilitou ver que as relações de sentido conseguem ser produzidas entre segmentos de um mesmo texto e não apenas em frases analisadas de modo isolado.

O conceito de texto se mostrou capaz de estar suscetível às mudanças que ocorreram ao longo do tempo. Primeiramente, foi nomeado como um instrumento que atendia às expectativas frasais (análises interfrásticas). Depois, as gramáticas criadas por diferentes estudiosos deram uma nova roupagem às antigas análises feitas entre as frases e, assim, a Linguística do Texto viveu um novo momento. O estudioso Jean-Michel Adam (2011, p. 25) explica, diante disso, que a “linguística textual tem como ambição fornecer instrumentos de leitura das produções discursivas humanas”. Essa evolução, entretanto, não se findou no espaço até então percorrido. Novas facetas textuais ganharam dimensões mais expressivas: é o tempo de viver as “viradas” linguísticas.

A seção seguinte deste exercício teórico-reflexivo irá trazer à tona três perspectivas diferenciadas no que tange ao estudo do texto: o pragmatismo, o cognitivismo e o sociointeracionismo. Isso possibilitará compreender como a Linguística Textual esteve em ininterrupta atividade de transformação, consolidando-se, ao longo do tempo, como importante viés científico contemplador do texto, da língua e, conseqüentemente, da linguagem.

1.1 AS RENOVAÇÕES TRAZIDAS PELO PRAGMATISMO, PELO COGNITIVISMO E PELO SOCIOINTERACIONISMO

A evolução dos estudos do texto e de uma Teoria do Texto foi notória. Era a época dos linguistas de texto vivenciarem novos momentos, outras etapas. Isso somente foi possível graças à ousadia de teóricos que se propuseram, mesmo tendo de enfrentar a resistência, a olhar de outro modo o seu objeto de análise: o texto.

O surgimento das teorias de base comunicativa floresceram à medida que autores como, por exemplo, Heinemann e Viehweger (1991 *apud* Koch 2004) diferenciaram dois tipos de modelos textuais: os contextuais e os comunicativos. Já não se sustentava a atitude de ver a língua apenas como um sistema comunicativo dotado de autonomia. Era preciso valorizar sua capacidade de desmaterializar-se e reconstruir-se por meio dos processos de interação que se desenvolviam no seio da sociedade.

A partir dessa nova perspectiva (a pragmática), os textos não se configuravam mais como materiais “sólidos” e acabados, visto que eram elementos constituintes de atividades mais elaboradas que atendiam às necessidades comunicacionais dos seus usuários, ou seja, dos falantes. Essa mudança de natureza pragmática, vivenciada na metade da década de 70, foi influenciada, sem dúvida, por diversas áreas do conhecimento como, por exemplo, a Psicologia da Linguagem, a Psicologia da Atividade de origem soviética, além da Filosofia da Linguagem oriunda da Escola de Oxford.

Em virtude das novas perspectivas conceituais legadas à Linguística Textual, por meio dessas fontes teóricas, foi possível atribuir ao texto a condição de ser ele uma ação verbal. O panorama pragmático começa, então, a configurar-se como nova perspectiva de abordagem textual. Autores como Isenberg (1976 *apud* Koch 2004) tornam pública a metodologia que possibilita fazer uma descrição da geração e da posterior interpretação seguida da análise de textos. Acerca disso, torna-se evidente que a intenção de cada falante é determinada pela relação existente entre os vários elementos que configuram o texto. Cada uma dessas segmentações textuais é orientada por meio do sistema cognitivo individual do falante, fazendo com que esse compreenda e interprete o texto em sua integridade, a qual é emoldurada pelo plano global do material escrito. Isso possibilitou, ao usuário da língua, a oportunidade de refletir sobre o “para quê” do texto, ou seja, sua intenção.

Outras orientações complementaram esse conceito. A que vê o componente textual como um “jogo de atuação comunicativa” concebida por Schmidt (1973 *apud* Koch 2004) permitiu aos estudos da época a possibilidade de entender que o texto possuía uma função comunicativa identificável que favorecia a solidificação de um potencial ilocutório determinado (a sociocomunicação). O texto, dessa maneira, assume certa funcionalidade (textos-em-função) que oportuniza maior mobilidade em relação à comunicação na qual ele atua como elemento indispensável.

A concepção de texto enquanto sequência hierarquicamente organizada de atividades desenvolvidas pelos interlocutores envolvidos no ato de comunicação emerge através das reflexões feitas por Motsch & Pasch (1987 *apud* Koch 2004). Nela é preciso, por exemplo,

que o enunciatário (receptor) compreenda o real objetivo do enunciador (emissor). Esse canal de transmissão depende, por sua vez, da formulação adequada do conteúdo que se pretende enunciar. Aceitar ou renegar a informação contida em tal processo se configura como fator determinante para que a ação - a própria comunicação - se realize.

O caráter pragmático que agora reveste o texto sofre a influência de algumas diretrizes que o conduzem a futuras transformações. O uso da língua é uma ação que se orienta pelos parceiros que desempenham atividades no processo de interação. Inseridos no universo linguístico, os enunciados são desenvolvidos por meio de estruturas proposicionais que orientam ações ou planos comunicativos. Em consonância a isso, o falante tem a possibilidade de atuar com liberdade, ou seja, ele pode fazer escolhas em seu repertório linguístico para, então, por meio da verbalização, construir a comunicação.

O grande personagem, entretanto, da fase compreendida como “virada pragmática” foi Teun van Dijk. Ele inicia, no início da década de 80, os estudos referentes às relações (discursivo-argumentativas) funcionais no discurso, isto é, a dependência existente entre enunciados. Há, assim, uma orientação a perceber que o texto, ademais de ter a macroestrutura semântica, comporta em seu esteio outra macroestrutura: a pragmática. Essa nova caracterização introduz o conceito tão representativo à Linguística do Texto de (macro) ato de fala. Subordinadamente a ele estão os possíveis atos de fala desencadeados por enunciados integrantes do texto, facilitando seu processamento. Por meio desse universo teórico a coerência, por exemplo, não se materializa sem a presença indispensável da interação e de aspectos particulares do interlocutor: as suas crenças, os seus desejos, as preferências, os valores e as normas.

O panorama conceitual de van Dijk permitiu que estudiosos como Charolles (1983 *apud* Koch 2004) evoluíssem em seus estudos. O conceito de coerência desse passou a ser entendido como um princípio interpretativo do ato discursivo. A incoerência enunciativa é, a partir disso, uma propriedade que já não se sustenta, pois em determinado contexto uma informação que pareça incoerente já não o é, fazendo sentido.

O momento seguinte ao pragmático está, graças ao caminho até então trilhado, preparado. Surge uma nova “virada”: a cognitivista.

A mente humana é desafiadora e serve, até a atualidade, como objeto de discussão científica. Na década de 80, isso já era motivo de estudos mais profundos. No universo do texto começa a ganhar espaço a perspectiva que considera a ação um ato acompanhado de operações mentais, ou seja, são aspectos de ordem cognitiva que regem o homem em seus

atos de comunicação. O linguista Luiz Antônio Marcuschi (2012, p. 30) argumenta que por meio das operações de ordem cognitiva

o texto forma uma rede em várias dimensões e se dá como um complexo processo de mapeamento cognitivo de fatores a serem considerados na sua produção e recepção. O texto não é o resultado automático de uma série finita de passos em que se usaram algumas regras recorrentes observando a boa formação frasal de todas as relações na sequência, ao qual se aplicaria algum componente interpretativo. Em suma, o texto é algo essencialmente diverso de uma sentença muito longa.

A nova fase vivenciada pela Linguística Textual - cognitivista - encontra amparo em nomes importantes como os de Beaugrande & Dressler (1981 *apud* Koch 2004). O texto tem como fundamento inicial de sua elaboração um número variável de operações de ordem cognitiva, as quais se encontram conexas, interligadas. Estaria encarregada a Linguística do Texto, a partir desse momento, de desenvolver modelos de descrição textual procedurais. Tais metodologias procedimentais seriam, assim, capazes de integrar os diversificados sistemas de conhecimentos dos indivíduos envolvidos na atividade comunicativa. Esse modelo procedural de processamento de textos atuaria como fator de atualização das motivações e estratégias de elaboração e entendimento de diferentes textos.

O processamento do texto é tarefa que cabe, de acordo com a perspectiva de ordem cognitiva, à mente. Ela, no desempenho dessa tarefa que lhe é legada, ativa quatro tipologias diferentes de conhecimento sistemático: o linguístico, o enciclopédico, o interacional e o que compreende os modelos textuais globais.

Há de se mencionar, também, que alguns modelos de cunho cognitivo são originários de dois cenários de estudos diversificados: a Inteligência Artificial e a Psicologia da Cognição. Os modelos, grosso modo, se constituem como conhecimentos socioculturalmente determinados, adquiridos por meio das práticas vivenciais humanas. Eles abrigam, sem dúvida, conhecimentos acerca de cenas, eventos e situações, além de estarem estreitamente relacionados a procedimentos mentais que são utilizados com a finalidade de responder a estímulos exteriores de ativação.

O homem, com base em alguns modelos mentais de decodificação de informações, tem a possibilidade de estudar, por exemplo, hipóteses, criar expectativas acerca dos campos referentes ao léxico que podem ser, ou não, preenchidos, além de produzir inferências que permitem eliminar incompletudes que possam estar presentes na superfície do texto.

Não esgotadas as reflexões acerca dos procedimentos mentais utilizados pelo indivíduo na atividade de processamento de informações textuais, Heinemann & Viehweger

(1991 *apud* Koch 2004) destacam algumas tipologias referentes a esses conhecimentos: sociointeracional, ilocucional, comunicacional e metacomunicativo, dentre outras. Cada um desses sistemas é correspondente, dessa forma, a um conhecimento de cunho específico sobre como colocá-lo em funcionamento por meio de estratégias procedurais (procedimentos ou rotinas por meio dos quais essas estruturas fundamentais da mente são ativadas na atividade de processamento textual).

Isso tudo permite perceber que o ato de processamento mental do texto obedece a princípios estratégicos. É necessário, porém, que tais técnicas de mobilização estratégica sejam realizadas momentaneamente - *on line* - para que essa “rede” de informações cumpra seu papel de ferramenta mediadora da leitura textual.

As técnicas até então delineadas pelos estudos de ordem cognitivista são, assim, hipóteses de cunho operacional atuantes sobre a estrutura e sobre a propriedade semântica de um texto, seja ele fragmentado, seja inteiramente compactado.

Outros estudiosos contribuíram com postulados importantes sobre as questões que se referem à propriedade mental de, a partir de estímulos mais específicos, reconhecê-los, compreendê-los e, ao final desse percurso cognitivo, interpretá-los. Van Dijk & Kintsch (1983 *apud* Koch 2004) elencam, como metodologias de processamento cognitivo, as estratégias proposicionais, as de coerência local, as macroestratégias, as estratégias esquemáticas ou superestruturais, além das de ordem estilística, retórica, não-verbal e, por fim, conversacional.

As estratégias de processamento mental do texto ou de fragmentos dele exigem cálculos mentais por parte do interlocutor. Exemplo disso são as inferências, visto que elas oportunizam criar novas informações de caráter semântico a partir de um conhecimento previamente manifestado, em certo contexto. O leitor constrói, por meio dessa reatualização das informações, novos conceitos que atendem ao seu potencial cognitivo.

Em sincronia a tais orientações, Koch (2004, p. 27) reforça, através de seu conhecimento técnico, as informações sobre a natureza cognitiva, salientando que todo e qualquer processo de compreensão pressupõe

atividades do ouvinte/leitor, de modo que se caracteriza como um processo ativo e contínuo de construção - e não apenas de reconstrução -, no qual as unidades de sentido ativadas, a partir do texto, se conectam a elementos suplementares de conhecimento extraídos de um modelo global também ativado em sua memória. Por ocasião da produção, o locutor já prevê essas inferências na medida em que deixa implícitas certas partes do texto, pressupondo que tais lacunas venham a ser preenchidas sem dificuldades pelo interlocutor com base em seus conhecimentos prévios. Por esta razão, dependendo desses conhecimentos e do contexto, diferentes interlocutores poderão construir interpretações diferentes do mesmo texto. Os textos só se tornam coerentes para o leitor/ouvinte por meio de inferenciação.

A interação é uma das características que se mostram mais presentes entre os homens, estando eles integrados a uma determinada comunidade. O planejamento mental de processamento da informação acolhe em seu espectro teórico outras estratégias como, por exemplo, as sociocognitivo-interacionais. Socioculturalmente determinadas, elas têm o objetivo de estabelecer, garantir e conduzir com eficácia a interação verbal humana. Dentre elas destacam-se as estratégias de preservação das faces (*facework*), além das técnicas de polidez, negociação e atribuição de causas aos mal-entendidos, dentre outras.

A Linguística do Texto valoriza, por meio de seu arcabouço de conceitos, aspectos não tão “artificializados” da língua como o sucesso comunicativo inserido no macrouniverso da interação. A interioridade - representada pela mente - e a exterioridade - materializada através das relações sociais - foram aspectos valorizados pelos estudiosos cognitivistas. Contudo, um outro aspecto surge nesses estudos: a separação entre a realidade exterior e a interior, abrangendo, por meio disso, a dissociação existente entre os fenômenos de ordem mental e os de caráter social. A perspectiva sociocognitivo-interacionista começa, então, a delinear-se.

Importante é fazer menção ao fato que o cognitivismo, compreendido aqui como ciência, vem desenvolvendo seus estudos estabelecendo uma diferenciação entre os processos cognitivos que ocorrem no interior da mente humana e os que se dão fora dela. Outro aspecto fundamental que deve ser esclarecido é que para as ciências cognitivas interessa explicar, acima de tudo, como os conhecimentos individuais são organizados na mente e, também, como eles são acionados quando os indivíduos têm de responder às necessidades que lhes são apresentadas pelo espaço exterior a ela. O ambiente, nessa perspectiva, atuaria como um complemento à estrutura mental interna, ou seja, ele seria uma “fonte” de informações à mente individual.

A perspectiva sociocognitivo-interacionista está atenta, não obstante, ao viés cultural que perpassa a sociedade. O falante mobiliza aspectos armazenados mentalmente para compartilhá-los à exterioridade no processo de interação comunicativa. A cultura, a partir disso, depende do conjunto de mentes que a constitui.

No que concerne ao espectro de estudos que relaciona a mente, o corpo e o universo exterior a esses dois índices, Marcuschi (2012, p. 29-30, grifo do autor) explicita que um

texto está submetido tanto a controles e estabilizadores *internos* como *externos*, de modo que uma LT razoável não deve considerar a estrutura linguística como fator único para a produção, estabilidade e funcionamento do texto. Nem se pode tratar o texto simplesmente como uma unidade maior que a sentença, pois ele é uma entidade de outra ordem na medida em que é uma *ocorrência na comunicação*.

A cognição, além de configurar-se como processo valorizador de aspectos culturais, é o resultado de ações individuais motivadas por capacidades sensório-motoras. Há, desse modo, engajamento entre mente - enquanto motivadora dos processos de ordem sociocognitivo-interacionista - aspectos culturais e componentes sociais, fazendo com que o indivíduo tenha sua comunicação facilitada.

Mente e corpo, nessa perspectiva teórica, são entidades relacionadas, pois a mente é um fenômeno corporificado (materializado) no qual os aspectos motores e os reflexos perceptuais se fundem em atividade de plena interrelação.

As operações que obedecem aos preceitos sociocognitivo-interacionistas não se desenvolvem apenas na interioridade individual (mental) do sujeito que experimenta tal processo interativo. Elas são o produto da multiplicidade de práticas pelos homens realizadas, configurando-se como rotinas estratificadas. Todas essas “tarefas” mentalmente processadas são, na perspectiva da Linguística do Texto, práticas desenvolvidas que organizam o extrato social e as atividades relacionadas à mente humana, a partir das atitudes escolhidas pelo homem rumo à concretização das atribuições cotidianas que por ele devem ser executadas.

Outro exemplo de ação conjunta - inserido no espectro sociocognitivo-interacionista - é a ação verbal. O uso da linguagem, fato motivador dessa atividade, se constitui como espaço de engajamento em ações, nas quais a linguagem verbal é a própria ação do processo que aí se desenvolve. Essas atividades ocorrem no âmbito do contexto social, exercendo finalidades que comportam em si naturezas constitutivas distribuídas socialmente.

O sociointeracionismo concebe, além disso, a linguagem como uma prática compartilhada capaz de percorrer um caminho de duas direções: intercognitivo (relacionando o sujeito e o mundo) e intracognitivo (abrangendo a linguagem e outros fenômenos de caráter cognitivista). É evidente, então, a relação que se estabelece entre linguagem e cognição, visto que é impossível conceber domínios cognitivos exteriores à linguagem e à interação humana. O mundo biológico, o universo social e, principalmente, a realidade cultural são mediados, sem dúvida, pela linguagem.

A partir do percurso desenvolvido pela orientação sociocognitivo-interacionista, as ciências do texto ampliaram sua dimensão no que se refere aos estudos científicos. Koch (2004, p. 32-33) posiciona-se, afirmando que dentro dessa concepção, amplia-se, mais uma vez, a noção

de contexto, tão cara à Linguística Textual. Se, inicialmente, quando das análises transfrásticas, o contexto era visto apenas como co-texto (segmentos textuais precedentes e subsequentes ao fenômeno em estudo), tendo, quando da introdução

da pragmática, passado a abranger primeiramente a situação comunicativa e, posteriormente, o entorno sócio-histórico-cultural, representado na memória por meio de modelos cognitivos, ele passa a constituir agora a própria interação e seus sujeitos: o contexto constrói-se, em grande parte, na própria interação. Portanto, na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que - dialogicamente - nele se constroem e por ele são construídos. A produção de linguagem constitui *atividade interativa* altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução - e dos próprios sujeitos no momento da interação verbal.

A Linguística Textual avançou, ao longo da década de 80, permitindo que mudanças pudessem ocorrer no universo textual. As análises interfrásticas, ponto de partida desse avanço, não se sustentaram por muito tempo, devido à propriedade de não-limitação do texto à microunidades de observação e de análises. O pragmatismo - que compôs a primeira “virada” linguística - foi complementado por outras orientações: a cognitivista (segunda “virada”), portadora de avanços que impulsionaram o viés sociocognitivo-interacionista.

Isso tudo possibilitou que a linguística relacionada ao estudo do texto iniciasse a exploração científica de outras propriedades, consolidando novos conceitos.

O desafio de transgredir - positivamente - seus próprios limites foi legado à Linguística do Texto. Novos horizontes e perspectivas de estudo dos princípios de construção textual são desafios atribuídos a essa área do conhecimento, garantindo a oportunidade de ela ampliar seus próprios conceitos, como já o fez anteriormente, estando em consonância à propriedade evolutiva que perpassa a língua.

O espaço reflexivo que dá prosseguimento a essa discussão fará considerações acerca de dois aspectos relevantes aos estudos textuais: o sentido (incluindo seus mecanismos de construção) e os prováveis caminhos que farão parte da trajetória a ser desenvolvida pela Linguística do Texto.

1.2 OS PRINCÍPIOS DE CONSTRUÇÃO TEXTUAL DO SENTIDO E OS PRÓXIMOS PASSOS DA LINGUÍSTICA TEXTUAL

Uma das preocupações das ciências que se ocuparam em investigar o texto ao longo dos tempos foi a questão referente ao sentido que ele podia, ou não, construir. Beugrande & Dressler (1981 *apud* Koch 2004) apresentaram critérios que, em sua perspectiva, garantiriam ao texto a construção de seus múltiplos sentidos representados por meio de sua significação.

A partir disso, tais estudiosos elencaram dois desses critérios como normas centradas no texto: a coesão e a coerência. Já os outros cinco estariam relacionados, diretamente, ao usuário do sistema linguístico: situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade.

Dentre esses conceitos preestabelecidos os que ganharam maior dimensão foram a coesão e a coerência textuais. Convencionou-se denominar como coesão o modo pelo qual os elementos inerentes à língua, presentes na superfície do texto, se relacionam através de interconexões. Essas, por sua vez, dariam ao material escrito a propriedade de tessitura (texto visto como um tecido, cujos fios se entrelaçam), diferenciando qualitativamente o texto, por exemplo, da frase.

Pesquisadores que fizeram do texto seu principal material de observação e análise sentiram a necessidade de dividir a coesão em dois grupos. O primeiro deles refere-se à remissão e à referência a elementos anteriores no texto (coesão remissiva e referencial). O segundo, ao contrário, faz referência aos elementos que garantem progressão ao texto (coesão sequencial). Koch (2004, p. 36) mostra que no primeiro grupo “ficaram incluídas a referência, a substituição e a elipse de Halliday, bem como parcela significativa da coesão lexical; ao passo que o segundo passou a englobar a outra parcela da coesão lexical, bem como a conexão (*conjunção hallidiana*)”. O texto, dessa maneira, continua evoluindo se comparado, por exemplo, aos momentos iniciais da Linguística do Texto, partindo de dimensões limitantes (nível interfrasal), chegando a universos amplos (macroestruturais).

Outro aspecto que se encontra centrado no texto é a coerência. O que se configura, porém, como coerência nessa perspectiva de estudos? Essa propriedade diz respeito ao modo como os elementos textuais, em sincronia, conseguem gerar sentidos. A coerência, então, em parceria com a coesão, constitui um aparato capaz de dar ao texto dinamismo e mobilidade, propriedades limitadas nas antigas análises interfrásticas do início da década de 80.

O sentido textual não se constrói apenas por meio desses critérios sem a contribuição de outros suportes conceituais. Como complemento a essa hipótese está a situacionalidade. Ela refere-se ao modo como a situação que “emoldura” o texto se desenvolve facilitando ou, em alguns casos, dificultando a produção ou a recepção dele. Duas direções distintas perpassam essa propriedade: a primeira dá-se da situação para o texto; a segunda se desenvolve a partir do texto, indo em direção à situação.

A informatividade, segundo critério de construção textual do sentido centrado no usuário, diz respeito à propriedade distributiva das informações que se materializam na superfície do texto. Ela pode representar, também, o grau de previsibilidade ou de

redundância que uma informação contida em um elemento escrito possui ao ser veiculada na atividade de comunicação.

Além desses critérios até então elencados (referentes ao usuário do sistema linguístico), outros três merecem destaque: a intertextualidade, a intencionalidade e a aceitabilidade.

O ato de compreender como a elaboração ou a recepção de um texto depende de outros textos fez com que a intertextualidade fosse objeto de estudo científico ao longo do tempo. A relação que um texto mantém com outro(s) texto(s) é fundamental à consolidação dos sentidos que, juntos, permitem a multiplicidade de interpretações. Já a intencionalidade, por exemplo, está diretamente relacionada aos diversos modos por meio dos quais o sujeito usa o texto na realização de suas intenções comunicativas. Essa intenção deve, entretanto, ser coesa e coerente mesmo que ela, ao final do processo intencionado, efetivamente não se realize. Em oposição à intencionalidade está, pois, a aceitabilidade. Para que uma dada intenção se confirme na esfera prática é necessário que o parceiro da comunicação estabeleça um “jogo” de atuação comunicativa, ou seja, é preciso que o emissor propague um conteúdo conveniente ao receptor para que esse possa aceitá-lo, atribuindo-se, desse modo, sucesso à performance interativa.

Os postulados de Beaugrande & Dressler (1981 *apud* Koch 2004) também foram passíveis de evolução. A partir disso, outros elementos que atuavam como responsáveis pela coerência do texto foram apresentados: fatores de contextualização, consistência e relevância, focalização e conhecimento compartilhado.

Essa evolução foi representativa ao passo que orientou a tomada de outros caminhos a serem seguidos pela Linguística Textual. Os estudos referentes à Linguística do Texto privilegiaram, a partir disso, alguns objetos que lhe pareceram mais representativos.

A referenciação³, por exemplo, vem sendo hoje um dos elementos teóricos mais observados no âmbito da ciência textual. O ato de referir, nesse sentido, se mostra como

³As estudiosas da língua Ingedore Villaça Koch, Edwiges Maria Morato e Anna Christina Bentes, na obra denominada *Referenciação e Discurso* (2005, p. 7) acerca do fenômeno textual da referenciação ilustram, claramente, que “entre os temas que têm perpassado as reflexões sobre a linguagem, a questão da referência é, sem dúvida, um dos mais recorrentes e instigantes, como nos têm apontado com agudeza filósofos, lingüistas, lógicos, semióticos, analistas do discurso, psicólogos, sociólogos. Tradicionalmente, a referência tem sido entendida como um problema de representação do mundo, devendo, destarte, as formas lingüísticas selecionadas para tal fim ser avaliadas em termos vericondicionais, ou seja, de correspondência ou não com os objetos do “mundo real” que lhes cabe espelhar”. Ainda discutindo a importância da referenciação ao processo de elaboração e organização do texto, Koch, Morato e Bentes (2005, p. 9) explicitam que se a noção de referenciação “coloca algo de novo no horizonte sobre o debate em torno do problema da referência é porque ela vem acompanhada de outras noções que, embora não sejam também novas ou reservadas à Lingüística, como a noção de discurso, têm emprestado um novo rigor aos estudos da linguagem. Como a noção de referência, a de

atividade que se realiza por meio da língua sem desencadear, como consequência direta disso, relações de cunho especular entre a língua (fenômeno distintivo humano) e o mundo (cenário de recepção das práticas languageiras). Essa característica textual estabelece, também, a construção e a reconstrução de diferentes objetos de discurso.

Ainda refletindo sobre isso, Koch (2004, p. 61) explica que os processos de referenciação

são escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constróem-na no próprio processo de interação. Ou seja: a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com o entorno físico, social e cultural. Assim sendo, defendemos a tese de que o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção.

A referenciação é, assim, uma atividade operacional por meio da qual os objetos de discurso vão, intercaladamente, sendo construídos e também reconstruídos no desenvolvimento da interação verbal. Esse mecanismo permite a recategorização e a transformação de elementos necessários à progressão textual.

O fenômeno da referência, de acordo com a perspectiva de Lorenza Mondada (2005, p. 11), atravessa

a filosofia da linguagem e a Lingüística, assumindo formas teóricas diferenciadas: para uns, a referência é concebida no interior de um modelo de correspondência entre as palavras do discurso e os objetos do mundo, de modo que a validade das primeiras é avaliada em um quadro vericondicional; para outros, a referência é resultado de um processo dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro das intenções entre locutores, e é suscetível de se transformar no curso dos desenvolvimentos discursivos, de acordos e desacordos. Enquanto a primeira posição se esteia em uma longa tradição filosófica e lógica, a segunda tem origem em reflexões provenientes das ciências humanas e sociais, que se beneficiaram, a par de aportes de outras correntes teóricas (como a pragmática, a fenomenologia, a teoria social, o interacionismo simbólico), da abertura contemporânea da Lingüística aos dados empíricos, recolhidos em terrenos autênticos, diferenciados, complexos, muito distantes dos dados de gabinete fornecidos durante muito tempo aos lingüistas pela sua introspecção.

discurso, vale lembrar, tem sido também incorporada ou abordada por vários e distintos campos disciplinares. Assim como a de referenciação, ela conhece uma força inovadora na segunda metade do século XX, com o declínio de tendências fortemente estruturalistas, logicistas, internalistas. Contudo, embora não pareça extraordinário relacionar referenciação e práticas discursivas (extraordinário seria à hora atual negligenciarmos a natureza discursiva da construção da referência!), os estudos sistemáticos sobre o tema têm ainda uma história relativamente recente entre nós”.

Em se tratando de renovações que ocorrem no âmbito do texto, a progressão configura-se como um dos elementos mais significativos. Ela se desenvolve, por exemplo, por meio de algumas categorizações que lhe são oportunas: reiteração de itens lexicais, paralelismos, paráfrases, recorrência de elementos fonológicos e de tempos verbais, dentre outras. Aspectos como os encadeamentos também enriquecem o panorama de abrangência da progressão (temática⁴ e tópica⁵), a qual atua na tentativa de fazer com que o texto se desenvolva com maior fluência e naturalidade.

Valiosos objetos da Linguística do Texto são, também, os marcadores discursivos. Eles são os responsáveis pelo encadeamento de segmentos textuais, sejam esses mais breves (frases, períodos e parágrafos), sejam mais extensos (sequências textuais ou partes inteiras de um texto). Articuladores de conteúdo proposicional, discursivo-argumentativos, organizadores, continuadores, metadiscursivos, metaformativos, além dos metaenunciativos fazem com que os desdobramentos textuais funcionem de modo sistemático, favorecendo a compreensão e veiculação semântica dos enunciados.

Nessa trajetória que se desenvolveu de maneira contínua ao longo da década de 80, tópicos literalmente novos foram absorvidos pela Linguística do Texto. Um desses, dentre outros tantos, são os gêneros textuais. Se o texto é o objeto que motiva a Linguística Textual a “caminhar” ao encontro de novas perspectivas científicas, nada se torna mais significativo que amparar esse andamento nas considerações que se fazem em torno dos gêneros.

A Linguística do Texto foi, desde o seu aparecimento, um campo de estudos capaz de “metamorfosar-se”, estando compromissada com as necessidades que se impunham diante de sua realidade particular de observação.

Um questionamento instigante se apresenta, porém, diante dela: há perspectivas de evolução a essa ciência no presente e no futuro? Os mais pessimistas argumentam que não,

⁴A progressão de ordem temática é aquela que faz referência ao elemento dado na relação de dualidade que ocorre entre o par de constituintes dado/novo. Trask (2011, p. 72) sobre isso se posiciona afirmando que a parte “*dada* (grifo do autor) de um enunciado representa aquela que já é de algum modo conhecida do ouvinte, ao passo que o *novo* (grifo do autor) representa a principal contribuição do enunciado. Considere-se esta interação verbal: *Miguel: Não sei quem é a mulher de roupa branca. / Suzana: Ah, ela é a professora de psicologia.* Aqui, a resposta de Suzana pode ser analisada como sendo formada pela parte dada *ela* e pela parte nova *é a professora de psicologia*”.

⁵O tópico - inserido nos estudos que fazem alusão à progressão - é, conforme R. L. Trask (2011, p. 295) a parte da “sentença ou do enunciado à qual o todo diz respeito. A divisão da sentença, do ponto de vista de seu conteúdo informativo, em *tópico* e *comentário* (grifos do autor) equivale, essencialmente, à distinção *dado/novo* (grifos do autor), mas a noção de tópico tem alguns usos linguísticos que lhe são próprios. O tópico de uma sentença é aquela parte à qual a sentença como um todo diz respeito. Por exemplo, se eu estou orientando meus alunos sobre que livros eles precisariam ler para informar-se sobre um determinado assunto, eu poderia mostrar um determinado livro e dizer: *Não recomendo este livro.* Aqui, o tópico é claramente *este livro*: este sintagma nominal identifica a coisa de que estou falando, e o resto do enunciado constitui o comentário, aquilo que estou dizendo a respeito dela”.

pois ela se constitui como área de investigação limitada, pouco autossustentável. Os otimistas, contudo, dizem que ela não só tem possibilidades de atender às necessidades de seus estudos atuais, mas se configura, também, como forma de observação textual que, no futuro, poderá explicar questões que até hoje não foram respondidas por outros ramos da ciência.

Os aspectos de ordem cognitiva, por exemplo, deram à Linguística Textual uma nova roupagem, visto que por meio deles o sucesso desse campo de estudos se tornou definitivo.

Na atualidade, a Linguística do Texto, a partir de necessidades constatadas, dialoga com outras ciências, as quais têm como material de observação os textos. Esse contato não fica restrito, porém, apenas a ciências coirmãs. A Filosofia da Linguagem, a Psicologia Cognitiva e Social, a Sociologia Interpretativa, a Antropologia, a Teoria da Comunicação, a Literatura, a Etnometodologia, a Etnografia da Fala, a Neurologia, a Neuropsicologia, as Ciências da Cognição, a Ciência da Computação e a Teoria da Evolução Cultural são parceiras no que tange à exploração e à análise textual, atuando, cada uma delas, por meio de objetivos que lhe são compartilháveis.

Em consonância a tudo isso - e mais especificamente acerca da essência constitutiva da Linguística Textual - Marcuschi (2012, p. 33) justifica que “justamente devido ao fato de o texto ativar estratégias, expectativas e conhecimentos linguísticos e não linguísticos, a LT assume importância decisiva no ensino de língua e na montagem de manuais que buscam estudar textos”.

A reatualização pela qual passou a Linguística do Texto ao longo de sua trajetória faz com que ela se torne, hoje, um viés científico transdisciplinar. Buscando interpretar o texto - instância plurissignificativa - ela se consolida, definitivamente, como prática de construção social da linguagem e do sujeito.

O próximo capítulo apresentará discussões relacionadas a um fator linguístico de produção de sentidos expressivo à língua: a intertextualidade (incluindo suas tipologias). Refletir, teoricamente, acerca dessa propriedade é necessário, visto que é ela o objeto motivador da elaboração deste trabalho e se configura, pois, como fio-condutor que perpassa a atividade analítica que será, futuramente, desenvolvida.

2 A INTERTEXTUALIDADE: SOBRE A PELE DO DISCURSO, A TATUAGEM

*Quero ficar no teu corpo
Feito tatuagem
Que é pra te dar coragem
Prá seguir viagem
Quando a noite vem...*

As palavras escolhidas pelo cantor e compositor Chico Buarque de Hollanda⁶ na elaboração da canção de sua autoria intitulada *Tatuagem* conseguem traduzir o que pretendemos ilustrar, de modo teórico, ao transcorrer deste capítulo do trabalho, acerca do conceito de intertextualidade.

Nesta etapa explicitaremos o que se convencionou, ao longo do tempo, nomear, tecnicamente, como intertextualidade, ilustrando, também, a perspectiva de escopos teóricos desenvolvidos por diferenciados autores que, de um modo ou de outro, encontraram nesse constituinte textual um objeto científico promissor ao desenvolvimento dos estudos linguísticos.

Há de se fazer menção, inicialmente, ao fato de que a intertextualidade é um dentre os sete critérios de construção textual do sentido do texto, idealizados pelos estudiosos Beaugrande & Dressler (1981). O referencial de observação e abordagem da teoria proposta por tais linguistas nos possibilita conceber a intertextualidade como princípio constituinte da semanticidade textual a partir, exclusivamente, do usuário, devido ao fato de o intertexto situar-se nesse sujeito e não necessariamente no texto.

Assim, Koch⁷ (2004, p. 42) explica-nos, de modo objetivo, que “a intertextualidade compreende as diversas maneiras pelas quais a produção/recepção de um dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores, ou seja, dos diversos tipos de relações que um texto mantém com outros textos”. Outras definições, entretanto, elaboradas por diferentes estudiosos em diversos momentos do percurso de investigação acerca da noção de intertextualidade, serão trazidas à tona nessa atividade de exposição teórico-explicativa que se pretende, aqui, realizar.

Antes de iniciar a discussão que tratará, exclusivamente, da intertextualidade e de seus meandros funcionais, é conveniente discutir a noção de texto, visto que é ele que, de modo geral, abarca - ou não - a presença de outro(s) texto(s).

O trabalho de estudo acerca da intertextualidade foi desenvolvido, inicialmente, pela crítica francesa Julia Kristeva. Ela, porém, antes de aprofundar-se nas discussões referentes ao

⁶Francisco Buarque de Hollanda, mais conhecido por Chico Buarque ou Chico Buarque de Hollanda nasceu no Rio de Janeiro, no dia 19 de junho de 1944. Ele é músico, dramaturgo e escritor. É reconhecido por ser um dos maiores expoentes da MPB (Música Popular Brasileira). Sua discografia conta com aproximadamente oitenta obras, dentre elas discos-solo, em parceria com outros músicos e compactos. Filho do historiador Sérgio Buarque de Hollanda, iniciou sua carreira como escritor em 1962, quando compôs seu primeiro conto aos 18 anos. Ganhou destaque como cantor a partir de 1966, lançando seu primeiro álbum, *Chico Buarque de Hollanda*, vencendo o Festival de Música Popular Brasileira com a canção *A Banda*. Na carreira literária, foi vencedor de três Prêmios Jabuti: o de melhor romance em 1992 com *Estorvo* e o de Livro do Ano, tanto pela obra *Budapeste*, lançada em 2004, quanto por *Leite Derramado*, em 2010.

⁷A linguista Koch e seu escopo teórico foram escolhidos para servir como subsídio científico fundamental à condução reflexiva e analítica de nosso trabalho.

intertexto já ressaltava a representatividade que possuía, também naquela época, o texto (objeto de absorção de outros possíveis textos) e a própria língua - vertente que possibilita a existência da elaboração textual.

A partir dessa perspectiva, Kristeva (1974, p. 10-11, grifo do autor) nos faz compreender que trabalhar a língua implica, necessariamente, em

remontar ao próprio germe onde despontam o sentido e seu sujeito. É o mesmo que dizer que o “produtor” da língua (Mallarmé) é obrigado a um nascimento permanente, ou melhor, que, às portas do nascimento, ele *explora* o que o precede. Sem ser uma “criança” de Heráclito que se diverte com seu jogo, ele é este ancião que volta, antes de seu nascimento, para mostrar àqueles que falam, que eles são falados. Mergulhado na língua, o “texto” é, por conseguinte, o que ela tem de mais estranho: aquilo que a questiona, aquilo que a transforma, aquilo que a descola de seu inconsciente e do automatismo de seu desenvolvimento habitual. Assim, sem estar na “origem” da linguagem e eliminando a própria questão da origem, o “texto” (poético, literário ou outro) escava na superfície da palavra uma vertical, onde se buscam os modelos desta significância que a linguagem representativa e comunicativa não recita, mesmo se os marca. Assim, por um duplo jogo: na matéria da língua e na história social, o texto se *instala* no real que o engendra: ele faz parte do vasto processo do movimento material e histórico se não se limita - enquanto significado a seu autodescrever ou a se abismar numa fantasmática subjetivista.

O texto, independentemente de sua tipologia ou de seu gênero, é o objeto que sintetiza a própria essência da língua - entidade que o engloba - e da linguagem - propriedade acional que o manifesta. O aspecto mais interessante à discussão que se quer realizar é o fato de que não há intertextualidade sem a presença de dois elementos fundamentais nesse processo linguístico: o texto gerador (elemento unitário e “puro” que não possui traços intertextuais) e o intertexto - constituinte que perpassa o material escrito original. É nessa relação de consonância e duplicidade que a intertextualidade se constrói nas situações nas quais ela aparece.

O aspecto histórico - fator que será tratado, posteriormente, nesta tarefa de reflexão - curiosamente, também determina a existência do texto e da intertextualidade. Kristeva (1974, p. 14-15, grifo do autor) evidencia que fazendo romper

a superfície da língua, o texto é o “objeto” que permitirá quebrar a mecânica conceitual que põe em foco uma linearidade histórica, e ler uma *história estratificada*: de temporalidade cortada, recursiva, dialética, irredutível a um único sentido, mas feita de tipos de *práticas significantes* nas quais a série plural resta sem origem nem fim. Uma outra história se perfilará assim, que serve de base à história linear: a história recursivamente estratificada das *significâncias*, da qual a linguagem comunicativa e sua ideologia subjacente (sociológica, historicista, ou subjetivista) representam apenas a faceta superficial. Tal papel, o texto o desempenha em toda sociedade atual: ele lhe é solicitado inconscientemente, é-lhe interdito ou dificultado *praticamente*.

A matéria textual não pode ser compreendida, dessa maneira, como um simples mecanismo de justaposição de elementos gramaticais e agramaticais. O texto é mais do que isso: ele é uma manifestação portadora de traços materializados no papel - elemento graficamente visível - e componentes “invisíveis” - os sentidos - constituindo-se como instrumento veiculador de múltiplas significações.

Fundadora, se assim se pode dizer, do conceito “moderno” de intertextualidade, Kristeva observou e, posteriormente, complementou outras vertentes teóricas que fundamentaram seu trabalho pioneiro acerca do intertexto. Mikhail Bakhtin - com seus postulados referentes ao dialogismo da língua - foi significativo à construção do que Kristeva nomeou como intertextualidade.

A partir disso, Kristeva (1974, p. 62, grifo do autor), discutindo outras perspectivas teóricas e outros grandes nomes que estavam envolvidos nesses estudos argumenta que

escritor tanto quanto “erudito”, Bakhtine é um dos primeiros a substituir a *découpage* estatística dos textos por um modelo, no qual a estrutura literária não é, mas onde ela *se elabora* em relação a uma *outra* estrutura. Esta dinamização do estruturalismo só é possível a partir de uma concepção, segundo a qual a “palavra literária” não é um *ponto* (um sentido fixo), mas um *cruzamento* de *superfícies* textuais, um diálogo de diversas escrituras: do escritor, do destinatário (ou da personagem), do contexto cultural atual ou anterior. Introduzindo a noção de *estatuto da palavra* como unidade minimal da estrutura, Bakhtine situa o texto na história e na sociedade, encaradas por sua vez como textos que o escritor lê e nas quais ele se insere ao reescrevê-las. A diacronia se transforma em sincronia e à luz dessa transformação, a história *linear* surge como uma *abstração*: a única maneira que tem o escritor de participar da história vem a ser, então, a transgressão dessa abstração através de uma escritura-leitura, isto é, através de uma prática de uma estrutura significativa em função de, ou em oposição a uma outra estrutura. A história e a moral se escrevem e se lêem na infra-estrutura dos textos.

O estudo sobre a intertextualidade sofreu modificações e absorveu influências que o consolidaram ao longo do tempo. Bakhtin (2003) - expoente dos estudos linguísticos de outrora e também da atualidade - foi o responsável, por exemplo, por conceber uma nova realidade acerca da presença de textos diversos incorporados em outro texto. Isso permitiu, felizmente, que teóricos posteriores a seu tempo, como é o caso de Kristeva, pudessem dar novas roupagens ao que Mikhail Bakhtin já estudara.

A elucidação dessa reflexão se torna mais evidente a partir do instante em que Kristeva (1974, p. 64, grifo do autor) explica que

em Bakhtine, além disso, os dois eixos, por ele denominados *diálogo* e *ambivalência*, respectivamente, não estão claramente distintos. Mas esta falta de rigor é antes uma descoberta que Bakhtine é o primeiro a introduzir na teoria

literária: todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de *intertextualidade* e a linguagem poética lê-se pelo menos como dupla.

Considerações realizadas por estudiosos das relações intertextuais são auxiliares à sintetização e à revelação, nesse percurso diacrônico, da importância que teve Bakhtin na área de pesquisa da conexão existente entre textos. Nesse sentido, Graça Paulino (2005, p. 21) explicita que o modelo

romântico de crítica literária privilegiou a originalidade a tal ponto que colocava em segundo plano a relação entre os textos, impedindo a percepção da intertextualidade como processo constitutivo da literatura em qualquer época. Enquanto conceito operacional de teoria e crítica literária, a intertextualidade foi estudada primeiro pelo pensador russo Mikhail Bakhtin. Ele caracteriza o romance moderno como dialógico, isto é, como um tipo de texto em que as diversas vozes da sociedade estão presentes e se entrecruzam, relativizando o poder de uma única voz condutora. Estudando a relação do romance de Dostoiévsky com a tradição, ele pesquisa gêneros e formas literárias retomadas pelo autor na construção de sua obra.

A formulação de um valioso arsenal científico fez de Bakhtin um dos personagens mais lembrados da história no que tange aos estudos do texto e, por conseguinte, da intertextualidade enquanto princípio de construção textual dos sentidos. Paulino (2005, p. 21) ressalta, também, que além de considerar

o fenômeno do dialogismo no contexto literário, o pensamento de Bakhtin terá como base a intertextualidade na própria concepção de linguagem que ele constrói. Contrapondo-se às duas histórias dos estudos lingüísticos - uma, objetivista, outra, subjetivista -, o filósofo propõe, como espaço de existência da linguagem, a intersubjetividade. Assim, a língua não é propriedade de algum indivíduo em particular, nem é, por outro lado, um objeto independente da existência dos indivíduos. Exatamente no espaço dos intercâmbios, dos conflitos, das vozes que se propagam e se influenciam sem cessar, situa-se a linguagem como processo social. A linguagem, em qualquer de suas manifestações, teria uma base relacional, interacional, ao processar-se entre os indivíduos de uma sociedade.

O princípio evolutivo que rege as línguas naturais e os conceitos que a perpassam sofrem constantes “metamorfoses”, fazendo com que velhas noções deem espaço a outras ideologias que introduzem preceitos também inovadores quando inseridos em determinado espectro de estudos.

Além de evoluir, transpondo barreiras que pareciam intransponíveis, a língua e seus diversificados conceitos (inclui-se aqui o de intertextualidade) “desdobram-se” por meio da representação de fatos triviais que - ao longo do percurso histórico humano - denotaram o

caráter naturalmente intertextual da sociedade. Referindo-se a isso, Paulino (2005, p. 12) explica que as produções humanas, embora aparentemente desconexas, encontram-se

em constante inter-relação. Na verdade, constrói-se uma grande rede, com o trabalho de indivíduos e grupos, onde os fios são formados pelos bens culturais. Se se considerar toda e qualquer produção humana como texto a ser lido, reconstruído por nós, a sociedade pode ser vista como uma grande rede intertextual, em constante movimento. O espaço da cultura é, pois, intertextual. Essa idéia não implica harmonia como característica definidora da cultura, mesmo porque não existe um, mas vários grupos culturais dentro de uma mesma sociedade. Pode haver a impressão de que a transformação cultural se dá apenas quando ocorrem as consideradas grandes invenções ou “descobertas”. Mas, cada “descoberta” só acontece com a apropriação de conhecimentos anteriores. Se assim não fosse, o caminho do homem teria de ser todo novamente construído a cada nova conquista.

Representativo se faz considerar a importância que tem o texto no processo técnico de produção da intertextualidade. É ele que - com sua linguagem (poética ou não) - envolverá, como “invólucro” verbal, outros textos que nele se cristalizem, gerando, conseqüentemente, múltiplas interpretações e novos sentidos no ato de sua decodificação via-leitura. Esse universo construído pela carga semântica que o texto emana é, geralmente, dotado de paragramatismo, ou seja, veicula-se a partir da “absorção” de uma gama de textos (sentidos) oriundos de um elemento gerador (protótipo textual original).

Envolvida por essa atmosfera de discussão sobre o papel do intertexto e sobre a função da linguagem, Kristeva (1974, p. 174, grifo do autor) afirma que o significado

poético remete a outros significados discursivos, de modo a serem legíveis, no enunciado poético, vários outros discursos. Cria-se, assim, em torno do significado poético, um espaço textual múltiplo, cujos elementos são suscetíveis de aplicação no texto poético concreto. Denominaremos este espaço de *intertextual*. Considerado na intertextualidade, o enunciado poético é um subconjunto de um conjunto maior que é o espaço dos textos aplicados em nossos conjuntos.

O processo de “arquitetura” que molda a edificação da intertextualidade valoriza a parceria que ocorre entre o texto, a sociedade, o contexto e o intertexto. Em uma sociedade que se constrói desse modo se torna importante, e até mesmo indispensável, estudar mais profundamente a intertextualidade. Paulino (2005, p. 14-15, grifo do autor) nos faz perceber que

em sentido mais restrito, a intertextualidade terá como objeto apenas as produções verbais, orais ou escritas. O texto, como objeto cultural, tem uma existência física que pode ser apontada e delimitada por nós: um filme, um romance, um anúncio, uma música. Entretanto, esses objetos não estão ainda prontos, pois destinam-se ao

olhar, à consciência e à recriação dos leitores. Cada texto constitui uma proposta de significação que não está inteiramente construída. A significação se dá no jogo de olhares entre o *texto* e seu destinatário. Este último é um interlocutor ativo no processo de significação, na medida em que participa do jogo intertextual tanto quanto o autor [...] Os textos funcionam, então, como unidades necessárias à própria existência da rede cultural. São recortes que se fazem, e aos quais se atribuem uma integridade, um sentido, uma função.

A partir disso, o texto - espaço de instauração da intertextualidade - pode ser visto como “produto” acabado e estável? Ele, enquanto veículo de “irradiação” de conhecimentos, pode ser reconhecido como bem cultural que integra informações, permitindo aproximações entre indivíduos de diferentes comunidades e junções de textos de diferenciadas tipologias e gêneros em processo de plena fusão? A professora Paulino (2005, p. 15) reflete acerca do fato de que o processo cultural

jamais se interrompe. Entretanto, os próprios seres humanos, que o vivenciam ininterruptamente, efetuam cortes e recortes nesse conjunto para atender a seus interesses e necessidades. O movimento de produção e recepção de um texto faz parte desse processo que pode ser chamado de semiose cultural. O sentido de texto é por isso relativo: o texto será sempre trecho da semiose cultural que se constitui como um processo constante. Há momentos da produção e da recepção capazes de conferir a um “pedaço” da rede cultural a totalidade e a unidade necessárias para ser um texto. Falar em autonomia de um texto é, a rigor, impreciso, uma vez que ele se caracteriza por ser um “momento” que se privilegia entre um início e um final escolhidos. Ninguém conseguiria, quer como produtor, quer como receptor, esgotar a extensão simbólica da cultura inteira.

O constituinte textual designado como intertextualidade se reveste de plena capacidade de atuar, concomitantemente, como elemento integrante do texto e da própria sociedade, à medida que possibilita fazer do elemento escrito um híbrido instrumento de mediação entre o científico e o social, integrando diferenciados sentidos e sujeitos.

A seção seguinte - que complementa a elaboração de nossa tarefa de reflexão - irá aprofundar as noções conceituais acerca da intertextualidade, a fim de torná-la mais clara no que tange a sua forma de manifestação em diversificados textos, independentemente de sua tipologia ou de seu gênero.

2.1 O CONCEITO DE INTERTEXTUALIDADE: CONTORNOS DE UMA TATUAGEM

Representativo é, inicialmente, esclarecer o real motivo da adoção do termo “tatuagem” durante os diversos momentos em que ele aparece para fazer alusão à intertextualidade. Primeiramente, é interessante ressaltar que o texto - na perspectiva de

estudos selecionada ao desenvolvimento deste trabalho - se compara a uma entidade viva, plural e quase real. O papel, paradoro de discursos que aparecerão, futuramente, nas atividades referentes à análise, nada mais é que a própria “pele” dos textos que, indelévels, aguardam a presença - sutilmente perturbadora - de outros textos, os quais “desenharão”, delicadamente, “tatuagens” de múltiplas formas decalcadas pelo “pincel” da intertextualidade.

Mesmo que essa definição se valha de comparações de cunho metafórico, ela exprime o caráter que a intertextualidade assumirá na feitura deste trabalho de reflexão e de posteriores análises de natureza qualitativa.

O que se convencionou, a partir dos estudos dos precursores russos e franceses Bakhtin e Kristeva, denominar como intertextualidade? É possível, após longos anos de pesquisas, definir, claramente, o que é a intertextualidade? Será ela uma noção estável no que tange à sua caracterização ou ela ainda se revela como conceito indefinido à espera de “arremates” conclusivos que garantam sua estabilidade conceitual? Algumas respostas a esses questionamentos se fazem presentes por meio do postulado de alguns linguistas que se dedicaram ao estudo da noção de intertextualidade.

Em consonância a essa perspectiva, a romancista, crítica literária e tradutora francesa Tiphaine Samoyault (2008, p. 9, grifo do autor) revela que o termo intertextualidade

foi tão utilizado, definido, carregado de sentidos diferentes que se tornou uma noção ambígua do discurso literário; com frequência, atualmente, dá-se preferência a esses termos metafóricos, que assinalam de uma maneira menos técnica a presença de um texto em outro texto: tessitura, biblioteca, entrelaçamento, incorporação ou simplesmente diálogo. Ele apresenta, no entanto, a vantagem, graças à sua aparente neutralidade, de poder agrupar várias manifestações dos textos literários, de seu entrecruzamento, de sua dependência recíproca. A literatura se escreve certamente numa relação com o mundo, mas também apresenta-se numa relação consigo mesma, com sua história, a história de suas produções, a longa caminhada de suas origens. Se cada texto constrói sua própria origem (*sua originalidade*), inscreve-se ao mesmo tempo numa genealogia que ele pode mais ou menos explicitar. Esta compõe uma árvore com galhos numerosos, com um rizoma mais do que com uma raiz única, onde as filiações se dispersam e cujas evoluções são tanto horizontais quanto verticais.

O estudo das línguas e da linguagem foi, constantemente, marcado pela instabilidade no que tange à demarcação de fronteiras conceituais. A presença de um ou de mais textos em um protótipo textual original já faz com que o produto final resultante dessa atividade de mescla se torne, inevitavelmente, um objeto de difícil definição, sendo a intertextualidade acometida por essas incertezas e imprecisões.

A intertextualidade não configura, porém, - na esfera dos componentes que sustentam a construção textual dos sentidos - como elemento prejudicial ao texto, pois sua presença, ao contrário disso, enriquece a matéria textual na qual ela, através de diversificados modos, se revela.

Qual o verdadeiro motivo, então, de a intertextualidade comportar em seu âmago uma definição imprecisa? Referindo-se a essa imbricada questão, Samoyault (2008, p. 13-14) argumenta que a imprecisão teórica

que envolve a noção de intertextualidade, explicando em parte sua recusa por certos teóricos da literatura, deve-se à bipartição de seu sentido em duas direções distintas: uma torna-a um instrumento estilístico, lingüístico mesmo, designando o mosaico de sentidos e de discursos anteriores, produzido por todos os enunciados (seu substrato); a outra torna-a uma noção poética, e a análise aí está mais estreitamente limitada à retomada de enunciados literários (por meio da citação, da alusão, do desvio, etc.). Essa bipartição corresponde mais ou menos à dicotomia na qual se mantém o conjunto do discurso literário, entre definições restritivas e muito formalizadas e definições extensivas de uso hermenêutico. Depois de ter sido produzido no contexto do estruturalismo e dos estudos sobre a produção textual, o conceito “migrou”, como diz Marc Angenot, do lado da poética e sofreu uma espantosa inflação de definições. Assim a noção situa-se no cruzamento de práticas muito antigas (citação, pastiche, retomada de modelos...) e de teorias modernas do texto: o caráter recente do vocábulo, o fato de que seja uma questão importante das posições teóricas atuais, não deve mascarar a idéia que permite compreender e analisar uma característica maior da literatura, o perpétuo diálogo que ela tece consigo mesma; não um simples fenômeno entre outros, mas seu movimento principal.

O panorama acerca da definição conceitual de intertextualidade começa a ficar mais nítido aos estudiosos da língua, da linguagem e de suas ramificações de ordem técnica e teórica. O cenário da dúvida e da baixa precisão no ato de definição das relações intertextuais cede lugar à estabilização e à poda das arestas que tangenciavam a esfera duvidosa que impedia nomear, eficazmente, o que é a intertextualidade. A noção de intertextualidade implica, pois, que se considere, além do texto que a comporta, as microunidades que, gradativamente, compõem o elemento escrito macro estruturalmente, constituído a partir da justaposição de enunciados portadores de variáveis cargas semânticas. As palavras de Samoyault (2008, p. 21-22) ilustram esse quadro teórico-explicativo, revelando que mesmo se

o movimento se faz às vezes mais subterrâneo, um enunciado está sempre envolvido numa rede de outros enunciados que contribuem para construí-lo. A voz e a palavra de outrem se inscrevem nas palavras que dizemos e o diálogo identifica-se com a expansão de todos esses enunciados. Todas as palavras abrem-se assim às palavras do outro, o outro podendo corresponder ao conjunto da literatura existente: os textos literários abrem sem cessar o diálogo da literatura com sua própria historicidade, e a noção tem todo o interesse em tornar a crítica sensível à consideração dessa

complexa relação, que a literatura estabelece entre si e o outro, entre o gênio individual singular e o aporte intertextual e não puramente psicológico do outro.

O enunciado e as relações intertextuais estabelecem uma circunstância de plena dependência, pois os elementos enunciativos são espécies de “pré-requisitos” básicos à edificação do texto que abrange - em seu interior - apenas um ou múltiplos outros textos que, em atividade sincrônica, proporcionarão o surgimento de um universo intertextual. É nessa situação harmônica, logo, que o texto “original” (intacto ao contato intertextual) torna-se estatuto híbrido socialmente compartilhado pela comunidade de usuários de determinado sistema linguístico.

A dúvida que surgira outrora quanto à exata definição intertextual se dissipou a partir do instante em que outras noções importantes como, por exemplo, a de sujeito (e todos os aportes teóricos que tal termo mobiliza) e a de enunciado (incluindo seu mecanismo estritamente acional de manifestação via-texto) se tornaram claras e precisas. Essa estabilidade conceitual não foi, entretanto, uma tarefa de simplificada elaboração, haja vista que as barreiras construídas ao longo do percurso pela divergência existente entre as diferentes correntes ideológicas impediram - durante certo período de tempo - que o termo “intertextualidade” fosse evidentemente sólido como é na atualidade.

A ilustração desse caminho evolutivo e dos diferentes cenários divergentes que o compuseram pode ser visualizada por meio das palavras de Samoyault (2008, p. 22) através das quais se pode notar que apenas os alicerces teóricos

e a primazia concedida ao texto no pensamento francês dos anos 60 fazem diferir os termos: de Bakhtin a Kristeva, do dialogismo à intertextualidade, vemos que os fenômenos descritos são os mesmos. Entretanto, tal como foi colocado àquela época, o conceito de intertextualidade não é tão metodológico quanto o de dialogismo, o que consiste em grande parte a causa de suas re-interpretações posteriores. Sua falta de sustentação implica, ao ser retomado, sua modificação, adaptada a outras proposições teóricas, menos transformacionais que relacionais, a outras problemáticas (a da leitura, por exemplo): logo a intertextualidade não se contentará mais em ser uma simples designação, mas se esforçará por constituir um conceito operatório.

A composição do estágio atual sob o qual assenta a intertextualidade teve o acréscimo de micronoções gestadas por teóricos que, gradativamente, auxiliaram a solidificá-la. Conforme elucidada, por exemplo, Samoyault (2008, p. 22-23, grifo do autor) o segundo grande aporte

de Bakhtin, além da questão da alteridade e do dialogismo, acrescenta à noção de intertextualidade sua dimensão propriamente crítica, aspecto que não se pode negligenciar: mostrando que a retomada de linguagens ou de gêneros anteriores produz efeitos de sobrecodificação - os textos paródicos repousam eles próprios sobre formas codificadas - o autor de *Estética e teoria do romance* analisa precisamente os mecanismos da criação e da renovação da linguagem literária. É também o que mostra Victor Chklovski em *Sobre a Teoria da Prosa*, estudando sob esse ângulo o exemplo de *Tristram Shandy*, de Laurence Sterne: se esse romance rompe com a literatura anterior, é antes porque faz dela uma síntese, retomando todos os seus discursos - didático, religioso, político, judiciário, literário -, todas as formas dos discursos existentes, levando-os a um ponto de saturação, de hibridismo e de paródia que conduz necessariamente à sua transformação.

Aspecto merecedor de atenção é o que diz respeito à leitura do texto no qual possa aparecer algum elemento intertextual. Não há, como se sabe, a existência do próprio texto que fora elaborado por determinado autor se não houver, determinantemente, a presença do leitor que o decodificará através do ato - solitário ou compartilhado - da leitura. Discutindo a relação existente entre o texto, o ato de ler e a intertextualidade, Paulino (2005, p. 54) explicita que toda leitura é “necessariamente intertextual, pois, ao ler, estabelecemos associações desse texto do momento com outros já lidos. Essa associação é livre e independe do comando de consciência do leitor, assim como pode ser independente da intenção do autor”.

O “microcosmos” criado pela interação entre a tríade “linguagem, leitura e intertexto” é rico fenômeno envolvido, diretamente, na produção de sentidos. Essa última, por sua vez, é um dos múltiplos fatores que surgem a partir da demarcação, a saber, da presença da intertextualidade que repousa - como “tatuagem” da própria língua - sobre a “pele” dos discursos nos quais ela se apresenta. Acerca dessa interação, Samoyault (2008, p. 24) posiciona-se, dizendo que “a linguagem continua sendo o campo hiperextensível do trabalho intertextual, difícil, a partir daí, de ser medido”.

A tarefa de caracterização do que se convencionou denominar como intertextualidade, neste capítulo, possibilita compreender como esse conceito evoluiu, progressivamente, estabelecendo, aqui, uma espécie de “linha do tempo”, pontuando na existência dessa, aspectos, fatos, personagens e momentos que, de um modo ou de outro, foram importantes à definição atual da intertextualidade enquanto constituinte colaborativo à construção textual dos sentidos do texto.

Figura, nesse sentido, de ampla importância aos estudos relativos à intertextualidade foi Michael Riffaterre. A pesquisadora da língua Samoyault (2008, p. 25-26) informa que com os estudos

de Michael Riffaterre (*La production du texte*, 1979, e *Sémiotique de la poésie*, 1983), a intertextualidade torna-se verdadeiramente um conceito para a recepção, permitindo impor modelos de leitura fundados sobre fatos retóricos captados em espessura, nas suas referências a outros, presentes no *corpus* da literatura. O intertexto - que o autor distingue da intertextualidade, caracterizado como “o fenômeno que orienta a leitura do texto, que governa eventualmente sua interpretação, e que é o contrário da leitura linear” - é aí uma categoria da interpretância e designa qualquer índice, qualquer traço, percebidos pelo leitor, sejam eles citação implícita, alusão mais ou menos transparente ou vaga reminiscência, que podem esclarecer a organização estilística do texto (“conjunto dos textos que encontramos na memória à leitura de uma dada passagem”). Riffaterre, nessas operações, não interroga nunca a objetividade das aproximações, mas sua pertinência para o sentido profundo do texto que ele chama de noção de origem lacaniana de significância. Ele admite também reviravoltas da cronologia: já que o intertexto é antes de tudo um efeito de leitura, nada deve impedir um leitor de hoje de interpretar uma figura presente no monólogo de Molière, a partir de uma figura semelhante, presente no teatro de Brecht. A continuação da obra pelo leitor é uma dimensão importante da intertextualidade, segundo Riffaterre, e pode ser considerada uma “anacronia” que é a da memória do leitor.

A diferenciação estabelecida por Riffaterre entre intertexto e intertextualidade foi, sem dúvida, mais um dentre outros tantos avanços na trajetória dos estudos relativos ao texto. A orientação no sentido da não linearidade do ato da leitura que sustenta a existência do intertexto fez com que novas perspectivas de apreciação técnica, teórica e científica acerca da intertextualidade fossem construídas e vistas como novas alternativas de estudo.

A orientação da leitura é a característica mais expressiva na tarefa de diferenciação conceitual entre o intertexto e a intertextualidade. Refletindo sobre isso, Samoyault (2008, p. 28, grifo do autor) alerta para o fato de que o intertexto é

então definido como “**a percepção, pelo leitor de relações entre uma obra e outras que a precederam ou a seguiram**”. Estendida ao conjunto do *corpus* literário, a noção de intertextualidade reduz, no entanto, seu campo de ação e se torna assim um instrumento decisivo para a análise, fundada sobre microfenômenos estilísticos, da literariedade. Essa concepção anuncia - precedendo-as um pouco - as concepções restritas.

A complementação dos postulados legados à ciência da língua por Michael Riffaterre se deu por meio de outro baluarte do estudo textual: Gérard Genette. Ele estabeleceu diferenciações e distinguiu relações tipológicas acerca da intertextualidade. Atenta a isso, Samoyault (2008, p. 28-29) relata que a obra decisiva para a migração da noção

das concepções extensivas do conceito à sua percepção restrita aparece em 1982. *Palimpsestes*, de Gérard Genette, com o subtítulo *La littérature au second degré*, acaba de semear confusão em torno do termo, deslocando-o definitivamente da lingüística para a poética. Ao mesmo tempo, ele produz um trabalho decisivo para a compreensão e a descrição da noção, inscrevendo-a numa tipologia geral de todas as

relações que os textos entretêm com outros textos. A partir dessa obra, os usuários da intertextualidade não podem mais utilizar impunemente o termo: devem escolher entre sua extensão generalizante e essencialmente dialógica (Bakhtin, mesmo que a aplicação incida sobre análises poéticas) ou sua formalização teórica, visando atualizar práticas (Genette). A tal ponto que, apesar de Kristeva e *Tel Quel*, parece preferível conservar o termo de dialogismo para designar a primeira concepção e reservar o de intertextualidade para a segunda.

O legado de Genette à definição do conceito de intertextualidade não finda apenas após algumas contribuições iniciais. O autor transgride positivamente os limites entre duas áreas que - apesar de divergirem em determinados aspectos - atuam como manifestações parceiras, estando ambas inseridas no universo particular de abrangência da língua e da linguagem: a Linguística e a Literatura. Gérard Genette constrói, por meio de suas pesquisas, uma espécie de “cartografia” genérica que aponta para a importância da leitura, confeccionando uma taxinomia que atenta para as formas e as classificações intertextuais.

A francesa Samoyault (2008, p. 29) torna público que propondo, no começo

de *Palimpsestes*, distinguir cinco relações transtextuais, Gérard Genette faz a síntese de seus trabalhos anteriores, aqueles que se interessavam pela relação de um texto com seu gênero (*Introduction à l'architexte*, 1979), e anuncia seus trabalhos futuros, que tratarão especialmente da relação de um texto com seu contexto imediato (*Seuils*, 1987) [...] Assim, o autor de *Palimpsestes* introduz o trabalho sobre a relação de um texto com um outro texto, e define, então, a intertextualidade como “a presença efetiva de um texto em um outro” [...].

A notoriedade e a credibilidade do trabalho desenvolvido por Genette a partir de *Palimpsestes* são inquestionáveis. Esse estudioso conseguiu delinear um conceito mais sólido sobre a intertextualidade, atuando como “divisor de águas” em meio ao “oceano” de dúvidas e improbabilidades que ameaçou a classificação definitiva de tal propriedade ao longo do tempo.

Em meio a tudo isso, qual fora o real papel de Gérard Genette em benefício da intertextualidade? O ato de definir a relação entre textos de modo mais limitado não excluiu, negativamente, aspectos que a enriqueciam enquanto possibilidade de hibridização textual e ferramenta de arquitetura semântica de elementos interrelacionados?

A fim de dissipar a nebulosidade que algumas iniciativas pioneiras de Genette possam ter gerado, Samoyault (2008, p. 30) esclarece tal panorama, justificando que limitando a definição da

intertextualidade, Genette permite, enfim, resolver suas ambigüidades. Poder-se-ia objetar-lhe que ele a priva de qualquer possibilidade hermenêutica e que reduz, com isso, seu alcance crítico. No entanto, ele apresenta a vantagem de descrever práticas antigas e modernas da literatura sem fazê-las depender estritamente de uma concepção histórica da produção textual. Enfim, contrariamente às concepções extensivas, que privilegiavam a componente transformacional da intertextualidade, ele insiste sobre a componente relacional - colocando sua dinâmica transformacional do lado da hipertextualidade -, o que permite fazer dela uma noção mais concreta.

Não é exaustivo e tampouco desnecessário o fato de realizar - nesta instância do trabalho - a explicação detalhada dos passos firmes que foram dados pela intertextualidade durante o caminho que ela percorreu. De Bakhtin à Kristeva e Genette, a relação entre textos foi assumindo nomenclaturas e definições particularmente diferenciadas que, em parceria, permitiram que, hoje, fosse possível compreender e afirmar, com exatidão, o que é, em verdade, a intertextualidade.

A crítica literária e romancista Samoyault (2008, p. 38-39) mostra outros aspectos interessantes acerca da intertextualidade, fazendo-nos compreender que

no conjunto, a história da noção de intertextualidade, por breve que seja, teve tempo de se desenvolver como um paradoxo: mostra não somente uma restrição progressiva de sua definição mas também, concomitantemente, uma flexibilização cada vez maior de seu uso, em proveito, com frequência, de uma hermenêutica variável e com o objetivo razoável de melhor reagir em face das injunções das próprias práticas; assim a noção de bricolagem, por exemplo, responde bem a uma estética moderna da fragmentação e da heterogeneidade. Não se trata, entretanto, de banalizar o termo intertextualidade nem de torná-lo senso comum.

A intertextualidade foi - e ainda é - objeto de estudos que despertou o interesse de uma gama de teóricos. A sociedade moderna (influenciada, cotidianamente, pela informática e por outras manifestações tecnológicas) convive com uma pluralidade de crenças, costumes, textos e códigos. Não é estranho, a partir disso, que se estude com tamanha voracidade a elevada quantidade de exemplares textuais que se mesclam a outros textos, elaborando, ao final desse processo, uma cadeia interglobalizada e intertextualizada de conhecimentos compartilhados.

O ato da leitura, por exemplo, quando realizado em diferentes suportes, se consolida como poderosa prática intertextual. Paulino (2005, p. 17) revela que hoje, quando podemos ler “um romance na tela do computador, os limites entre o código visual e o verbal são, mais do que nunca, tênues. O texto, no caso o romance, com certeza alterar-se-á por essa mudança de veiculação. O computador, abrindo a possibilidade de intervenção simultânea de outras linguagens, interfere nas construções da significação”.

O estudo intertextual foi objeto de contemplação das múltiplas áreas do conhecimento. Seja representado pela música, pela pintura e pelo cinema, seja recriado pelas ciências naturais, o intertexto foi assunto de vasto interesse, chegando - com a mesma ânsia investigativa - à atualidade. Propondo uma discussão promissora acerca disso, Samoyault (2008, p. 41) nos relata que já que a intertextualidade

segue vias “que evocam às vezes o trabalho do sonho sobre representações-lembranças”, compreende-se que também a psicanálise tenha se interessado por ela e a integrado em seu sistema de interpretação. Michel Schneider - num livro menos utilizado que os outros como referência teórica e, no entanto, extremamente estimulante para a reflexão, intitulado *Voleurs de mots* (1985) utiliza a psicanálise para apreender as relações constitutivas do eu e do outro na atividade de leitura-escritura. Ele substitui o termo intertextualidade por outras expressões que colocam mais em evidência as relações de oposição, de trocas ou de apropriação do outro praticadas pela literatura. “Um texto pelo outro” designa o plágio, “um texto sob o outro”, o palimpsesto e “um texto como o outro”, o pastiche. Como para Bakhtin, a alteridade, para ele, é uma noção-chave da intertextualidade, mas utilizada, esta vez, com fins interpretativos.

A astúcia do russo Mikhail Bakhtin em “delinear” a noção de dialogismo da linguagem e a audácia da francesa Julia Kristeva em “metamorfosear” tal conceito, criando, tecnicamente, o que denominamos, atualmente, como intertextualidade foram fundamentalmente representativos para que outros teóricos da língua como, por exemplo, Gérard Genette, Laurent Jenny, Michel Schneider, Schmidt, van Dijk, Koch e Marcuschi pudessem prosseguir com as pesquisas sobre o intertexto, aprimorando noções fundamentais que, outrora, alicerçaram os postulados que - na atualidade - tanto auxiliam a comunidade acadêmico-científica.

A fim de sintetizar as considerações realizadas acerca do conceito de intertextualidade que até o momento foram apresentadas se faz necessário dedicar especial atenção às palavras da tradutora Samoyault (2008, p. 42) através das quais se pode verificar que em vez de obedecer

a um sistema codificado muito estrito, a intertextualidade busca mais, hoje, mostrar fenômenos de rede, de correspondência, de conexão, e fazer dele um dos principais mecanismos da comunicação literária. A noção continua sendo instável, na medida em que as teorias não lutam mais pela predominância, mas se tornou precisa na medida em que seu sentido se restringiu e que seu uso crítico precedeu seu uso exclusivamente teórico. Se se aceitar tratar fenômenos descritos por Bakhtin em termos de polifonia e de diálogo, é possível limitar a intertextualidade à aproximação de fatos textuais precisos e localizáveis, fazer dela um conceito crítico operatório e estabelecer sua tipologia.

O percurso teórico-explicativo que até aqui foi delineado acerca da intertextualidade e de suas noções conceituais é imprescindível à apresentação - no próximo momento desta atividade reflexiva - do pressuposto científico nomeado como intertextualidade *stricto sensu*, o qual sustentará, mais adiante, nosso exercício analítico.

2.2 A INTERTEXTUALIDADE *STRICTO SENSU*: TIPOLOGIAS CLASSIFICATÓRIAS

A seção que será desenvolvida a seguir tem como principal objetivo apresentar o que se convencionou denominar, teoricamente, como intertextualidade *stricto sensu*⁸ (Koch, 2007), especificando-a diante do amplo espectro de manifestação do conceito de intertextualidade.

Nos momentos iniciais de discussão acerca dos quatro tipos de intertextualidade *stricto sensu* é preciso, a fim de evitar possíveis dúvidas e equivocadas interpretações, diferenciar a noção de polifonia - idealizada pelo francês Oswald Ducrot - da de intertextualidade.

As postulações teóricas de Koch (2004, p. 154, grifo do autor) são capazes de desempenhar tal tarefa, pois a autora, de modo bastante claro, explicita que o conceito de polifonia

é mais amplo que o de intertextualidade. Enquanto nesta, como ficou demonstrado acima, faz-se necessária a presença de um intertexto, cuja fonte é explicitamente mencionada ou não (intertextualidade explícita X intertextualidade implícita, respectivamente), o conceito de polifonia, tal como elaborado por Ducrot (1980, 1984), exige apenas que se *representem, encenem* (no sentido teatral), em dado texto, perspectivas ou pontos de vista de enunciadores diferentes - daí a metáfora do “coro de vozes”, ligada, de certa forma, ao sentido primeiro que o termo tem na música, de onde se origina. Há casos de polifonia em que tais perspectivas são explicitamente apresentadas, isto é, nos quais, em um mesmo enunciado, há mais de um locutor, e que correspondem ao que venho denominando de intertextualidade

⁸A linguista Ingedore Grunfeld Villaça Koch, em sua obra intitulada *Intertextualidade: diálogos possíveis*, publicada pela editora Cortez no ano de 2007, explica que a nomenclatura *stricto sensu* será utilizada como designação da intertextualidade propriamente dita durante a explanação acerca desse conceito linguístico no desenvolvimento da obra. Em seu livro nomeado *Dicionário de Linguagem e Linguística*, Trask (2011, p. 147-148, grifo do autor) argumenta que Kristeva, por exemplo, “considera cada texto como constituindo um *intertexto* numa sucessão de textos já escritos ou que ainda serão escritos. Uma versão dessa ideia começou recentemente a ser incorporada na análise linguística dos textos. A ideia geral é que um texto não existe nem pode ser avaliado de maneira adequada isoladamente; ao contrário, o pleno conhecimento de suas origens, de seus objetivos e de sua forma pode depender de maneiras importantes do conhecimento de outros textos. Um soneto pode depender da familiaridade do poeta com a tradição de escrever poesia na forma de sonetos; uma notícia de jornal pode depender de notícias de jornal anteriores; um discurso político pode invocar discursos e declarações políticas prévios; mesmo uma receita culinária pode depender da convivência de quem a escreve com outras receitas culinárias. A intertextualidade ainda é uma ideia nova na análise linguística, e é muito cedo para dizer que importância poderá vir a ter”.

explícita. Por outro lado, tem-se aqueles casos em que, no mesmo enunciado, “encenam-se” no interior do discurso do locutor perspectivas ou pontos de vista representados por enunciadores - reais ou virtuais - diferentes, isto é, em que estes não precisam servir-se, necessariamente, de textos efetivamente existentes. Assim, quando se incorporam textos anteriormente atestados, como é comum na paródia, na alusão, em certos casos de ironia etc., tem-se a intertextualidade implícita; quando tal não acontece, já não se trata de intertextualidade (que, como vimos, exige a presença de um intertexto), mas apenas de polifonia.

Imprescindível é fazer menção, também, ao fato de que a intertextualidade (inclui-se aqui as tipologias inerentes à subclassificação *stricto sensu*) é um, dentre outros, componentes da Linguística Textual que colaboram à construção da semanticidade dos textos. O intertexto configura como auxiliar às propriedades de coesão e coerência textuais, pois atua, diretamente, na “modelagem” da microestruturação e da macroestrutura de determinado elemento textual a ser elaborado, independentemente da tipologia ou do gênero ao qual aquele pertença.

O reforço teórico a tal argumento aparece representado através das palavras de Koch (2007, p. 12) por meio das quais se torna evidente, por exemplo, que coesão e coerência não podem ser contempladas de modo heterogêneo, pois “na construção de ambas, operam processos de ordem cognitiva, de tal modo que se deveria pensar em um contínuo: haveria alguns fenômenos mais típicos de coesão (por exemplo, as anáforas diretas correferenciais), e outros mais típicos de coerência (detecção da presença de intertextualidade, construção da macroestrutura global do texto)”.

Antes de explicitar o que se convencionou denominar como intertextualidade *stricto sensu* é interessante refletir acerca de elementos presentes nos textos que comportam - contido em seu interior - o intertexto. A forma, o estilo, o tema e o gênero são componentes fundamentais à “liberdade” de manifestação intertextual em um determinado instrumento comunicativo escrito. De acordo com Koch (2007, p. 16) cabe, também, recordar que a Linguística Textual tem

mostrado que a comparação dos textos produzidos em dada cultura permite depreender as propriedades formais, estilísticas e temáticas comuns a determinados gêneros textuais (intertextualidade metagenérica), bem como estruturas comuns a cada um dos tipos textuais (intertextualidade tipológica). Tais propriedades são representadas na memória social sob forma de esquemas (cf., por exemplo, Van Dijk e Kintsch, 1983; Van Dijk, 1983; 1989), que desempenham papel de grande relevância no processamento textual, quer em termos de produção, quer em termos de compreensão. Em razão desta - necessária - presença do outro naquilo que dizemos (escrevemos) ou ouvimos (lemos) é que postulamos a existência de uma intertextualidade ampla, constitutiva de todo e qualquer discurso, a par de uma intertextualidade *stricto sensu*, esta última atestada, necessariamente, pela presença de um intertexto.

Reconhecido está - pela comunidade de estudiosos acerca do fenômeno linguístico - o fato de, em algumas ocasiões, um texto ter, em sua tessitura (confeccionada via-meandros de elaboração e constituição) a presença de outro(s) texto(s): a esse fenômeno, então, dá-se o nome de intertextualidade.

As palavras ditas pelo estudioso francês Dominique Maingueneau (2008, p. 77-78, grifo do autor) ilustram a questão referente ao intertexto, revelando que

distinguiremos o *intertexto* de um discurso (o conjunto de fragmentos que ele cita efetivamente) de sua *intertextualidade* (isto é, dos tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas). Todo campo discursivo define certa maneira de citar os discursos anteriores do mesmo campo. A maneira segundo a qual um físico moderno se refere a Galileu ou a Newton não é comparável à maneira pela qual um discurso católico se reporta à produção de São Paulo. Mas, ao lado dessas restrições compartilhadas pelos diversos membros de um campo, há também o passado específico que cada discurso particular constrói para si, atribuindo-se certas filiações e recusando outras.

A definição conceitual cabível à intertextualidade, como já fora neste trabalho referida, não é tão recente como possa parecer. Desde a época de sua formulação até o momento atual, discussões ora pouco apropriadas, ora bastante pertinentes vêm logrando êxito e conquistando espaço no universo inerente aos estudos da língua, da linguagem e do texto. Referindo-se a isso, R. L. Trask (2011, p. 147), em seu *Dicionário de linguagem e linguística* prescreve que

o conceito de intertextualidade foi introduzido na década de 1960, pela crítica literária francesa Julia Kristeva. Num sentido mais óbvio, o termo pode ser aplicado aos casos célebres em que uma obra literária faz alusão a outra obra literária: por exemplo, o *Ulisses* de J. Joyce e a *Odisséia* de Homero (entre outros); o romance *Lord of Flies*, de W. Golding e o livro *The Coral Island*, de R. M. Ballantyne; as últimas obras de Machado de Assis e o *Eclesiaste*; a *Invenção de Orfeu*, de Jorge de Lima e *Os Lusíadas*.

A heterogeneidade - propriedade linguística que se apresenta, também, na intertextualidade *stricto sensu* - é critério que perpassa as línguas naturais, fortalecendo-as. A intertextualidade, assim, age como fator colaborador, fazendo com que um ou mais texto(s) sobreviva(m) em outro(s) texto(s) sem que isso gere danos à microestruturação, à macroestrutura textual e à semânticidade linguística.

O exercício investigativo que será desenvolvido em momentos futuros deste trabalho terá como primordial objeto teórico de amparo à análise a intertextualidade *stricto sensu*, focalizando - especificamente - as tipologias temática e explícita, respectivamente. A escolha dessas duas subclassificações tem o intuito de auxiliar a realização de um estudo bastante

direcionado sobre considerações que julgamos pontuais às pesquisas linguísticas. Sendo a intertextualidade (em termos gerais) ampla, o recorte teórico que aqui se julga necessário fazer auxiliará a atividade exploratória à medida que aumentará sua clareza durante seu aprofundamento.

O que, contudo, se julgou conveniente nomear como intertextualidade *stricto sensu*? A linguista Koch (2007, p. 17, grifo do autor) apresenta uma definição a tal nomenclatura, dizendo que a intertextualidade

stricto sensu (daqui por diante, apenas *intertextualidade*) ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva (*domínio estendido de referência*, cf. Garrod, 1985) dos interlocutores. Isto é, em se tratando de intertextualidade *stricto sensu*, é necessário que o texto remeta a outros textos ou fragmentos de texto *efetivamente* produzidos, com os quais estabelece algum tipo de relação.

Nessa tarefa de imergir nas profundezas da tipologia intertextual *stricto sensu* é importante destacar que tal classificação é apenas uma dentre outras peculiares ao intertexto. A própria intertextualidade - conceito bastante global - apresenta múltiplas tipologias. A professora Koch (2007, p. 17-18) alerta para o fato que vários tipos de intertextualidade têm sido estudados, cada um deles com características próprias: “intertextualidade temática, intertextualidade estilística; intertextualidade explícita, intertextualidade implícita; autotextualidade, intertextualidade com textos de outros enunciadores, inclusive um enunciador genérico; intertextualidade “das semelhanças” e “das diferenças” (no dizer de Sant’ Anna, 1985); intertextualidade intergenérica; intertextualidade tipológica”.

Convém mencionar, para fins de esclarecimentos, que a intertextualidade *stricto sensu* se subdivide, unicamente, em quatro diferentes categorias: a temática, a estilística, a explícita e, por fim, a implícita. Optamos, assim, durante a elaboração deste trabalho, realizar a atividade de análise do *corpus* tendo como únicos objetos investigativos as tipologias intertextuais *stricto sensu* temática e explícita, a fim de garantir maior delimitação e assertividade - no que tange aos resultados - à pesquisa. Ilustraremos teoricamente, porém, os quatro tipos de intertextualidade *stricto sensu*, facilitando, por conseguinte, a compreensão desses conceitos por parte dos leitores.

A intertextualidade pertencente à primeira tipologia (a temática) é aquela que, de acordo com Koch (2007, p. 18-19, grifo do autor), pode ser

encontrada, por exemplo, entre textos científicos pertencentes a uma mesma área do saber ou uma mesma corrente de pensamento, que partilham temas e servem de conceitos e terminologias próprios, já definidos no interior dessa área ou corrente teórica; entre matérias de jornais e da mídia em geral, em um mesmo dia, ou durante um certo período em que dado assunto é considerado focal; entre as diversas matérias de um mesmo jornal que tratam desse assunto; entre as revistas semanais e as matérias jornalísticas da semana; entre textos literários de uma mesma escola ou de um mesmo gênero, como acontece, por exemplo, nas epopéias, ou mesmo entre textos literários de gêneros e estilos diferentes (temas que se retomam ao longo do tempo, como o do usurário, na *Aululária* de Plauto, em *O avaro*, de Molière e em *O santo e a porca*, de Ariano Suassuna) e o tema da *Medéia* de Eurípedes, da *Medéia* de Sêneca e de *A gota d'água*, de Chico Buarque/Paulo Pontes; entre diversos contos de fadas tradicionais e lendas que fazem parte do folclore de várias culturas, como é o caso do *dilúvio* e da *caixa de Pandora*, que são encontrados em muitas mitologias, embora, é claro, em versões diferentes; histórias em quadrinhos de um mesmo autor; diversas canções de um mesmo compositor ou de compositores diferentes; um livro e o filme ou novela que o encenam; as várias encenações de uma mesma peça de teatro, as novas versões de um filme, e assim por diante.

O conceito⁹ de intertextualidade - ao longo de seu percurso histórico - sofreu intensas modificações, tanto de ordem estrutural, quanto de métodos diferenciados de interpretação. Suas subdivisões são fundamentais para compreender o processo de instabilidade pelo qual passam as línguas naturais e suas particularidades constituintes. No que tange, por exemplo, à intertextualidade *stricto sensu* inerente ao segundo tipo (a estilística) a pesquisadora Koch (2007, p. 19) explica que ela se desenvolve quando

o produtor do texto, com objetivos variados, repete, imita, parodia certos estilos ou variedades lingüísticas: são comuns os textos que reproduzem a linguagem bíblica, um jargão profissional, um dialeto, o estilo de um determinado gênero, autor ou segmento da sociedade.

O fato de o intertexto manifestar-se através de diferenciadas tipologias não prejudica a natureza semântica constitutiva dos textos e, tampouco, o empobrece enquanto instrumento verbal de comunicação. A intertextualidade, por sua vez, será explícita (terceira subclassificação) de acordo com a compreensão da estudiosa Koch (2007, p. 28) quando, no próprio texto, é feita

menção à fonte do intertexto, isto é, quando um outro texto ou um fragmento é citado, é atribuído a outro enunciador; ou seja, quando é reportado como tendo sido dito por outro ou por outros generalizados (“Como diz o povo...”, “segundo os antigos...”). É o caso das citações, referências, menções, resumos, resenhas e traduções; em textos argumentativos, quando se emprega o recurso à autoridade; e,

⁹A noção de intertextualidade, entretanto, permaneceu estável nos estudos realizados por Koch. Após fazer uma comparação de ordem bibliográfica entre a obra *Intertextualidade: diálogos possíveis* (2007) e o artigo *Flagrantes da construção interacional dos sentidos* - presente no livro intitulado *Texto ou discurso?* (2012) - constatou-se a imutabilidade conceitual acerca do que se compreende como intertextualidade *stricto sensu*.

em se tratando de situações de interação face-a-face, nas retomadas do texto do parceiro, para encadear sobre ele ou contraditá-lo, ou mesmo para demonstrar atenção ou interesse na interação - neste último caso, funcionando de modo semelhante a um sinal de retroalimentação (backchannel).

O quarto - e último - protótipo de ocorrência intertextual de ordem *stricto sensu* (a implícita) aparece, como demonstra Koch (2007, p. 30, grifo do autor) quando

se introduz, no próprio texto, intertexto alheio, sem qualquer menção explícita da fonte, com o objetivo quer de seguir-lhe a orientação argumentativa, quer de contraditá-lo, colocá-lo em questão, de ridicularizá-lo ou argumentar em sentido contrário. No primeiro caso, verificam-se paráfrases, mais ou menos próximas, do texto fonte: é o que Sant' Anna (1985) denomina "*intertextualidade das semelhanças*", e Grésillon e Maingueneau (1984) chamam de *captação*; no segundo, incluem-se enunciados parodísticos e/ou irônicos, apropriações, reformulações de tipo concessivo, inversão da polaridade afirmação/negação, entre outros (*intertextualidade das diferenças*, para Sant' Anna, 1985; *subversão*, para Grésillon e Maingueneau, 1984).

Mesmo após a realização da discussão sobre os mecanismos de funcionamento dos processos de manifestação intertextual, algumas considerações acerca disso ainda podem ser apresentadas. A intertextualidade - e a subdivisão que lhe é inerente - se revela como recurso de edificação semântica dos textos nos quais ela aparece e, além disso, configura como propriedade linguística heterogênea e multifacetada.

Isso pode ser comprovado por meio da reflexão elaborada por Koch (2007, p. 146-147) através da qual se torna evidente que há

que se chamar a atenção ainda para o caráter "militante" da intertextualidade: seja por meio da manipulação de determinados intertextos, seja por meio da manipulação de modelos gerais de produção e recepção dos discursos, a construção de relações entre textos pode provocar uma adesão ao discurso proferido em função, por exemplo, do tipo de formatação produzida: o uso de estruturas narrativas clássicas, como a dos contos de fadas, para se falar de assuntos contemporâneos, é um dos exemplos que podemos apresentar sobre o tipo de construção de autoridade textual proporcionada pela manipulação de um determinado tipo de intertextualidade. Acreditamos que os diversos exemplos oferecidos podem ser posteriormente mais profundamente analisados nos termos da constante e profunda circulação das formas e modelos textuais entre diferentes domínios discursivos (por exemplo, do domínio literário para o midiático, do cotidiano para o literário, do cotidiano para o midiático, do midiático para literário e vice-versa) e no interior de um mesmo domínio (por exemplo, as relações intertextuais construídas dentro do domínio lítero-musical ou ainda dentro do domínio literário).

A explanação teórica e reflexiva aqui realizada acerca da intertextualidade - destacando a amplitude conceitual que essa possui - e da sua ramificação *stricto sensu* (incli-

se aí a subclassificação em quatro tipologias diferenciadas) é interessante aos estudos linguísticos, pois permite aprofundar as postulações que, até o presente momento, foram feitas acerca disso pela academia. A intertextualidade e seus microuniversos de manifestação se consolida como um dos aspectos linguísticos mais promissores à pesquisa na atualidade.

O percurso elaborativo deste trabalho dar-se-á, no próximo capítulo, por meio da explanação teórico-científica que abordará aspectos inerentes à língua e à linguagem como o texto, o(s) gênero(s) textual(is) e, ao final, o discurso - protótipo textual representativo à esfera social.

3 A NATUREZA CONSTITUTIVA DO TEXTO E DO DISCURSO

O psiquiatra escuta o homem de quarenta anos que na sua frente se dissolve em lágrimas. O paciente, envergonhado, expõe toda a sua fragilidade. O psiquiatra chorou também, ontem à noite, de raiva por ter rasgado uma carta. Já o paciente, ontem, estava contente porque sentia-se mais encorajado. O psiquiatra tem dores de gente, o paciente tem dores natas, ambos têm gavetas fechadas.

O leitor lê palavras que lhe preenchem o peito. O escritor tenta buscá-las e distribuí-las na página a seu jeito. O leitor renasce ao ler, o escritor renasce ao ler também, ambos fugindo da sua solidão através do verbo alheio, um escrevendo pra fora e publicando, outro se escrevendo por dentro no seu quarto, dois artistas, um e outro aproximados.

A cronista Martha Medeiros¹⁰, em seu texto intitulado *No mesmo barco* (2001), utiliza alguns exemplos cotidianos para mostrar as falsas ilusões que perpassam a existência humana. O psiquiatra e o paciente, o escritor e o leitor: elementos que se fundem em semelhanças, mas que se consolidam (enquanto seres singulares) através das diferenças que sua imagem mais particularizada nos convida a observar.

E, assim, como diferentes “barcos de papel” flutuando sobre os nem sempre calmos “mares da língua”, o texto e o discurso navegam - entre pacíficos encontros e tormentosos desencontros - comunicando, distanciando-se, unindo-se, reinventando-se, desafiando nossa racionalidade.

A construção deste capítulo do trabalho tem o objetivo de fazer considerações, de natureza teórica, acerca do texto e do(s) gênero(s) textual(is) (esse último manifestado por

¹⁰Martha Medeiros é colunista dos jornais *Zero Hora* e *O Globo*. De sua autoria foram publicados, pela editora L & PM, os seguintes livros de poesia: *Meia-noite e um quarto* (1987), *Persona non grata* (1991), *De cara lavada* (1995), *Poesia reunida* (1999) e *Cartas extraviadas e outros poemas* (2001); e de crônica, *Topless* (1997, Prêmio Açorianos), *Trem-bala* (1999), *Non-stop* (2001), *Montanha-russa* (2003, Prêmio Açorianos e 2º lugar do Prêmio Jabuti), *Coisas da vida* (2005) e *Doidas e santas* (2008). A autora também publicou, pela editora Objetiva, os romances *Divã* (2002), *Selma e Sinatra* (2005), *Tudo que eu queria te dizer* (2007) e *Fora de mim* (2010).

meio do gênero discurso¹¹). Isso nos auxiliará a compreender melhor esta dissertação, pois nela se materializarão - mais adiante - três protótipos escritos pertencentes ao gênero textual nomeado como discurso, proferidos em situações comunicativas específicas, a partir da atuação de diferentes personalidades históricas.

O universo linguístico que nos circunda nos possibilita, a todo o momento, conviver com inúmeros textos. Sejam esses de caráter formal, sejam de viés informal, eles nos auxiliam a interagir na esfera social, organizando discursos dos mais variados formatos e com os mais distintos objetivos comunicativos. O que - a partir disso - se convencionou denominar como texto?

A tarefa de fazer emergir um “conceito-chave” (nem sempre uma chave possibilita descerrar todas as portas) acerca do que se compreende por “texto” é bastante estratificada. A partir dela, contudo, podemos aprofundar outros elementos que - como raízes ramificadas - “brotam”, desenvolvendo-se e transformando-se. A estudiosa brasileira Irlandé Antunes (2010, p. 30-31, grifo do autor) nos auxilia a compreender que o mais consensual tem sido admitir

que *um conjunto aleatório de palavras ou de frases não constitui um texto*. Mesmo intuitivamente, uma pessoa tem esse discernimento, até porque não é muito difícil tê-lo, uma vez que não andamos por aí esbarrando em *não textos*. Por mais que esteja fora dos padrões considerados cultos, eruditos ou edificantes, o que falamos ou escrevemos, em situações de comunicação, são *sempre* textos [...] Dessa forma, todo texto é a expressão de algum propósito comunicativo. Caracteriza-se, portanto, como uma atividade eminentemente funcional, no sentido de que a ele recorremos com uma finalidade, com um objetivo específico, nem que seja, simplesmente, para não ficarmos calados.

O texto¹² é, além de uma sintática disposição de componentes gráficos materializados no papel, um instrumento facilitador do processo de interatividade social, permitindo a atuação individual frente à multiplicidade comunicacional coletiva da qual, voluntária ou involuntariamente, fazemos parte, sem exclusão. Acerca disso, Antunes (2010, p. 31-32, grifo do autor) posiciona-se, argumentando que todo texto é

¹¹O elemento linguístico “discurso” é utilizado, em nossa atividade reflexiva, como nomenclatura específica de designação de um - dentre infinitos - gênero textual. Os três constituintes escritos que serão examinados na atividade referente à análise, não são discursos de ordem política, didática ou informativa: eles serão examinados a partir de uma perspectiva teórica ampla, sem a imposição de agentes conceituais redutores, os quais limitariam o mecanismo analítico arquitetado.

¹²A partir dos preceitos teóricos idealizados por Trask (2011, p. 291, grifo do autor), em seu Dicionário de Linguagem e Linguística, podemos compreender que o texto nada mais é que “uma porção contínua de língua falada ou escrita, especialmente quando tem um começo e um fim reconhecíveis. Os linguistas usaram por muito tempo a palavra *texto* muito informalmente para denotar qualquer trecho de língua em que, por acaso, estivessem circunstancialmente interessados. Contudo, especialmente a partir da década de 1960, a noção de texto ganhou *status* teórico em vários domínios, e a análise de textos é hoje considerada um dos principais objetivos da investigação linguística. Porém, a concepção do que constitui um texto não é a mesma em toda parte”.

expressão de uma atividade social. Além de seus sentidos linguísticos, reveste-se de uma relevância sociocomunicativa, pois está sempre inserido, como parte constitutiva, em outras atividades do ser humano [...] Assim, compreender um texto é uma operação que vai além de seu aparato linguístico, pois se trata de um evento comunicativo em que operam, simultaneamente, ações linguísticas, sociais e cognitivas. Um segundo aspecto que deriva desse primeiro ponto é o fato de que o texto, como expressão verbal de uma atividade social de comunicação, envolve, sempre, um parceiro, um interlocutor. Não, simplesmente, pelo fato de que temos uma companhia quando falamos e, assim, não o fazemos sozinhos. Mas, sobretudo, pelo fato de que construímos nossa expressão verbal *com o outro*, em parceria, a dois; de maneira que o texto vai tendo um fluxo conforme acontece a interação entre os atores da ação de linguagem.

A compreensão da palavra “texto” (enquanto suporte revelador do gênero discurso) considerando apenas sua manifestação gráfica é crença insuficiente e até mesmo ultrapassada. Ele é - além de “ponte” que une o individual e o coletivo no esteio da comunicação - elemento definidor da própria essência do homem enquanto agente integrante de uma comunidade linguística. A tarefa de encontrar uma definição bastante didática acerca do conceito de texto ganha vigor a partir do postulado de Anna Christina Bentes e Renato Cabral Rezende (2008, p. 19-20, grifo dos autores) por meio do qual se pode notar que o texto possui um

conceito controverso, mote de disputa teórica de um campo, quando não de domínios teóricos diferentes, quicá inconciliáveis. Fenômeno com o qual lidamos cotidianamente em nossas práticas comunicativas, de tal forma que se pode afirmá-lo parte constitutiva (inalienável?) de nossas vidas. Fenômeno ainda cujas diversas manifestações nos são familiares e reconhecíveis, mas para o qual não consta haver uma definição teórica que satisfaça concomitantemente a todos os campos de pesquisa que o abordam. Texto. Noção que, como sói acontecer com fenômenos muito amplos, e não raro complexos - veja-se noções como “língua” ou “comunidade de fala” -, não prescinde de certas *máximas epistemológicas* para uma reflexão sistemática a seu respeito. Uma delas deriva do fato de o texto prestar-se a ser objeto de estudo em diferentes disciplinas das ciências humanas, tomadas em separado ou mesmo inter-relacionadas. Seja na filosofia, na lingüística, na sociologia, na filologia ou na antropologia, o objeto textual abre possibilidades de investigação sobre sua estrutura e seu funcionamento internos, sobre a natureza da relação entre texto e contexto e sobre um possível *gap* entre forma textual e intenção autoral, somente preenchido no momento de sua recepção pelo ouvinte/leitor.

Os estudos científicos que têm o texto como objeto preponderante de observação tentam - de um modo ou de outro - contemplá-lo, estando em plena consonância à perspectiva de abordagem que o envolve. A materialização particularizada do elemento escrito funde-se ao constituinte social, ou seja, ao próprio meio através do qual o texto se manifesta, exercendo a função de mecanismo inclusivo frente às práticas linguisticamente compartilhadas.

Essa premissa expandiu-se e, ininterruptamente, ela se fortalece no macrouniverso de estudos textuais realizados pelas diversas microesferas das ciências humanas, especialmente a

Linguística. As palavras de Evando Nascimento (2008, p. 112, grifo do autor) ilustram isso à medida que se pode depreender que o texto deixou de ser

um problema em si, para se tornar uma *ferramenta operacional* com que se conta de antemão. Isso, claro, não elimina engodos, nem a conseqüente necessidade de esclarecimento. Ao supor que nos entendemos com toda evidência a respeito do que seja (ou não seja) um texto, podemos estar abrindo caminho para um desvirtuamento daquilo que as discussões passadas tinham de mais original e que talvez possamos resumir, no âmbito da literatura e da filosofia contemporâneas, como os limites do lingüístico, ou, se se desejar, os limites da verbalidade, ou ainda do signo verbal.

A discussão sobre o texto - concatenação vocabular vivaz da língua - é prática fundamental à contemporaneidade, pois é através daquele que, indiscutivelmente, os discursos se materializam, cristalizando-se. Transgredindo positivamente o limiar sintático da palavra, transformando-se em elemento global pleno de multissignificações, o texto - através de alterações graduais - logra atenção por parte de inúmeros estudiosos que veem nesse elemento verbal um poderoso “pórtico de passagem” dos diversificados constructos semânticos que integram o sistema lingüístico atual.

O percurso até aqui realizado acerca do texto, em seu sentido estritamente denotativo, nos permite defini-lo como uma unidade comunicativa inerente ao homem, identificando-o em comunidade através de suas práticas sociais. Elemento, no entanto, inseparável das manifestações textuais escritas é a linguagem. Ela age, no texto, como instrumento de transposição dos anseios e das necessidades individuais que ganham voz por meio das representações graficamente registradas no papel. Sobre isso, no capítulo introdutório da obra intitulada *Análise de textos: fundamentos e práticas*, de autoria de Irandé Antunes, o sociolinguista Marcos Bagno (2010, p. 11-12, grifo do autor) faz uma interessante comparação, aludindo ao fato de que é verídica a ideia

de que nós nos relacionamos com a linguagem assim como os peixes se relacionam com a água. Fora da água, o peixe não existe, toda a sua natureza, seu desenho, seu organismo, seu modo de ser estão indissociavelmente vinculados à água. Outros animais até conseguem sobreviver na água ou se adaptar a ela, como focas, pinguins, sapos e salamandras, que levam uma existência anfíbia. Mas os peixes não: ser peixe é ser na água. Com os seres humanos é a mesma coisa: não existimos fora da linguagem, não conseguimos sequer imaginar o que é não ter linguagem - nosso acesso à realidade é mediado por ela de forma tão absoluta que podemos dizer que para nós a realidade não existe, o que existe é a tradução que dela nos faz a linguagem, implantada em nós de forma tão intrínseca e essencial quanto nossas células e nosso código genético. Ser humano é ser linguagem. Mas a comparação com o peixe também pode se aplicar a uma outra dimensão da linguagem, que é a única forma como a linguagem realmente adquire existência: a dimensão *textual*. Abrir a boca para falar, empunhar um instrumento para grafar o que quer que seja, ativar a memória, raciocinar, sonhar, esquecer... todas essas atividades humanas só

se realizam como *textos*. Só tem linguagem onde tem texto. No entanto, por alguma misteriosa razão, os estudos linguísticos durante quase dois milênios desprezaram esse caráter essencialmente textual da linguagem humana. Talvez justamente por ele ser tão íntimo e inevitável quanto respirar, algo que fazemos tão intuitivamente que nunca nos detemos para refletir sobre isso, é que o caráter textual de toda manifestação da linguagem tenha sofrido esse soberano desprezo.

A etapa subsequente deste trabalho de reflexão fará considerações de ordem teórica, discutindo tópicos relacionados ao gênero textual como, por exemplo, sua constituição, evolução, funcionalidade, manifestação e representatividade à Linguística enquanto área científica que aglutina, harmonicamente, língua e linguagem.

3.1 O(S) GÊNERO(S) TEXTUAL(IS): O(S) CALEIDOSCÓPIO(S) DA LÍNGUA

Findada a discussão - mesmo que parcialmente - acerca do conceito de texto é necessário desenvolver outra importante reflexão: a que faz referência ao gênero textual e ao seu mecanismo de manifestação via-língua e linguagem, seja de modo escrito, seja de maneira oralizada.

A analogia que o título dessa seção do trabalho faz não ocorre descompromissadamente. Ao contrário disso: ela se desenvolve a partir do fato de que o gênero textual pode ser, perfeitamente, comparado a um caleidoscópio¹³. Enquanto esse é - em sua materialidade constitutiva - um instrumento que refrata imagens coloridas originadas a partir de um ponto espelhado, aquele é uma difração gráfica que se propaga por meio de sentidos, construindo significações.

A partir disso, é válido considerar a reflexão idealizada por Mikhail Bakhtin (2003, p. 261-262, grifo do autor), a partir da qual se faz interessante observar que o

emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos - o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional - estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um

¹³O nome “caleidoscópio” deriva das palavras gregas *kalos*, “belo, bonito”, *eidōs*, “imagem, figura” e *scopeo*, “olhar para, observar”. Ele foi inventado na Inglaterra, em 1817 pelo físico escocês Dawid Brewster (1781-1868). Cerca de doze ou dezesseis meses mais tarde ele despertava a admiração universal. Afirma-se que o caleidoscópio já era conhecido no século XVII. O caleidoscópio ou calidoscópio é um aparelho óptico formado por um pequeno tubo de cartão ou de metal, com pequenos fragmentos de vidro colorido, que, através do reflexo da luz exterior em pequenos espelhos inclinados, apresentam, a cada movimento, combinações variadas e agradáveis de efeito visual. Hoje, esse aparato é utilizado para fornecer padrões de desenho geométrico.

determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*.

Esses apontamentos motivam alguns questionamentos: o que são os gêneros textuais? Como esses elementos linguísticos se caracterizam? E, não obstante, a partir de que necessidades eles surgem? O estudioso Luiz Antônio Marcuschi (2010, p. 19) torna explícito o fato de que já se tornou trivial a ideia de que

os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia. São entidades sociodiscursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa. No entanto, mesmo apresentando alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita.

A tríade composta pela língua, pela linguagem e pelo pensamento acompanhou o desenvolvimento ininterrupto da sociedade, desde a antiguidade até a contemporaneidade. A ilustração desse panorama é importante à medida que auxilia a compreender que os gêneros textuais não são manifestações linguístico-culturais recentes como alguns possam imaginar. Essa constatação pode ser confirmada através das palavras de Marcuschi (2010, p. 20), por meio das quais ele explica que uma simples observação histórica

do surgimento dos gêneros revela que, numa primeira fase, povos de cultura essencialmente oral desenvolveram um conjunto limitado de gêneros. Após a intervenção da escrita alfabética por volta do século VII a.C, multiplicam-se os gêneros, surgindo os típicos da escrita. Numa terceira fase, a partir do século XV, os gêneros expandem-se com o florescimento da cultura impressa para, na fase intermediária de industrialização iniciada no século XVIII, dar início a uma grande ampliação. Hoje, em plena fase da denominada *cultura eletrônica*, com o telefone, o gravador, o rádio, a TV e, particularmente o computador pessoal e sua aplicação mais notável, a *internet*, presenciamos uma explosão de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto na oralidade como na escrita.

Características fundamentais que devem ser consideradas no espectro de estudos acerca dos gêneros textuais são sua funcionalidade e sua efemeridade. Esse último traço distintivo que permeia as línguas naturais pode acometer, também, o gênero textual, pois ele não está imune ao “descarte” (substituição) que é realizado, naturalmente, no âmbito

comunicativo, visto que determinado protótipo textual que, por exemplo, tenha desempenhado papel essencial hoje pode não atender as mesmas necessidades em um futuro pouco distante.

O gênero textual é, a partir disso, balizado pelo par antitético “atualidade *versus* efemeridade”. Discutindo com maior profundidade essa questão, Marcuschi (2010, p. 20) afirma que os

gêneros textuais surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem. Caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais. São de difícil definição formal, devendo ser contemplados em seus usos e condicionamentos sociopragmáticos caracterizados como práticas sociodiscursivas. Quase inúmeros em diversidade de formas, obtêm denominações nem sempre unívocas e, assim como surgem, podem desaparecer.

As ilustrações teóricas até agora trazidas à tona na tarefa de reflexão sobre os gêneros textuais nos possibilitam constatar que eles não são estáveis, acompanham a evolução temporal e desempenham funções sociais que, de certo modo, revigoram a comunicação humana. Outro aspecto fundamental ao processo de arquitetura e de manifestação dos gêneros textuais é o que faz alusão à situação comunicativa, ou seja, a ação discursiva. O docente e pesquisador suíço Bernard Schneuwly (2004, p. 24-25) acerca disso nos mostra, por exemplo, que a escolha do gênero se faz

em função da definição dos parâmetros da situação que guiam a ação. Há, pois, aqui uma relação entre meio-fim, que é a estrutura de base da atividade mediada. Portanto, nossa tese inicial - o gênero é um instrumento - enquadra-se bem na concepção bakhtiniana [...] Os gêneros prefiguram as ações de linguagem possíveis: a existência do romance, seu conhecimento, senão seu controle pelo menos parcial, é a condição necessária da ação discursiva “escrever um romance”, assim como o conhecimento e o controle do machado são condições necessárias da ação de “cortar uma árvore”. Por outro lado, há a possibilidade de escolha do gênero (pelo menos, parcialmente) para, por exemplo, persuadir alguém a parar de fumar: panfleto, tratado teórico, relato ou diálogo. A ação discursiva é, portanto, ao menos parcialmente, prefigurada pelos meios. O conhecimento e a concepção da realidade estão parcialmente contidos nos meios para agir sobre ela. Tínhamos dito que o instrumento é um meio de conhecimento: eis a concretização dessa tese [...] Poderíamos aqui construir uma outra metáfora: considerar o gênero como um “megainstrumento”, como uma configuração estabilizada de vários subsistemas semióticos (sobretudo lingüísticos, mas também paralingüísticos), permitindo agir eficazmente numa classe bem definida de situações de comunicação. Pode-se, assim, compará-lo ao megainstrumento em que se constitui uma fábrica: conjunto articulado de instrumentos de produção que contribuem para a produção de objetos de um certo tipo. Esse megainstrumento está inserido num sistema complexo de magainstrumentos que contribuem para a sobrevivência de uma sociedade.

Ainda nesse macrouniverso de abordagem e delimitação especificativa acerca dos gêneros textuais outro constructo necessita ser observado: a materialização dos gêneros enquanto indispensáveis elementos comunicativos. Já apresentamos, nessa etapa de nosso trabalho, uma “definição” - se assim se pode dizer - do que Marcuschi (2010) convencionou nomear como gênero textual. Outros recortes teóricos acerca desse fenômeno da língua foram desenvolvidos como, por exemplo, o de Joaquim Dolz e Schneuwly (2004, p. 44), por meio do qual os linguistas indagam sobre

o que é um *gênero*? Em outro texto (Schneuwly 1994), desenvolvemos a idéia metafórica do gênero como (mega-) instrumento para agir em situações de linguagem. Uma das particularidades desse tipo de instrumento - como de outros, aliás - é que ele é constitutivo da situação: sem romance, por exemplo, não há leitura e escrita de romance. Sem dúvida, essa é uma das particularidades do funcionamento da linguagem em geral (e, logo, um limite da metáfora instrumental...). A maestria de um gênero aparece, portanto, como co-constitutiva da maestria de situações de comunicação. Situando-nos na perspectiva bakhtiniana, consideramos que todo gênero se define por três dimensões essenciais: 1) os conteúdos que são (que se tornam) dizíveis por meio dele; 2) a estrutura (comunicativa) particular dos textos pertencentes ao gênero; 3) as configurações específicas das unidades de linguagem, que são sobretudo traços da posição enunciativa do enunciador, e os conjuntos particulares de seqüências textuais e de tipos discursivos que formam sua estrutura.

A discussão sobre a exata noção de ordem científica que perpassa o gênero textual é prática que - há muito tempo - ocorre no âmbito acadêmico, especificamente nas abordagens reflexivas relacionadas à língua (incluem-se nessa esfera as diversas áreas de estudo interligadas a esse fenômeno) e à linguagem. Esse último constituinte, enquanto ferramenta distintiva humana, está, intimamente, interconectado ao gênero textual, à medida que determinado protótipo escrito se manifesta através de práticas de linguagem, representando sua singularidade graficamente materializada e o próprio sujeito que se revela via-gênero acionado. Essa conjuntura, entretanto, deve ser meticulosamente examinada, pois, de acordo com os expoentes na área de estudos científicos relacionados ao gênero textual Schneuwly e Dolz (2004, p. 63) o problema é, indiscutivelmente, saber

como se articulam as práticas de linguagem, diferentes em suas formas, e a atividade do aprendiz. Nós partimos da hipótese de que *é através dos gêneros que as práticas de linguagem materializam-se nas atividades dos aprendizes*. Por seu caráter intermediário e integrador, as representações de caráter genérico das produções orais e escritas constituem uma referência fundamental para sua construção. Os gêneros constituem um ponto de comparação que situa as práticas de linguagem. Eles abrem uma porta de entrada, para estas últimas, que evita que delas se tenha uma imagem fragmentária no momento da sua apropriação. Os gêneros podem ser considerados, seguindo Bakhtin (1984), como instrumentos que fundam a possibilidade de comunicação. Trata-se de formas relativamente estáveis tomadas pelos enunciados

em situações habituais, entidades culturais intermediárias que permitem estabilizar os elementos formais e rituais das práticas de linguagem.

O homem possui a capacidade de atuar, se comunicar e interrelacionar-se em comunidade, estando amparado nessa tarefa pela fala - exercício de manifestação da linguagem - compartilhando saberes. Nesse macrouniverso de contextualização assumem posição representativa no processo de constituição do gênero a situação de interação e o seu lugar de produção. Os distintos locais nos quais podem ser “gerados” os textos são determinantes à sua natureza constitutiva, exercendo a função de condutores da atividade produtiva genérica, facilitando ou impedindo a compreensão de enunciados, sejam simples, sejam estratificados.

O gênero textual se manifesta através de diversificadas maneiras e instrumentos. Sua compreensão e seu uso são fundamentais aos estudos linguísticos, visto que aquele é parte integrante da própria vivência dos falantes, os quais - voluntária ou involuntariamente - o utilizam em suas atividades cotidianas, cumprindo objetivos comunicacionais exigidos pelo ambiente (propício à troca de informações) que o cerca.

A partir disso, há alguma particularidade (propriedade) que seja, quem sabe, indispensável à caracterização da essência dos gêneros textuais? Seria o estilo (modo de exibição) do gênero um elemento indispensável à definição de seu papel funcional? Tais questionamentos nos conduzem a refletir mais profundamente sobre isso e, como auxiliares nessa tarefa, adotamos as palavras de Rosângela Hammes Rodrigues (2005, p. 168), através das quais fica evidenciado que o

estilo do gênero diz respeito ao uso *típico* dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua. O estilo de um enunciado particular pode ser mais bem compreendido ao se considerar a sua natureza genérica. Os estilos individuais, bem como os de língua, são estilos dos gêneros. Todo enunciado, por ser individual, pode absorver um estilo particular, mas nem todos os gêneros são capazes de absorvê-lo da mesma maneira. As condições mais produtivas se encontram na esfera literária, onde um estilo individual faz parte dos propósitos, da finalidade do gênero, pois é uma das funções da comunicação artística. Os gêneros menos produtivos são aqueles mais padronizados, como a instrução de trabalho, a ordem militar, muitos documentos oficiais. Neles só podem se mostrar os aspectos mais superficiais (quase biológicos) da individualidade. Na grande maioria dos gêneros, um estilo individual se constitui como um epifenômeno, uma vez que não faz parte da intenção do enunciado, não é a sua finalidade. Analisando-se os gêneros do ponto de vista do estilo, eles se constituem como uma das grandes forças sociais de estratificação e diversificação (uma das forças centrífugas) da língua.

Inserida nessa trajetória que está sendo, através da reflexão e da discussão, arquitetada acerca do gênero textual nesse momento do trabalho, devemos fazer menção a outros dois traços distintivos que “moldam” determinado elemento escrito (esse último representado pelo próprio gênero): a hibridização e a intercalação. Esses aspectos atuam, sincronicamente, como instrumentos que garantem a estabilidade genérica, facilitando a inserção dos gêneros textuais no âmbito da sociedade, a qual os absorve.

A perfeita transposição desse postulado é feita por Rodrigues (2005, p. 169), através da qual ela elucida que

Bakhtin salienta que muitos gêneros secundários, no seu processo de formação, absorvem e reelaboram diversos gêneros primários. Muitos gêneros nascem de hibridismos de outros gêneros, primários ou não, como o romance polifônico, que nasceu do diálogo socrático e da sátira menipeia. Além disso, os gêneros secundários costumam “representar” diferentes formas de interação cotidiana, pela incorporação de gêneros primários. O gênero primário inserido (intercalado) no secundário, como uma carta dentro de um romance, perde sua relação direta com a realidade, deixa de ser acontecimento da vida cotidiana; a carta no romance conserva sua forma e relevância cotidiana só como parte do romance, participando da realidade apenas por meio do romance, como acontecimento artístico e não como acontecimento cotidiano. A intercalação de gêneros, no entanto, também pode ser observada no funcionamento dos gêneros primários. O processo de intercalação é um dos lugares onde observar a plasticidade dos gêneros. Todas essas características dos gêneros apontam para sua relativa estabilidade, sua dinamicidade e sua relação inextricável com a situação social de interação.

Os gêneros motivaram e geram, até hoje, pesquisas que tentam revelar aspectos representativos inerentes ao seu processo de funcionamento como, por exemplo, a sua natureza constitutiva, seu processo de arquitetura, programação e manifestação, além de fatores determinantes à sua existência como a estabilidade e a instabilidade que os permeia, condicionando, desse modo, sua funcionalidade dentre o amplo espectro de questões que interessam às ciências da língua e da linguagem enquanto ferramentas comunicativas.

Essa fenomenologia metodológica que - de certa maneira - rege os gêneros é trazida à baila por meio da discussão teórica proposta por Bakhtin (2003, p. 262), através da qual se evidencia que “a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo”.

A importância de explicitar o que são (em essência) os gêneros textuais não se esgota, mesmo que inúmeros estudiosos de diferenciadas áreas já o tenham feito em outras oportunidades. O gênero se consolida, ininterruptamente, como porta-voz da pluralidade

tipológica de possibilidades de exibição da língua, estando ela contida na linguagem e na própria existência humana. A linguista Roxane Helena Rodrigues Rojo (2005, p. 189) elabora considerações úteis ao tratamento e à discussão dessas questões, ilustrando o fato de que teorias

de origem francófona têm uma maneira semelhante de tratar a questão dos *gêneros de texto*. Para explaná-la, retomarei aqui o diálogo estabelecido entre Bronckart (1997) e Adam (1999). Segundo Bronckart (1997), é por causa da grande diversidade das espécies de texto que se manifestou, desde a Antiguidade grega até nossos dias, uma preocupação com sua delimitação e designação, que se traduziu na elaboração de propostas de classificação múltiplas, centradas, na maior parte dos casos, na noção de *gênero de texto* (ou de *gêneros de discurso*). Resulta que toda espécie de texto pode atualmente ser qualificada em termos de *gênero* e que, portanto, todo exemplar de um texto observável pode ser considerado como pertencente a determinado gênero. Entretanto, para o autor, os gêneros de texto permanecem como entidades *vagas*. As múltiplas classificações existentes são divergentes e parciais e nenhuma delas pode pretender constituir-se num modelo de referência estável e coerente. E isso em função da diversidade de critérios que podem, legitimamente, ser utilizados para definir um gênero e do caráter fundamentalmente histórico (e adaptativo) das produções textuais.

A real noção acerca do gênero textual nem sempre pode ser delineada com exatidão devido ao fato de esse elemento linguístico ser, por vezes, instável, estando ele suscetível ao macrocosmo híbrido que se instaura na língua. Essa incerteza - que até a atualidade perdura - era mais intensa nos momentos iniciais dos estudos referentes ao gênero. Havia marcas identificadoras que auxiliavam os estudiosos de outrora a afirmar, por exemplo, que estavam, realmente, em contato exploratório com um elemento que poderia ser estudado e examinado enquanto gênero de texto? A docente-pesquisadora Anna Rachel Machado (2005, p. 242, grifo do autor) acerca disso deixa transparecer que os

tipos de textos ou *gêneros de textos* eram tomados simplesmente a partir de sua rotulação social usual, sem conceituação teórica maior. Assim, a definição de *gênero de texto* subjacente era a de que *gênero de texto é aquilo que sabemos que existe nas práticas de linguagem de uma sociedade* ou aquilo que seus membros usuais consideram como objetos de suas práticas de linguagem. Embora essa definição seja aparentemente simplista, considero que, até hoje, ela nos ajuda no esclarecimento de dúvidas quanto ao que se pode considerar como gênero ou não. Exemplificando: se estamos lendo em casa e alguém nos pergunta “o que você está lendo?”, as respostas provavelmente conterão termos como “um romance”, “um conto”, “uma lenda”, “um diário” etc., o que indica haver um conhecimento compartilhado pelos falantes de que esses objetos estão relacionados à prática de leitura.

Aspecto relevante ao encaminhamento final dessa seção que tratou, exclusivamente, do gênero textual é o que diz respeito ao tipo de discurso que pode - ou não - estar embutido

ao gênero no qual ele, eventualmente, se manifesta. A explanação realizada pela brasileira Machado (2005, p. 245), acerca disso, aponta para o fato que para ter clareza

dessa parcialidade, pensemos em textos que pertençam, de direito, ao *gênero de texto romance*. Analisados em relação aos *tipos de discurso*, eles apresentam, seguramente, uma grande variação, ora com predominância do *tipo de discurso narração*, ora do *relato interativo* etc., e, portanto, configurações de unidades linguísticas muito diferenciadas. Assim, não podemos dizer que o gênero romance se caracteriza por qualquer um desses *tipos de discurso* e pelas unidades linguísticas que os caracterizam. Assim, com a utilização do conceito de *tipos de discurso* e com o procedimento de análise de levantamento das unidades linguísticas a eles correspondentes, em relação ao *gênero romance*, poderíamos chegar apenas à identificação de algumas das variantes desse *gênero* e/ou verificar se, na maioria delas ou na mais facilmente identificada pelos membros da sociedade como romance, há predominância ou não do *tipo de discurso narração*. Isso, entretanto, não levaria a distingui-lo de outros *gêneros*, pois esse *tipo* pode também ser o predominante em variantes de inúmeros outros *gêneros*, como da lenda, do conto etc.

O gênero textual é, definitivamente, um elemento socialmente constituído que auxilia, sobremaneira, no exercício de compartilhamento linguístico que identifica uma comunidade. A estabilidade, a instabilidade e os seus meandros de acionamento nas situações em que ele (o gênero) deve agir no âmbito interativo são elementos que instigam setores diferenciados, os quais estão envolvidos nos estudos da língua. A noção de gênero textual está, também, bastante próxima do ambiente escolar, incorporando - por vezes - um caráter notavelmente educacional. Argumentos colaborativos a essa discussão são os elaborados por Machado (2005, p. 258-259), através dos quais a pesquisadora explica, logo, que não há

possibilidade de identificar, descrever e classificar todos os gêneros existentes em nossa sociedade, muito menos ensiná-los. Inexoravelmente, nossas análises, descrições e classificações sempre serão parciais, justificadas apenas por objetivos específicos. Assim, os chamados *modelos didáticos de gêneros* que buscamos construir têm de ser vistos como uma possibilidade dentre outras, e não como o modelo único e definitivo, devendo eles ser sempre orientados pelos objetivos educacionais que perseguimos. A clareza que devemos ter sobre essa parcialidade parece ser fundamental, uma vez que ela pode impedir-nos de abordá-los, principalmente no ensino e na formação de professores, como “modelos” intocáveis e invariáveis e levar-nos à consciência de que as restrições sociais deixam sempre, a todo momento, em cada ação, uma brecha, uma “falha”, uma incompletude por onde podemos deslizar [...] Assim, o ensino de gêneros terá seu sentido assegurado se soubermos claramente o que queremos dizer com isso e se tivermos a perspectiva clara de que, paradoxalmente, é o seu domínio que nos pode permitir deles “escapular”. E chegar, como Clarice Lispector, a querer o “mistério”, o imponderável, espaço em que o sucesso de nossa ação não nos é assegurado de antemão por prescrições pré-construídas, espaço em que as garantias socialmente estabelecidas parecem cessar. E, sobretudo, espaço em que nos instituímos como *pessoas*.

O passo seguinte nesta “trilha” a percorrer será o de explicitar o gênero textual nomeado como discurso. Esse último constituinte genérico será aspecto sobre o qual materializar-se-ão - em outro momento deste trabalho - textos proferidos por três personalidades históricas nacionais atuantes em diferentes momentos de nossa nação.

3.2 A ESSÊNCIA CAMALEÔNICA DO GÊNERO DISCURSO

A principal tarefa a ser desempenhada nesta etapa de reflexão é a de discutir a questão referente ao gênero textual classificado como discurso. Na realização disso faremos explanações de ordem teórica, a fim de ilustrar o que se compreende por discurso e qual o seu mecanismo de organização, contextualizando-o frente ao universo de abordagens analíticas que surgirá, aqui, futuramente.

Importante é fazer menção a um fato interessante: três textos pertencentes ao gênero discurso servirão como objetos motivadores do espectro de análises. Tais protótipos escritos representam, de certo modo, a “voz” de diferentes épocas da história brasileira corporificada em personagens distintos: Gandavo, José Bonifácio e Zilda Arns. Surge, a partir disso, a significância de tratarmos do gênero discurso nesta seção argumentativo-expositiva para que, posteriormente, a atividade analítica não seja prejudicada pela ausência de um arsenal teórico-explicativo que a sustente de modo pertinente.

O discurso - assim como todos os infinitos gêneros textuais - se constitui por meio de um processo de gênese. A partir dessa etapa, vemos, comumente, a errônea iniciativa de inúmeros indivíduos em tentar, equivocadamente, “estabilizar” o discurso no que tange à sua classificação e ao seu modo de ordenação, delimitando-o através de características que o solidificam e que, assim, nos dão a falsa ideia de estabilidade e de imutabilidade.

A demonstração concreta disso se consolida através das afirmações proferidas pelo linguista francês Dominique Maingueneau (2008, p. 25), explicando-nos que para organizar, por exemplo, um pouco

o universo discursivo, utilizam-se constantemente tipologias funcionais (discurso jurídico, religioso, político...) e formais (discurso narrativo, didático...), que se revelam tanto inevitáveis quanto insignificantes. Não se pode definir o discurso como um gênero cujos diversos tipos seriam suas diferenças específicas; assim como não existe discurso absoluto que, num espaço homogêneo, regularia todas as traduções de um tipo de discurso para outro, também não existe disjunção entre os diversos tipos. Estamos condenados a pensar uma mistura inextricável do mesmo e do outro, uma rede de relações constantemente aberta. Não é de se espantar que as tipologias, quando são perscrutadas de perto e quando se quer aplicá-las, voem em estilhaços, deixando aparecer um imenso arabesco de textos nos quais só as grades

ideológicas de uma época, de um lugar dados, ou hipóteses que fundam uma pesquisa podem introduzir uma ordem. Como os “interesses” que guiam essas pesquisas podem também ser muito diversos, as grades tipológicas tendem, conseqüentemente, a variar. Além do mais, se queremos levar em conta os fatores de variação espaciotemporal que especificam as tipologias (discurso didático religioso de tal lugar e de tal época, discurso filosófico polêmico de tal outro contexto... e assim por diante, até o infinito), fica fácil entender que nos encontramos diante de algo insensato, caso se pretenda alcançar um pouco de generalidade.

Essa consideração acerca do gênero discurso nos possibilita depreender sua constituição instável, não permitindo enquadrá-lo em um formato pré-determinado, rígido quanto às questões de natureza tipológica e classificatória. O conceito de gênese é, então, multirrepresentativo e plurissignificativo se considerarmos seu modo de consolidação específico em um ou em outro gênero.

A performance não-linear rege a organização e a manifestação discursiva. Há de se mencionar, também, que o gênero discurso - em essência - atende a uma “orientação” manifestada via-comunicação. Referindo-se a essa particularidade linguística, Patrick Charaudeau & Dominique Maingueneau (2012, p. 170, grifo dos autores), em sua obra intitulada *Dicionário de Análise do Discurso*, deixam transparecer que o discurso é

“orientado” não somente porque é concebido em função do *propósito* do locutor, mas também porque ele se desenvolve *no tempo*. O discurso se constrói, com efeito, em função de um fim, considera-se que vai chegar a alguma parte. Mas ele pode desviar-se durante o percurso (digressões...), voltar à direção inicial, mudar de direção etc. Sua linearidade se manifesta frequentemente através de um jogo de antecipações [...] tudo isso constitui um verdadeiro “painel de controle” da fala para o locutor.

Há de se considerar, além disso, nesse universo de tratamento teórico que aborda a indefinição - inclusive a conceitual - do discurso, outros aspectos. O gênero textual discurso comporta, essencialmente, em sua propagação social, traços distintivos inerentes à sua difusão e ao seu consumo. Tais modalidades acionais são inseparáveis, à medida que constituem um sistema (teia) interconectado e interdependente, gerando sentidos a partir de um determinado gênero que atua como “porta-retratos” desse macrouniverso inerente às ciências da linguagem.

O estudioso Maingueneau (2008, p. 134) sobre isso se posiciona, explicitando, claramente, que o

“modo de difusão” vai de mãos dadas com o *modo de consumo* do discurso, isto é, com o que se “faz” dos textos, como eles são lidos, manipulados... Somos aqui

remetidos a uma problemática dos “gêneros”, se ampliarmos um pouco as implicações dessa noção usual. De fato, tem-se espontaneamente a tendência a conferir-lhe um estatuto essencialmente formal, o de um conjunto de propriedades estilísticas, ao passo que o gênero define também as condições de utilização dos textos que dele derivam. O fato de um poema ser destinado a ser cantado, acompanhado por um instrumento de certo tipo, lido em voz alta em uma reunião social, ou percorrido pelos olhos solitariamente, consumido nesse ou naquele outro tipo de circunstâncias... tem uma incidência radical sobre seu tamanho, seu recorte em estrofes, suas recorrências etc.... Sabe-se da importância desses fatores no estudo dos Evangelhos; mostrou-se que é impossível dissociar esses textos do consumo que deles faziam as primeiras comunidades cristãs.

Os postulados que convergem à noção genérica de discurso não são tão recentes - em dimensões cronológicas - quanto possam parecer. Esse prisma informacional que se abre frente a nossos olhos nos auxilia a tratar do gênero textual nomeado como discurso de outro modo: considerando, também, sua singularidade histórico-social. O discurso foi elemento utilizado por outras esferas culturais e científicas com exceção da Linguística? Há a possibilidade de saber, realmente, o que é possível encontrar - ou não - em um ou em outro discurso? A definição desse, enquanto gênero textual, é uma certeza ou é um mero constructo utópico?

As divergências e os eventuais desencontros no estudo do gênero textual discurso são inevitáveis e, curiosamente, positivos, pois é a partir desses fatores que a produção de conhecimento acerca do próprio discurso desenvolveu-se, ininterruptamente, motivando pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento. Barreiras a serem positivamente transgredidas são elementos comumente encontrados na esfera de abordagem científica referente ao discurso. E - estando atrelado à ciência linguística - não há como se conceber ou compreender o discurso sem a existência fundamental da linguagem.

A postulação científico-teórica de José Luiz Fiorin (2012, p. 151-152, grifo do autor) é valiosa no que tange ao entendimento disso, pois podemos depreender que o discurso

transcendentalista é aquele que faz da linguagem meio para compreender a sociedade humana, o psiquismo do homem, seu sistema conceitual, a marcha do ser humano sobre a Terra, as propriedades físicas dos sons, etc. [...] a linguagem deve ser estudada como “um todo que se basta a si mesmo, uma estrutura *sui generis*”. Nesse sentido, a linguagem deixa de ser meio e passa a ser um fim em si mesmo.

O gênero textual discurso é elemento inerente à sociedade, exercendo o homem o papel de instrumento condutor de seu sucesso ou, quiçá, de seu fracasso. Atividade desempenhada pelo discurso é, além disso, a capacidade de adequação à situação de uso, isto é, a sua flexibilidade e a sua mobilidade frente às exigências que lhe são impostas - na esfera

comunicativa - cotidianamente. Ele, assim, possui (em sua essência) uma forma específica de manifestação que o possibilita atuar como protótipo representativo às configurações incorporadas pela língua e pela linguagem.

Acerca disso o linguista brasileiro Sírio Possenti (1993, p. 113-114) se posiciona, mencionando que enquanto

fenômeno, e dadas as articulações que promove com vários fatores e áreas de conhecimento, o discurso permite, alternativamente, e de acordo com os interesses dos que o tomam como objeto de análise, privilégios diversificados. Assim é que, para alguns, ele é um acontecimento antes de mais nada ideológico, isto é, expressão das posições de classe ou grupo, e será sobre este fulcro que incidirá o trabalho fundamental de tais analistas do discurso. Eventualmente, farão extensões hipotéticas de suas descobertas para outros domínios, mas o que lhes interessa antes de tudo é a descoberta de uma certa relação entre linguagem e ideologia. Para um psicanalista, o discurso de seu paciente não será visto como sendo sobretudo um acontecimento ideológico. E, portanto, não lhe ocorrerá lançar mão, na sua tentativa de interpretação, de uma teoria política. Ao contrário, sua tarefa será “traduzir a ‘língua fundamental’ do inconsciente” [...] Enquanto objeto de interesse da lingüística, considero o discurso uma máquina de produzir sentidos, e é enquanto produtor de sentido (da maneira mais geral possível) que ele deve interessar ao lingüista. De uma certa maneira, apesar das diferenças radicais de propósitos, procedimentos e concepções, vale a idéia geral de que o objetivo de uma teoria lingüística é explicar a relação de interpretação estabelecida entre as expressões e sua significação, como em Hjelmslev a função semiótica entre a forma da expressão e a do conteúdo, ou como em Chomsky a relação entre som e sentido. Evidentemente, a noção de sentido que interessa à análise do discurso é bem mais abrangente do que a que serve de base às teorias gramaticais. Mas o que se quer ressaltar aqui é que o que interessa é explicar por que um discurso produz certos efeitos, inclusive os de sentido no sentido gramatical.

O percurso traçado até o momento nos permite compreender o que se convencionou (lingüisticamente) nomear como discurso. Interpretado - neste trabalho - como um, dentre inúmeros, gênero textual ele vem sendo estudado, exaustivamente, pela Lingüística. A partir de que demandas específicas, entretanto, o discurso interessou à essa ciência enquanto objeto de estudo e de análises? O estudioso Fiorin (2012, p. 146) nos mostra que o

discurso é um objeto lingüístico e um objeto histórico, o que significa que ele é uma construção lingüística, gerada por um sistema de regras que define sua especificidade, mas, ao mesmo tempo, que nem tudo é dizível. O que se pode dizer forma um sistema e delimita uma identidade. Uma teoria do discurso deve, ao mesmo tempo, possibilitar a análise do funcionamento discursivo e de sua inscrição histórica.

Os estudos relacionados ao gênero discurso foram sendo incorporados por segmentos acadêmicos distintos ao longo do tempo. Nesse trajeto percorrido, aquele sofreu influências

de fatores como, por exemplo, o ambiente (espaço perpassado pelo falante e lugar de “moldagem” das características dimensionais de determinado texto prototípico do discurso), fazendo-o comportar-se de modos diferenciados frente à sociedade. Isso pode ser visualizado através das informações elaboradas por Dunker (2008, p. 195), nas quais fica exposta a ideia de que a noção de discurso

se afina substancialmente com a de espaço e que essa categoria tornou-se uma referência crucial para pensar a ideologia. O espaço, assim como o tempo, segundo Kant, é uma condição de possibilidade da representação. Um espaço de discurso é o que torna possível um conjunto de enunciados e delimita um campo de possibilidades ao qual o sujeito está submetido. Lembremos que a referência ao espaço tem marcado os estudos sobre a linguagem desde seu início na antiga tradição retórica grega. A distinção de Aristóteles entre lugares comuns, baseados na universalidade, e lugares específicos, baseados na particularidade, aponta para uma metáfora dominante na história da análise do discurso.

A história incorporou as múltiplas “camuflagens” que o gênero textual discurso foi capaz de exibir ao transcorrer dos séculos. Ora portador de caracteres específicos, ora revestido pelos traços generalizantes que impregnam o corpo da língua, ele resistiu à instabilidade temporal, aprimorando-se, evoluindo, transformando-se. É - o discurso - capaz, contudo, de se autodefinir e de “dizer” o próprio tempo? Há tensões estabelecidas entre a estabilidade da permanência discursiva e a mutabilidade de sua própria natureza edificante? Qual seria, então, o lugar racionalmente “habitável” ao discurso? Essas incertezas são esclarecidas, respectivamente, por Fiorin (2012, p. 154), o qual argumenta que do ponto de vista

da estruturação linguística, o discurso é um todo organizado de sentido, delimitado por dois brancos, pertencente à ordem da imanência, ou seja, ao plano do conteúdo; é a atualização de virtualidades da língua e do universo do discurso. [...] Do ponto de vista translinguístico, o discurso ganha sentido na relação com outro discurso: ele tem autoria, dirige-se a um enunciatário, tem completude e expressa valores, emoções, etc.

A dimensão teórica lograda pelo gênero discurso é muito mais abrangente do que possam muitos imaginar. Esse gênero textual exerce, em sua manifestação concreta, funções sociais como a condução comportamental condicionada à realidades específicas e o poder (em seu sentido pleno, fundamentalmente denotativo). Tal constatação de viés teórico-científico é discutida pelo professor J. L. Meurer (2005, p. 93), elucidando o fato de que no mundo contemporâneo, o poder

tende a não ser imposto por coerção, i. é, pela força, incluindo punições públicas, como era o caso em tempos passados. Ao contrário, o exercício das grandes formas de poder e hegemonia (por exemplo, a promoção do patriotismo, que na verdade beneficia as elites dominantes) tende a atrair as pessoas discursivamente. Desta maneira, o exercício das formas de poder tenta levar as pessoas a cooperar consensualmente. E, ao tentar produzir consenso, as “verdadeiras” motivações que levam as pessoas a cooperar não são explícitas e sim frequentemente camufladas. Escapa muitas vezes às pessoas que várias “realidades” são criações discursivas às quais se poderia resistir. Na linguagem da mídia e da propaganda, por exemplo, criam-se constantemente novas necessidades de consumo. Veja-se a indústria bilionária de produtos “de marca” para adolescentes. Para muitos jovens de classe média, forma-se um consenso de que possuir um tênis de *griffe* de última geração lhes garante um lugar no grupo a que pertencem. É aqui que atuam fortemente as diferentes formas de ideologia.

O ato de discutir o gênero discurso implica, diretamente, a atitude de considerar - nesse processo de produção discursiva - o sujeito que faz o acionamento da fala cristalizada pela linguagem. O elemento social, desse modo, é relevante à prática discursiva à medida que a ampara, fornecendo-lhe espaço e subsídios metodológicos de manifestação nas interações verbais. A referência explícita ao discurso nos remete à própria noção acerca da sociedade, à suas práticas e à suas especificidades.

Tal consideração é discutida com nitidez por Rojo (2005, p. 199), revelando que aqueles que adotam a perspectiva

dos *gêneros do discurso* partirão sempre de uma análise em detalhe dos aspectos sócio-históricos da situação enunciativa, privilegiando, sobretudo, a *vontade enunciativa* do locutor - isto é, sua finalidade, mas também e principalmente sua *apreciação valorativa* sobre seu(s) *interlocutor(es)* e *tema(s)* discursivos -, e, a partir desta análise, buscarão as marcas linguísticas (formas do texto/enunciado e da língua - composição e estilo) que refletem, no enunciado/texto, esses aspectos da situação. Isso configura não uma análise exaustiva das propriedades do texto e de suas formas de composição (gramática) - buscando as invariantes do gênero -, mas uma descrição do texto/enunciado pertencente ao gênero ligada sobretudo às maneiras (inclusive linguísticas) de configurar a significação. E de um outro texto/enunciado; e de um outro; e assim por diante. Assim, talvez o analista possa chegar a certas regularidades do gênero, mas estas serão devidas não às formas fixas da língua, mas às regularidades e similaridades das relações sociais numa esfera de comunicação específica. Será sempre um estilo de trabalho mais “*top-down*” e de idas e vindas da situação ao texto e nunca um estilo “*bottom-up*” de descrição exaustiva e paralela de textos, para, depois, colocá-los em relação com aspectos da situação social ou de enunciação.

A explanação aqui construída acerca do discurso (contemplado enquanto gênero textual em nosso trabalho) nos permitiu verificar sua gênese - fenômeno propulsor de sua manifestação - além de sua evolução cronológica, sua manifestação e seu valor social.

O gênero textual discurso sustenta - no âmago de seu íntimo constituinte - a natureza camaleônica. A fragmentação mórfico-etimológica do vocábulo “camaleão”¹⁴ designa, em sua origem grega, respectivamente: *chamai* (na terra, no chão) e *leon* (leão). Utilizando-se de células especializadas - cromatóforas e guanóforas - esses seres irracionais refletem a luz ambiental em matizes variados, adaptando-se ao meio onde vivem, através de uma sofisticada camuflagem. O gênero discurso, enquanto “camaleão” das palavras, difrata o brilho da própria língua, produzindo sentidos que - ininterruptamente - auxiliam no processo comunicativo que rege, como o “leão da terra” a sociedade.

Os espaços de discussão que sucedem o atual na elaboração deste exercício teórico-reflexivo estarão organizados, criteriosamente, da seguinte forma:

- a- considerações acerca dos contextos históricos nos quais os discursos estão, cronologicamente, inseridos.
- b- explanação de aspectos biográficos referentes aos autores dos discursos.
- c- apresentação dos discursos proferidos, os quais motivarão, mais adiante, a atividade analítica.

A condução desta dissertação a partir dessas premissas organizacionais facilitará o desenvolvimento da reflexão previamente programada, permitindo que o saber científico encontre maior espaço de manifestação, transformando-se em saber-fazer, fomentando o universo de construção de conhecimentos inerente à ciência. O pitoresco Brasil Colônia - perpassado pelos acontecimentos pós-descobrimento - será o aspecto a ser mostrado, no início do próximo capítulo deste trabalho, fazendo emergir parte das raízes identitárias nacionais.

4 OS PRIMÓRDIOS DA NAÇÃO: O BRASIL COLONIAL

A principal função desta etapa do trabalho é a de fazer menção ao período da história brasileira do qual o discurso de Pero de Magalhães Gandavo é elemento integrante: o Brasil Colonial. Destacaremos, dessa maneira, aspectos que compõem esse momento nacional, fazendo com que o leitor possa compreender a realidade com a qual Gandavo conviveu durante a época de elaboração de sua enunciação discursiva.

É válido mencionar, inicialmente, que não haveria significação de descrever o Brasil dos tempos coloniais se não tivesse existido a presença dominante de nossos colonizadores

¹⁴O nome “camaleão” significa “leão da terra”. Os camaleões possuem células especializadas em duas camadas sob a sua pele externa transparente. As células na camada superior, chamadas de *cromatóforas*, contêm pigmentos amarelos e vermelhos. Abaixo das células cromatóforas há outra camada e células: as *guanóforas*, que contêm uma substância cristalina e incolor (a guanina). A mudança de cor tem um papel importante na comunicação durante lutas entre camaleões, pois as cores indicam se o oponente está assustado ou furioso.

portugueses. Foram eles que - com ímpeto desbravador - cruzaram mares, descobrindo e povoando novas terras, legando costumes, crenças e tantos outros aspectos de ordem cultural e religiosa às nações recém-conquistadas. Isso tudo foi impulsionado, entretanto, pelo poder ultramarino que a coroa lusitana possuía, permitindo aos nossos colonizadores lançar-se ao oceano, transgredindo limites e fronteiras. O historiógrafo Luiz Roberto Lopez (1985, p. 11) acerca disso explicita que sendo um país

voltado para o mar por razões geográficas - a posição litorânea - Portugal também o foi por motivos econômicos. Primeiro, porque o mar se mostrou a única alternativa à expansão nacional, uma vez que do outro lado havia a Espanha. Segundo, porque a pesca e o sal já constituíam riquezas básicas dos lusitanos desde a Idade Média. Possibilitada por notáveis descobertas técnicas (bússola, astrolábio, caravela) e pela aliança entre a Dinastia de Avis e o grupo mercantil, a empresa navegatória lusa teve o seu momento áureo no século XV. Segundo observação da Profa. Helga Piccolo, o centro de pesquisas náuticas de Sagres, nome associado às navegações, nunca foi uma Escola “strictu senso”. Esse foi um mito que se formou a partir de uma hipótese levantada pelo estudioso inglês Samuel Purchas, nos inícios do século XVII. A rigor, portanto, a palavra “Escola” só tem validade se tomada na acepção de um estado de espírito - aquele estado de espírito mercantil e aventureiro que norteou as navegações.

O “descobrimento” da terra brasileira - seja por simples desvio de rota, seja puramente pela sorte - pelos portugueses tornou-se uma incontestável realidade histórica. Iniciava-se, assim, um período marcado pela situação de dependência (político-administrativa) da colônia - o Brasil - em relação a Portugal - a metrópole. Isso possibilitou ao colonizador a oportunidade de ampliação dos laços de dominação em relação ao território conquistado: o capital (metais preciosos e madeira) e os artigos manufaturados eram “intercambiados” com os indígenas em troca de colares, espelhos e roupas, dentre outros bens materiais. O colonialismo mercantilista semeado pelas mãos da nação portuguesa oportunizou, porém, ao Brasil, o contato inicial com a civilização ocidental, fato que - de um modo ou de outro - auxiliou nosso país a relacionar-se com as nações vizinhas.

Os princípios administrativos brasileiros - em sua essência voltada à gestão - foram iniciados a partir do momento em que se fez necessário gerenciar as capitânicas hereditárias. Elas se constituíram em uma alternativa encontrada por Portugal para incentivar a vinda de portugueses ao Brasil, iniciando a povoação e, como consequência disso, a miscigenação. Os quinze lotes de faixas paralelas e desiguais (as capitânicas) criados por D. João III enfrentaram adversidades como, por exemplo, o isolamento, o tamanho territorial e a carência de recursos por parte dos donatários. Argumentando sobre esse sistema de demarcação espacial que fez

parte do Brasil Colonial, Lopez (1985, p. 27-28) faz alusão ao fato de que as capitanias hereditárias representaram

uma solução de emergência. Para a Coroa, não se tratou de renunciar ao Brasil em favor do capital privado. Tratou-se, isso sim, de usá-lo no sentido de que ele fizesse o investimento inicial para descobrir em que se poderia assentar economicamente a colonização. Foi algo assim como se um exército mandasse batedores à frente para reconhecer o terreno a ser depois conquistado.

A evolução brasileira, a partir do descobrimento, foi visível. Ela foi impulsionada diretamente por aspectos econômicos, destacando-se, dentre eles, a atividade açucareira, oriunda dos canaviais que se propagavam pelos latifúndios. Elementos interessantes no que diz respeito ao universo açucareiro da história colonial do Brasil foram a casa grande, a senzala, os escravos, as capelas (símbolo representativo da religião) e os senhores patriarcais.

Um desses componentes - o escravo de origem africana - teve função fundamental nessa época: impulsionar o desenvolvimento da colônia via-trabalho hostil. O modo de vida desses homens e mulheres era o de, incansavelmente, desempenhar funções das mais diversas ordens, superando tanto os limites físicos quanto os psicológicos. A reconstrução desse cenário se torna possível por meio das palavras de Lopez (1985, p. 39-41) através das quais ele revela que os escravos, infelizmente, “trabalhavam de sol a sol, vigiados de cima pelo feitor, um dos poucos trabalhos assalariados da estrutura latifundiária. O escravo estava inteiramente sujeito ao tratamento que o senhor lhe queria dar. Vivia na senzala e era alimentado com carne seca e uma xícara de farinha”. Foi a partir dessa conjuntura que o Brasil, gradativamente, alicerçou sua trajetória enquanto nação, mesmo que ainda fosse dependente, em múltiplos setores, de Portugal.

A fase de cunho histórico que compreende o que se convencionou, tecnicamente, nomear como “Brasil Colonial” foi marcada por intensos conflitos populares como a revolta ocorrida no quilombo dos Palmares (liderada por Zumbi) e por tentativas de posse de terras pelos franceses, no Maranhão, e pelos holandeses, na Bahia e em Pernambuco. A influência da Holanda, por exemplo, trouxe consigo a abertura dos futuros horizontes artísticos brasileiros: floresce a manifestação barroca e os artistas retratam - através de suas pinturas - animais, paisagens, pessoas e a natureza morta do Nordeste.

O percurso temporal da época colonial nacional foi pontuado, também, pela desenfreada procura por metais preciosos como o ouro. Diversos expedicionários (os bandeirantes) percorreram longos caminhos em busca do metal dourado, o qual alimentava a

cobiça daqueles homens que visavam o lucro e o engrandecimento material. A ilustração referente a esse episódio histórico brasileiro é delineada por Lopez (1985, p. 65-66), o qual afirma que as Bandeiras

vieram a se constituir num fator importante na configuração das fronteiras, especialmente porque dirigiram-se rumo às áreas desabitadas do interior do Brasil, pelas quais nunca se haviam interessado os espanhóis em termos de colonização efetiva, voltados como estavam para a região da mineração andina. Constrangidos a realizarem as Bandeiras pela carência de recursos da terra à qual não tinham por que se prender, os paulistas dos primórdios acabaram por favorecer o surgimento de uma ideologia que muito ajudaria a classe dominante regional do futuro, a ideologia da iniciativa privada, do espírito empreendedor e indomável e da auto-suficiência que “não é conduzida, conduz”.

A mineração e o cultivo da cana-de-açúcar fizeram com que o Brasil Colonial pudesse prosperar. O povo da colônia, porém, ainda possuía baixa qualidade de vida, submetendo-se a condições laborais exploratórias e ao pagamento de altas taxas de impostos, não conseguindo desfrutar do progresso que a nação brasileira vinha experimentando. A política governamental que vinha sendo empregada - atendendo apenas aos interesses da metrópole - também gerou descontentamento popular, culminando com a eclosão de intensas revoltas sociais, as quais foram denominadas como “movimentos nativistas”. As manifestações oriundas dos anseios populares como a Inconfidência Mineira (liderada por Tiradentes) foram a nítida demonstração de que a dependência entre o binômio “Brasil e Portugal” haveria de, brevemente, chegar ao fim.

Em meio a várias dificuldades, a colônia ainda conseguia trilhar sua tão recente trajetória, absorvendo aspectos artísticos e culturais. O barroco litorâneo - próprio da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro - diferenciou-se do estilo barroco, por exemplo, de Minas Gerais. As igrejas, as sacristias, os ornamentos em ouro, as esculturas e os azulejos foram apenas alguns dos componentes reveladores da suntuosidade desse período histórico nacional, o qual revelou artistas como Aleijadinho¹⁵, perpetuando sua representatividade às futuras gerações.

¹⁵Arquiteto, escultor e decorador, Mestre Aleijadinho viveu de 1730 a 1814. Fez o seu aprendizado em Minas, jamais deixou o Brasil. Acometido de uma doença pertinaz que o deformou, a ela deveu o apelido. Como arquiteto, fez a planta (o “risco”) das igrejas de S. Francisco de Assis de Ouro Preto e S. João d’El Rey, além de ter realizado o trabalho decorativo dessas e de muitas outras igrejas. Como escultor, deixou obras (Os Profetas e Os Passos da Paixão, em Congonhas do Campo) em que o requinte técnico só é superado pela profundidade da expressão. Segundo diz Mário de Andrade, “o aparecimento da doença, a misteriosa zamparina, divide em duas fases a obra do Aleijadinho: a fase sã de Ouro Preto e S. João d’El Rey, que se caracteriza pela serenidade equilibrada e pela clareza magistral, e a fase de Congonhas, onde desaparece aquele sentimento renascente da fase sã e surge um sentimento muito mais gótico e expressionista. A deformação na fase sã é de caráter plástico. Na fase doente, é de caráter expressivo”.

A fim de sintetizar a essência do que se nomeou como “Brasil Colonial”, Lopez (1985, p. 92) esclarece que a partir dos inícios

do século XIX, o Brasil passou por mudanças históricas que se refletiram na arte. A produção de ouro em Minas encerrara seu ciclo, enquanto a sociedade do açúcar entrava numa longa fase de marasmo e estagnação. Quanto ao Rio de Janeiro, capital da colônia, ascendia em importância, especialmente após a chegada de D. João (1808), fato que implantou no Brasil uma sociedade laica e cortesã e fez com que a arte perdesse o caráter religioso em favor de uma nova orientação secular.

A fase colonial, definitivamente, teve momentos de intenso avanço econômico e períodos de forte instabilidade. O despertar artístico foi, em meio a tudo isso, um dos fatores que mais favoreceram esse espaço temporal vivenciado pela nação brasileira, possibilitando a abertura de horizontes prósperos quanto ao futuro do país.

O processo de reflexão prossegue com a apresentação - na próxima seção do trabalho - da biografia de Pero de Magalhães Gandavo. Esse roteiro metodológico se faz necessário devido ao fato de ser Gandavo o autor de um dos discursos que examinaremos no segmento referente à análise acerca da intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita.

4.1 O PRECURSOR DOS ESTUDOS HISTÓRICOS BRASILEIROS: PERO DE MAGALHÃES GANDAVO E SEU DISCURSO

Este espaço tem como objetivo principal revelar aspectos biográficos acerca do produtor de um dos textos que será utilizado na atividade analítica: Pero de Magalhães Gandavo. O discurso por ele proferido será ilustrado (para fins de contextualização) ao final do desenvolvimento dessa seção.

É preciso esclarecer, inicialmente, que há escassas informações concretas sobre a vida de Gandavo. Natural da cidade de Braga - localizada em Portugal - filho de pai de origem flamenga e tendo a data de seu nascimento desconhecida pela História, ele se consolidou como um importante personagem no que tange à elaboração de textos informativos que atendiam aos anseios da coroa lusitana.

A habilidade na arte da escrita não foi a única expressão pública do talento de Magalhães Gandavo. Durante sua trajetória de vida ele atuou (inserido na perspectiva humanista) como professor de latim na região entre Douro e Minho. A formação intelectual também acompanhou esse português de modo ininterrupto, pois autores como, por exemplo,

Sá de Miranda, João de Barros, André de Resende e Camões influenciaram, indiretamente, em sua práxis à medida que inspiraram, de uma maneira ou de outra, seu ofício de escritor.

O ano de 1574 foi representativo à vida de Pero de Magalhães Gandavo, visto que ele conseguiu publicar, naquela data, uma das primeiras gramáticas de Portugal, intitulada *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante segue em defensam da mesma lingua*, conquistando ampla repercussão em seu país. Ainda antes, por volta de 1569, ele escreve a obra denominada *O Tratado da Província do Brasil*, a qual é lançada apenas no ano de 1826 no 4º volume da *Coleção de notícias para a historia da Geografia das nações ultramarinas*. Isso tudo demonstra o quão talentoso foi Gandavo na escrita de textos dos mais diversos gêneros e com as mais diversificadas finalidades.

Outros protótipos literários também foram elaborados por Magalhães Gandavo. O livro *A Historia da Prouincia de Santa Cruz*, impresso em 1576, foi traduzido, primeiramente, em castelhano e, posteriormente, em francês e inglês, fato que denota a importância do escritor ao cenário das letras portuguesas. A descrição detalhada de países longínquos (incluindo a terra e o homem) como o Brasil foi, também, uma das especialidades de Gandavo. Ele - com estilo simples - o que era pouco comum naquela época, consegue descrever a “descoberta” do Brasil por Pedro Álvares Cabral, dissertando sobre aspectos como a geografia (a terra, a brisa e os mares, dentre tantos outros), além dos costumes dos indígenas que habitavam o solo nacional.

O episódio do “descobrimento” da nova pátria foi, além disso, uma espécie de louvor ao Brasil. Desse modo, Pero de Magalhães Gandavo escreve enaltecendo o clima e os recursos hídricos, destacando a fertilidade e a riqueza da terra, a qual fazia brotar a cana-de-açúcar, o algodão e o pau-brasil, contribuindo, decisivamente, com a fixação dos portugueses no território recém-conquistado.

Outro momento indispensável à explanação da biografia de Magalhães Gandavo é o que faz referência à sua vinda ao Brasil - em meados do século XVI - oportunidade na qual ele colheu informações representativas à elaboração do *Tratado da Terra do Brasil e a História da Província de Santa Cruz*, obra publicada no ano de 1576. É indispensável destacar que o discurso de Gandavo que utilizaremos com finalidades reflexivo-analíticas é parte integrante dessa obra, mais especificamente do *Capítulo 1º do Tratado Segundo* e se intitula *Das coisas que são gerais por toda a costa do Brasil*.

Há indícios, por fim, que Pero de Magalhães Gandavo permaneceu em nosso país por algum período de tempo e que foi nomeado (via-alvará de 29 de agosto de 1576, expedido por

D. Sebastião) provedor da fazenda em S. Salvador da Baía. Ao regressar a Portugal ele tornou-se, definitivamente, copista da Torre do Tombo, mantendo contato com personalidades históricas como Damião de Góis e Luís de Camões.

O discurso de Gandavo que servirá, futuramente, à análise é o que aparece, abaixo, transcrito integralmente:

DOS COSTUMES DA TERRA

As pessoas que no Brasil querem viver, tanto que se fazem moradores da terra, por pobres que sejam, se cada um alcançar dois pares ou meia dúzia de escravos (que pode um por outro custar pouco mais ou menos até dez cruzados) logo tem remédio para sua sustentação; porque uns lhe pescam e caçam, outros lhe fazem mantimentos e fazenda e assim pouco a pouco enriquecem os homens e vivem honradamente na terra com mais descanso que neste Reino, porque os mesmos escravos índios da terra buscam de comer para si e para os senhores, e desta maneira não fazem os homens despesa com seus escravos em mantimentos nem com suas pessoas.

A maior parte das camas do Brasil são redes, as quais armam numa casa com duas cordas e lançam-se nelas a dormir. Este costume tomaram os índios da terra.

Os moradores destas Capitâneas tratam-se muito bem e são mais largos que a gente deste Reino, assim no comer como no vestir de suas pessoas, e folgam de ajudar uns aos outros com seus escravos e favorecem muito os pobres que começam a viver na terra. Isto se costuma nestas partes: e fazem outras muitas obras pias, por onde todos têm remédio de vida e nenhum pobre anda pelas portas a pedir como neste Reino.

DAS QUALIDADES DA TERRA

Há, nestas partes do Brasil, seis meses de verão e seis de inverno: os de verão são de setembro até fevereiro, os de inverno de março até agosto. Assim que, quando, nesta província do Brasil, é inverno cá nestes Remos é verão, e os dias quase sempre são tamanhos como as noites, uma hora somente crescem e mingam. Cursam sempre ventos gerais, no inverno seis meses Sul e Sueste, no verão Nordeste. Sempre correm as águas com o vento por costa, e, por isso, se não pode navegar de umas Capitâneas para outras se não esperarem por monções para irem com as águas e com o vento, porque cursam, como digo, seis meses duma parte e seis de outra, e, portanto, são, muitas vezes, as viagens vagarosas, e, quando vão

contra o tempo, as embarcações correm muito risco, arribam as mais das vezes ao porto donde saíram. Mete-se no meio e na força deste verão, oito dias ante os Santos, uma tormenta de vento Sul que dura uma semana, este é muito certo e geral, nunca se acha que naqueles dias faltasse. Muitas embarcações esperam por este vento e fazem com ele suas viagens. Esta terra sempre é quente quase tanto no inverno como no verão. A viração do vento geral entra ao meio dia pouco mais ou menos, é tão fresco este vento e tão frio que não se sente mais calma, e ficam recreados os corpos das pessoas.

Dura este vento do mar até de madrugada, toma dali a calmar outra vez por causa dos vapores da terra que o apagam e quando amanhece está o céu todo coberto de nuvens e as mais das manhãs chove nestas partes e a terra fica toda coberta de névoa, porque tem muitos arvoredos e chama a si todos estes humores. E tanto que este geral acalma começa a ventar da terra um vento brando que nela se gera, até que o Sol com sua quentura o toma apagar e limpa tudo outra vez e faz ficar o dia claro e sereno, entra logo o vento do mar acostumado. Este vento da terra é muito perigoso e doentio; e se acerta de permanecer alguns dias, morre muita gente assim portugueses como índios da terra: mas quer Nosso Senhor que aconteça isto poucas vezes; e tirado este mal, é esta terra muito salutífera e de bons ares, onde as pessoas se acham bem dispostas e vivem muitos anos, principalmente os velhos têm melhor disposição e parecem que tornam a renovar, e por isso alguns se não querem tomar às suas pátrias, temendo que nelas se lhes ofereça a morte mais cedo. Os ares de pela manhã são muito frescos e sadios: muitas pessoas se costumam levantar cedo para que se aproveitem deles enquanto têm esta virtude. A terra em si é lassa e deleixada; acham-se nela os homens algum tanto fracos e minguidos das forças que possuem cã neste Reino por respeito da quentura e dos mantimentos que nela usam, isto é, enquanto as pessoas são novas na terra, mas depois que por tempo se acostumam ficam tão rijos e bem dispostos como se aquela terra fora sua mesma pátria. Manda-se dar nesta terra aos enfermos carne de porco, para qualquer doença é proveitosa, e não faz mal a nenhuma pessoa; o peixe também tem a mesma qualidade e põe muita sustância aos doentes. Esta terra é muito fértil e viçosa, toda coberta de altíssimos e frondosos arvoredos, permanece sempre a verdura nela inverno e verão; isto causa chover-lhe muitas vezes e não haver frio que ofenda ao que produz a terra. Há por baixo destes arvoredos grande mato e muito basto e de tal maneira está escuro e serrado em partes que nunca participa o chão da quentura nem da claridade do Sol, e assim está sempre úmido e manando água de si. As águas que na terra se bebem são muito sadias e saborosas, por muita que se beba não prejudica a saúde da pessoa, a mais dela se toma logo a suar e fica a corpo

desaliviado e são. Finalmente que esta terra tão deleitosa e temperada que nunca nela se sente frio nem quentura sobeja.

FIGUEIREDO, Carlos. **100 discursos históricos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2003, p. 76-78.

Na seção que dá prosseguimento a este trabalho, faremos a explanação do momento histórico nacional nomeado como Período Imperial, retratando - especificamente - a primeira instância temporal de sua constituição.

4.2 UMA ETAPA DE TRANSIÇÕES: A PRIMEIRA FASE DO BRASIL IMPERIAL

O conteúdo que será apresentado neste espaço do trabalho tem como principal tarefa fazer considerações acerca de uma dentre as múltiplas fases da história de nosso país: a primeira etapa do Período Imperial¹⁶. Isso se justifica pelo fato de que o personagem que produziu um dos discursos que analisaremos, posteriormente, foi figura integrante desse período nacional, sendo necessária a contextualização dessa época brasileira.

O mercantilismo - “*modus operandi*” intervencionista praticado pela Espanha e por Portugal - foi elemento contribuinte à independência de algumas colônias dominadas ao longo do globo. A situação insustentável marcada pelo binômio “dominador *versus* dominado” sofrida pelos países colonizados foi, pouco a pouco, cedendo espaço a regimes governamentais mais autônomos e menos exploratórios. Surgia, no Brasil, a expansão industrial (bloqueada pelo polêmico Alvará de D. Maria I, a Louca) e a burguesia nacional mostrava-se insatisfeita com as práticas comerciais internacionais, visto que elas não mais favoreciam os brasileiros financeiramente mais privilegiados, mas sim nações do velho mundo como Portugal e Inglaterra.

Havia chegado, diante disso, o momento de proclamar a almejada independência do Brasil. Esse ato, entretanto, deveria (devido aos interesses de alguns) ser um trâmite apenas político-administrativo, ou seja, era conveniente assumir o governo da nação, não modificando, contudo, a ordem social calcada em práticas exploratórias como o latifúndio patrimonialista e escravocrata. Outro aspecto a ser considerado era o de que a sociedade

¹⁶ Optamos por realizar, neste momento do trabalho, explanações apenas sobre a primeira fase imperial nacional denominada como I Império, visto que foi nesse espaço temporal que atuou - diretamente - José Bonifácio. Assim, não abordaremos aspectos que estejam inseridos na etapa histórica nomeada como II Império, pois não julgamos pertinente à elaboração de nossa reflexão.

colonial brasileira era conservadora, fato que impedia a mobilidade e o progresso do país naquela época. As poucas cidades que se mobilizavam culturalmente, por exemplo, eram Rio de Janeiro, Ouro Preto, Salvador e Recife, restando às demais o atraso intelectual e cultural.

Diante desse calamitoso cenário, um fato marcou, positivamente, o contexto histórico da primeira fase imperial: a vinda da família real ao Brasil. Com a chegada de ilustres lusitanos como D. João VI, os portos foram abertos às “nações amigas”, impulsionando as atividades comerciais e, conseqüentemente, o progresso. Essa prática liquidou, derradeiramente, com o monopólio comercial, sendo ela, de acordo com o historiador Luiz Roberto Lopez (1987, p. 19), “uma solução de emergência que o tempo se encarregou de tornar permanente”. Havia chegado a época do pleno desenvolvimento de nosso país.

A presença da Corte tornou mais refinados os grupos sociais do Rio de Janeiro (local onde, naquele tempo, ela instalara-se), renovando o plano cultural e sofisticando os hábitos de consumo. Nasce - a partir disso - a *Gazeta do Rio de Janeiro* e são fundadas a Biblioteca Nacional e as Academias de Medicina (carioca e baiana), além da Escola de Belas Artes. Já no campo econômico surge o Banco do Brasil (sustentador dos gastos da Corte com o aval de joias) e o Erário Régio ou Casa da Moeda.

Enquanto as comunidades do Sudeste desfrutavam de crescimento em diversas áreas, o povo do Nordeste do país, inconformado com algumas práticas consideradas monopolistas, convulsionava-se, clamando por mudanças imediatas. A vinda da Coroa portuguesa ao Brasil solidificou o centralismo do Rio de Janeiro, mas piorou - em larga escala - a situação nordestina. Por meio do pagamento de altos impostos, o Nordeste sustentava os gastos da Corte e não recebia nenhum benefício em troca. Em meio a tudo isso, um levante armado culminou, então, com a queda do governador de Pernambuco, Caetano Pinto Montenegro, o qual era favorável aos portugueses e às suas práticas governamentais. Outras revoltas de natureza popular como a Revolução do Porto, em 1820, também incandesceram a chama em favor da independência do Brasil.

Superadas as pequenas “revoluções” que eclodiram ao longo do Brasil, nossa nação tornou-se, verdadeiramente, independente. Discutindo essa questão, Lopez (1987, p. 37) nos faz compreender que “consolidada a independência, tratou-se de montar uma estrutura jurídica e administrativa para o Estado brasileiro que nascia”. Foram criados, portanto, cursos jurídicos em Olinda e São Paulo, permitindo que a classe dominante nacional não dependesse de Coimbra para atender aos seus interesses político-legais.

Figuras influentes comandaram politicamente - e a seu modo - o Brasil no I Império. D. Pedro I, por exemplo, a partir de conflitos individuais travados contra a sociedade, não foi

mais o “homem certo” das elites como fora outrora, resultando, tudo isso, em sua abdicação. Os equívocos cometidos pelo então governante distribuíram-se de maneira uniforme pelo período de duração de todo o I Império (nove anos), contribuindo com a degradação da popularidade conquistada até aquele momento pelo monarca.

O período pós-abdicação de D. Pedro I foi pontuado por dificuldades enfrentadas no âmbito regencial. Os sistemas de Regência Trina e de Regência Una enfrentaram entraves frente à sociedade, pois, como explicita Lopez (1987, p. 49), “mesmo que a abdicação de D. Pedro I tenha representado a vitória do liberalismo nativista sobre o absolutismo pró-lusitano, a situação que se seguiu não foi, de modo algum, tranqüila”. A Cabanada, a Revolução Farroupilha, a Revolução de 1842 e a Revolução Praieira foram batalhas que, a partir daquele prisma, infelizmente, se emolduraram.

Há de se fazer referência ao fato de que a denominada “monarquia das senzalas” representou quarenta e nove anos (1840-1849) de “paz social” e de estabilidade organizacional depois de extinguida a última manifestação popular - o levante praieiro. Após o nobre ato de abolição da escravatura, o I Império, enfraquecido, perdeu sua essencial razão de ser. Isso tudo, definitivamente, alterou a composição elitista da sociedade brasileira e a “nova burguesia” não aderiu à monarquia. Os financeiramente favorecidos, de outros tempos, se recusaram a ficar ao lado do monarca devido ao modo através do qual foi abolida, por completo, a escravatura no Brasil, culminando com o fim da primeira etapa do Império brasileiro.

A reflexão edificada na elaboração deste trabalho fará, na subseção seguinte, um relato de natureza biográfica sobre José Bonifácio, trazendo à tona aspectos fundamentais que perpassaram a vida desse interessante personagem da História do Brasil. Seu discurso - libelo contra a escravidão pronunciado na Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa de 1823 - estará transcrito, em sua totalidade constitutiva, ao término do próximo espaço textual.

4.2.1 O patriarca da independência do Brasil: José Bonifácio e seu discurso

A partir deste instante serão feitas considerações biográficas acerca de José Bonifácio, apresentando, posteriormente, seu discurso. Esse personagem histórico brasileiro teve determinante influência no processo de independência do Brasil, impondo-se, contrariamente, a questões polêmicas como, por exemplo, a escravidão que perpassou o I Império nacional.

Informa-nos a História que José Bonifácio foi descendente de uma ilustre família lusitana e que sua árvore genealógica remonta ao ano de 1640. Filho do coronel Bonifácio

José de Andrada e de Maria Barbosa da Silva, José Bonifácio nasceu no dia 13 de junho de 1763, na Vila de Santos, a qual, naquela época, era uma capitania integrante de São Paulo. Em virtude de sua cidade não possuir boas escolas, ele recebeu os primeiros ensinamentos no seio familiar, estudando, mais tarde, em São Paulo, especificamente na Escola de Frei Manuel da Ressureição, a qual oferecia cursos de lógica, matemática, retórica e língua francesa.

O tempo passou e, aos vinte anos de idade, Bonifácio matriculou-se, em 1783, na Faculdade de Direito e, no ano seguinte, na Faculdade de Matemática e Filosofia, ambas da Universidade de Coimbra, permitindo que se abrisse diante dele o universo científico que percorreu por longos anos. Após a conclusão dos cursos de Direito e de Filosofia, José Bonifácio permaneceu na Europa por mais trinta e seis anos, aprofundando seus conhecimentos e preparando-se para dirigir, sem que ao menos pudesse imaginar, - vinte anos depois - os acontecimentos que culminariam com a fundação do I Império do Brasil.

Incumbido de acompanhar um curso completo de química com Mr. Fourcroy e outro de mineralogia docimástica com Mr. Lesage, Bonifácio dirigiu-se à França, dando continuidade à sua formação intelectual. Na Sociedade de História Natural de Paris o brasileiro não se limitou apenas a receber os ensinamentos dos sábios franceses, pois ele também começou a transmitir uma parte de seu saber quando leu uma memória escrita sobre os diamantes do Brasil. Em 1800 (data em que regressou a Portugal) José Bonifácio já possuía prestígio nos centros mais importantes do velho continente e se consagrara, assim, como um dos principais expoentes na área da mineralogia.

O Brasil já havia sido elevado à categoria de Reino quando Bonifácio regressou a sua terra natal. No ano de 1820 - junto de seu irmão Martim Francisco - ele preparou uma excursão científica pelo estado de São Paulo denominada a “Viagem Mineralógica”, na qual realizou estudos em jazidas de ferro de Sorocaba e investigou, também, outras espécies de minérios de uma ampla região paulista.

A admirável trajetória política também fez parte da vida de José Bonifácio. Já em posse do título de Ministro de Estado que lhe fora outorgado, Bonifácio percebeu que, para desenvolver as províncias centrais do Brasil, era preciso fundar uma importante cidade no interior do país, a qual funcionaria como sede da Corte ou da Regência. Na esfera econômica, por exemplo, afastou-se José Bonifácio - em seu mandato - do liberalismo e executou, então, um plano desenvolvimentista posto em ação pela Direção Geral de Economia Pública. As palavras de Alfredo Buzaid (1972, p. 45) deixam transparecer que para aqueles que contemplam e veneram

em José Bonifácio o sábio mergulhado nos domínios das ciências, estudando minérios, analisando substâncias nos laboratórios de química e celebrizando-se nos centros culturais da Europa com as comunicações de suas descobertas, pode parecer estranho que ele fosse interessar-se pelas coisas da política, a que se mostrou alheio quase até os cinquenta e oito anos. Mas quem lê atentamente a sua produção literária, escrita em Portugal enquanto ocupava funções no Reino e era Secretário-Geral da Academia de Ciências de Lisboa, não se surpreende em verificar que o cidadão está vivo na consciência do cientista.

A valorização da ética no exercício das atividades administrativas foi uma das maiores preocupações de Bonifácio durante sua passagem pela vida política. À luz desse princípio ele elabora a Filosofia do Direito e do Estado, crendo que o objetivo da política era o de mediar o bem-estar e a felicidade do homem, respeitando a ordem jurídica através de uma justa legislação. A partir disso, José Bonifácio revelou-se hábil gestor, compilando no documento intitulado *Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório para os Senhores Deputados da Província de São Paulo* diretrizes que contemplaram áreas como a agricultura, a indústria, o comércio, a segurança e a educação.

O cerne da preocupação do estadista Bonifácio esteve direcionado às precárias condições enfrentadas por dois representativos grupos brasileiros: os escravos e os indígenas. Em seu polêmico e revelador texto denominado *Representação*, José Bonifácio manifestou-se contrário à abolição repentina da escravidão, deixando transparecer a preocupação que tinha com os escravos acerca do que esses fariam para sobreviver, a longo prazo, se não lhes fossem oferecidas - junto do ato de abolição da escravatura - condizentes oportunidades de trabalho e de sustento. Essa preocupação, de cunho positivamente transgressivo, lhe rendeu (por parte de esferas superiores do Governo) o afastamento de sua pátria, ficando ele exilado, por longo período, na França.

A reflexão resumitiva sobre a vida do estadista José Bonifácio encontra amparo nas considerações do estudioso Buzaid (1972, p. 73), o qual nos revela que a vida

dentro de laboratórios, onde o sábio cultiva as ciências da natureza, não estiola os anseios do cidadão, que ama a sua Pátria. O mundo da cultura não se separa do mundo da política, como se fossem dois compartimentos hermeticamente fechados e incomunicáveis entre si [...] Na verdade, o Governo do Estado não é privilégio de uma classe. Por ocasião dos grandes sucessos históricos surge do seio do povo um homem excepcional, que antes não manifestara vocação pela política.

A vida de José Bonifácio enquanto cientista, pesquisador e político deixou um amplo legado de atitudes positivas à consciência nacional da atualidade. É possível notar que a inexorável passagem do tempo o afasta, presencialmente, de nossa época, mas aumenta sua

grandeza individual, fazendo com que seja inquestionável o título de “Patriarca da Independência” atribuído a esse célebre brasileiro.

Apresentaremos abaixo - integralmente - o segundo discurso que fará parte de nossa atividade reflexiva, a fim de que possamos explorá-lo, mais a frente, analiticamente.

Chegada a época feliz da regeneração política da nação brasileira, e devendo todo cidadão honrado e instruído concorrer para tão grande obra, também eu me lisonjeio que poderei levar ante à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa algumas idéias, que o estudo e a experiência têm em mim excitado e desenvolvido.

Como cidadão livre e deputado da nação, dois objetos me parecem ser, fora a Constituição, de maior interesse para a prosperidade futura deste império: o primeiro é um novo regulamento para promover a civilização geral dos índios do Brasil, que farão com o andar do tempo inúteis os escravos, cujo esboço já comuniquei a esta Assembléia, o segundo, uma nova lei sobre o comércio da escravatura, e tratamento dos miseráveis cativos. Este assunto faz o objeto da atual representação. Nela me proponho mostrar a necessidade de abolir o tráfico da escravatura, de melhorar a sorte dos atuais cativos, e de promover a sua progressiva emancipação.

Quando verdadeiros cristãos e filantropos levantaram a voz pela primeira vez em Inglaterra contra o tráfico de escravos africanos, houve muita gente interesseira ou preocupada, que gritou ser impossível ou impolítica semelhante abolição, porque as colônias britânicas não podiam escusar um tal comércio sem uma total destruição: todavia, passou a Lei e não se arruinaram as colônias. Hoje em dia que Wilberforces e Buxtons trovejam de novo no Parlamento a favor da emancipação progressiva dos escravos, agitam-se outra vez os inimigos da humanidade como outrora; mas espero da justiça e generosidade do povo inglês, que se conseguirá a emancipação, como já se conseguiu a abolição de tão infame tráfico. E por que os brasileiros somente continuarão a ser surdos aos gritos da razão, e da religião cristã, e direi mais, da honra e brio nacional? Pois somos a única nação de sangue europeu que ainda comercia clara e publicamente em escravos africanos.

Eu também sou cristão e filantropo; e Deus me anima para ousar levantar a minha fraca voz no meio desta augusta Assembléia a favor da causa da justiça, e ainda da sã política, causa a mais nobre e santa, que pode animar corações generosos e humanos. Legisladores, não temais os urros do sórdido interesse: cumpre progredir sem pavor na carreira da justiça e da regeneração política; mas todavia cumpre que sejamos precavidos e prudentes. Se o antigo despotismo foi insensível a tudo, assim lhe convinha ser por utilidade própria: queria que

fôssemos um povo mesclado e heterogêneo, sem nacionalidade, e sem irmandade, para melhor nos escravizar. Graças aos céus, e à nossa posição geográfica, já somos um povo livre e independente. Mas como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos? Começemos pois desde já esta grande obra pela expiação de nossos crimes e pecados velhos. Sim, não se trata somente de sermos justos, devemos ser penitentes; devemos mostrar à face de Deus e dos outros homens que nos arrependemos de tudo o que nesta parte temos obrado há séculos contra a justiça e contra a religião, que nos bradam acordes que não façamos aos outros o que queremos que não nos façam a nós. É preciso, pois, que cessem de uma vez os roubos, incêndios e guerras que fomentamos entre os selvagens da África. É preciso que não venham mais a nossos portos milhares e milhares de negros, que morriam abafados no porão dos nossos navios, mais apinhados que fardos de fazenda: é preciso que cessem de uma vez todas essas mortes e martírios sem conta, com que flagelávamos e flagelamos ainda esses desgraçados em nosso próprio território. É tempo pois, e mais que tempo, que acabemos com um tráfico tão bárbaro e carniceiro; é tempo que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes. É da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos pois desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, e em amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política. Mas que ciência química, e que desteridade não são precisas aos operadores de tão grande e difícil manipulação? Sejamos, pois, sábios e prudentes, porém constantes sempre.

Com efeito, Senhores, nação nenhuma talvez pecou mais contra a humanidade do que a portuguesa, de que fazíamos outrora parte. Andou sempre devastando não só as terras da África e da Ásia, como disse Camões, mas igualmente as do nosso país. Foram os portugueses os primeiros que, desde o tempo do infante d. Henrique, fizeram um ramo de comércio legal de prear homens livres e vendê-los como escravos nos mercados europeus e americanos. Ainda hoje perto de quarenta mil criaturas humanas são anualmente arrancadas da África, privadas de seus lares, de seus pais, filhos e irmãos, transportadas às nossas regiões, sem a menor esperança de respirarem outra vez os pátrios ares, e destinadas a trabalhar toda vida debaixo do açoite cruel de seus senhores, elas, seus filhos e os filhos de seus filhos para todo o sempre!

Se os negros são homens como nós, e não formam uma espécie de brutos animais; se sentem e pensam como nós, que quadro de dor e de miséria não apresentam eles à imaginação de qualquer homem sensível e cristão? Se os gemidos de um bruto nos condoem, é impossível que deixemos de sentir também certa dor simpática com as desgraças e misérias dos escravos; mas tal é o efeito do costume e a voz da cobiça, que vêem homens correr lágrimas de outros homens, sem que estas lhes espremam dos olhos uma só gota de compaixão e de ternura. Mas a cobiça não sente nem discorre como a razão e a humanidade. Para lavar-se, pois, das acusações que merecia, lançou sempre mão, e ainda agora lança de mil motivos capciosos, com que pretende fazer a sua apologia: diz que é um ato de caridade trazer escravos da África, porque assim escapam esses desgraçados de serem vítimas de despóticos régulos; diz igualmente que, se não viessem esses escravos, ficariam privados da luz do evangelho, que todo cristão deve promover, e espalhar: diz que esses infelizes mudam de um clima e país ardente e horrível para outro, doce, fértil e ameno; diz, por fim, que, devendo os criminosos e prisioneiros de guerra mortos imediatamente pelos seus bárbaros costumes, é um favor, que se lhes faz, comprá-los, para lhes conservar a vida, ainda que seja em cativo.

Homens perversos e insensatos! Todas essas razões apontadas valeriam alguma coisa, se vós fôsseis buscar negros à África para lhes dar liberdade no Brasil e estabelecê-los como colonos; mas perpetuar a escravidão, fazer esses desgraçados mais infelizes do que seriam, se alguns fossem mortos pela espada da injustiça, e até dar azos certos para que se perpetuem tais horrores, é decerto um atentado manifesto contra as leis eternas da justiça e da religião. E por que continuaram e continuam a ser escravos os filhos desses africanos? Cometeram eles crimes? Foram apanhados em guerra? Mudaram de clima mau para outro melhor? Saíram das trevas, do paganismo para a luz do evangelho? Não por certo, e todavia seus filhos, e filhos desses filhos, devem, segundo vós, ser desgraçados para todo o sempre. Fala pois contra vós a justiça e a religião, e só vos podeis escorar no bárbaro direito público das antigas nações, e principalmente na ferragem das chamadas leis romanas; com efeito, os apologistas da escravidão escudam-se com os gregos, e romanos, sem advertirem que entre os gregos e os romanos não estavam ainda bem desenvolvidos e demonstrados os princípios eternos do direito natural, e os divinos preceitos da religião; e todavia como os escravos de então eram da mesma cor e origem dos senhores, e igualmente tinham a mesma, ou quase igual, civilização que a de seus amos, sua indústria, bom comportamento, e talentos os habilitavam facilmente a merecer o amor de seus senhores, e a consideração de outros homens; o que de nenhum modo pode acontecer em regra aos selvagens africanos.

Se ao menos os senhores de negros no Brasil tratassem esses miseráveis com mais humanidade, eu certamente não escusaria, mas ao menos me condoeria da sua cegueira e injustiça; porém o habitante livre do Brasil, e mormente o europeu, é não só, pela maior parte, surdo às vozes da justiça, e aos sentimentos do evangelho, mas até é cego aos seus próprios interesses pecuniários e à felicidade doméstica da família.

Com efeito, imensos cabedais saem anualmente deste império para África; e imensos cabedais se amortizam dentro deste vasto país, pela compra de escravos, que morrem, adoecem, se inutilizam e demais pouco trabalham. Que luxo inútil de escravatura também não apresentam nossas vilas e cidades, que sem ele poderiam limitar-se a poucos e necessários criados? Que educação podem ter as famílias, que se servem destes entes infelizes, sem honra, nem religião? De escravas, que se prostituem ao primeiro que as procura? Tudo, porém, se compensa nesta vida; nós tiranizamos os escravos, e os reduzimos a brutos animais, e eles nos inoculam toda a sua imoralidade, e todos os seus vícios.

E na verdade, senhores, se a moralidade e a justiça social de qualquer povo se fundam, parte nas suas instituições religiosas e políticas, e parte na filosofia, para dizer assim, doméstica de cada família, que quadro pode apresentar o Brasil, quando o consideramos debaixo destes dois pontos de vista? Qual é a religião que temos, apesar da beleza e santidade do evangelho, que dizemos seguir? A nossa religião é pela maior parte um sistema de superstições e de abusos anti-sociais; o nosso clero, em muita parte ignorante e corrompido, é o primeiro que se serve de escravos, e os acumula para enriquecer pelo comércio, pela agricultura e, para formar, muitas vezes, das desgraçadas escravas um harém turco. As famílias não têm educação, nem a podem ter com o tráfico de escravos, nada as pode habituar a conhecer e amar a virtude e a religião. Riquezas e mais riquezas gritam os nossos pseudo-estadistas, os nossos compradores e vendedores de carne humana; os nossos sabujos eclesiásticos; os nossos magistrados, se é que se pode dar um tão honroso título a almas, pela maior parte, venais, que só empunham a vara da justiça para oprimir desgraçados, que não podem satisfazer à sua cobiça, ou melhorar a sua sorte. E então, senhores, como pode grelar a justiça e a virtude, e florescerem os bons costumes entre nós? Senhores, quando me emprego nestas tristes considerações, quase que perco de todo as esperanças de ver o nosso Brasil, um dia, regenerado e feliz, pois que se me antolha que a ordem das vicissitudes humanas está de todo invertida no Brasil. O luxo e a corrupção nasceram entre nós antes da civilização e da indústria; e qual será a causa principal de um fenômeno tão espantoso? A escravidão, senhores, a escravidão, porque o homem, que conta com os jornais de seus escravos, vive na indolência, e a indolência traz todos os vícios após si.

Diz, porém, a cobiça cega que os escravos são precisos no Brasil, porque a gente dele é frouxa e preguiçosa. Mentem por certo. A província de S. Paulo, antes da criação dos engenhos de açúcar, tinha poucos escravos, e todavia crescia anualmente em povoação e agricultura, e sustentava de milho, feijão, farinha, arroz, toucinhos, carnes de porco, etc. a muitas outras províncias marítimas e interiores. Mas conceda-se (caso negado) que com efeito a gente livre do Brasil não pode com tantos trabalhos aturados da lavoura, como na Europa, pergunto, se produzindo o milho, por exemplo em Portugal nas melhores terras quarenta por um, e no Brasil acima de duzentos, e as mais sementeiras à proporção; e estando às horas do trabalho necessário da lavoura na razão inversa do produto da mesma; para que se precisa de maior robustez e trabalhos mais aturados? Os lavradores da Índia são porventura mais robustos do que um branco, um mulato, um cabra do Brasil? Não por certo, e todavia não morre aquele povo de fome. E porque eles não têm escravos africanos, deixam as suas terras de ser agriculturadas, e o seu país um dos mais ricos do globo, apesar de sua péssima religião e governo, e da impolítica infernal da divisão em castas?

Hoje em dia, a cultura dos canaviais e o fabrico do açúcar têm crescido prodigiosamente, cujo produto já rivaliza nos mercados públicos da Europa com o do Brasil e ilhas do golfo do México.

Na Cochinchina não há escravos, e todavia a produção e exportação do açúcar já montava em 1750, segundo nos diz o sábio Poivre, a quarenta mil pipas de duas mil libras cada uma, e o seu preço era baratíssimo no mercado: ora, advirta-se que todo este açúcar vinha de um pequeno país sem haver necessidade de estragar matas e esterilizar terrenos, como desgraçadamente entre nós está sucedendo.

Demais, uma vez que acabe o péssimo método da lavoura de destruir matas e esterilizar terrenos em rápida progressão, e se forem introduzindo os melhoramentos da cultura européia, decerto com poucos braços, a favor dos arados e outros instrumentos rústicos, a agricultura ganhará pés diariamente, as fazendas serão estáveis, e o terreno, quanto mais trabalhado, mais fértil ficará. A natureza próspera, e sábia em toda e qualquer parte do globo, dá os meios precisos aos fins da sociedade civil, e nenhum país necessita de braços estranhos e forçados para ser rico e cultivado.

Além disto, a introdução de novos africanos no Brasil não aumentará a nossa população, e só serve de obstar a nossa indústria. Para provar a primeira tese bastará ver com atenção o censo de cinco ou seis anos passados, e ver-se-á que apesar de, entrarem no Brasil, como já disse, perto de quarenta mil escravos anualmente, o aumento desta classe é ou nulo, ou de mui pouca monta: quase tudo morre ou de miséria, ou de desesperação, e todavia

custaram imensos cabedais, que se perderam para sempre, e que nem sequer pagaram o juro do dinheiro empregado.

Para provar a segunda tese, que a escravatura deve obstar a nossa indústria, basta lembrar que os senhores que possuem escravos vivem, em grandíssima parte, na inércia, pois não se vêem precisados pela fome ou pobreza a aperfeiçoar sua indústria, ou melhorar sua lavoura. Demais, continuando a escravatura a ser empregada exclusivamente na agricultura, e nas artes, ainda quando os estrangeiros pobres venham estabelecer-se no país, em pouco tempo, como mostra a experiência, deixam de trabalhar na terra com seus próprios braços e, logo que podem ter dois ou três escravos, entregam-se à vadiação e desleixo, pelos caprichos de um falso pundonor. As artes não se melhoram; as máquinas, que poupam braços, pela abundância extrema de escravos nas povoações grandes, são desprezadas. Causa raiva, ou riso, ver vinte escravos ocupados em transportar vinte sacos de açúcar, que podiam conduzir uma ou duas carretas bem construídas com dois bois ou duas bestas muares.

A lavoura do Brasil, feita por escravos boçais e preguiçosos, não dá os lucros, com que homens ignorantes e fantásticos se iludem. Se calcularmos o custo atual da aquisição do terreno, os capitais empregados nos escravos que o devem cultivar, o valor dos instrumentos rurais com que deve trabalhar cada um destes escravos, sustento e vestuário, moléstias reais e afetadas, e seu curativo, as mortes numerosas, filhas do mau tratamento e da desesperação, as repetidas fugidas aos matos, quilombos, claro fica que o lucro da lavoura deve ser mui pequeno no Brasil, ainda apesar da prodigiosa fertilidade de suas terras, como mostra a experiência.

No Brasil, a renda dos prédios rústicos não depende da extensão e valor do terreno, nem dos braços que o cultivam, mas sim da mera indústria e inteligência do lavrador. Um senhor de terras é de fato pobríssimo, se pela sua ignorância ou desmazelo não sabe tirar proveito da fertilidade de sua terra, e dos braços que nela emprega. Eu desejara, para bem seu, que os possuidores de grande escravatura conhecessem que a proibição do tráfico de carne humana os fará mais ricos; porque seus escravos atuais virão a ter então mais valor, e serão por interesse seu mais bem tratados; os senhores promoverão então os casamentos, e estes a população. Os forros aumentados, para ganharem a vida, aforarão pequenas porções de terras descobertas ou taperas, que hoje nada valem. Os bens rurais serão estáveis, e a renda da terra não se confundirá com a do trabalho e indústria individual.

Não só estes males particulares que traz consigo a grande escravatura no Brasil, o Estado é ainda mais prejudicado. Se os senhores de terras não tivessem uma multidão demasiada de escravos, eles mesmos aproveitariam terras já abertas e livres de matos, que

hoje jazem abandonadas como daninhas. Nossas matas preciosas em madeiras de construção civil e náutica não seriam destruídas pelo machado assassino do negro, e pelas chamas devastadoras da ignorância. Os cumes de nossas serras, fonte perene de umidade e fertilidade para as terras baixas, e de circulação elétrica, não estariam escalvados e tostados pelos ardentes estios do nosso clima. É pois evidente que, se a agricultura se fizer com os braços livres dos pequenos proprietários, ou por jornaleiros, por necessidade e interesse serão aproveitadas as terras, mormente nas vizinhanças das grandes povoações, onde se acha sempre um mercado certo, pronto e proveitoso, e deste modo se conservarão, como herança sagrada para nossa posteridade, as antigas matas virgens, que pela sua vastidão e frondosidade caracterizam o nosso belo país.

É de espantar, pois, que um tráfico tão contrário às leis da moral humana, e às santas máximas do evangelho, e até contra as leis de uma sã política, dure há tantos séculos entre homens que se dizem civilizados e cristãos! Mentem, nunca o foram.

A sociedade civil tem por base primeira a justiça, e por fim principal a felicidade dos homens; mas que justiça tem um homem para roubar a liberdade de outro homem, e o que é pior, dos filhos deste homem, e dos filhos destes filhos? Mas dirão talvez que se favorecerdes a liberdade dos escravos será atacar a propriedade. Não vos iludais, senhores, a propriedade foi sancionada para bem de todos, e qual é o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturais, e se tornar de pessoa a coisa, na frase dos jurisconsultos? Não é, pois, o direito de propriedade, que querem defender, é o direito da força, pois que o homem, não podendo ser coisa, não pode ser objeto de propriedade. Se a lei deve defender a propriedade, muito mais deve defender a liberdade pessoal dos homens, que não pode ser propriedade de ninguém, sem atacar os direitos da providência, que fez os homens livres, e não escravos; sem atacar a ordem moral das sociedades, que é a execução estrita de todos os deveres prescritos pela natureza, pela religião, e pela sã política: ora, a execução de todas estas obrigações é o que constitui a virtude; e toda legislação, e todo governo (qualquer que seja a sua forma) que a não tiver por base, é como a estátua de Nabucodonosor, que uma pedra desprendida da montanha a derribou pelos pés; é um edifício fundado em areia solta, que a mais pequena borrasca abate e desmorona.

Gritam os traficantes de carne humana contra os piratas barbarescos, que cativam por ano mil, ou dois mil brancos, quando muito; e não gritam contra dezenas de milhares de homens desgraçados, que arrancamos de seus lares, eternizando em dura escravidão toda a sua geração. Não basta responder que os compramos com o nosso dinheiro; como se o dinheiro pudesse comprar homens! - como se a escravidão perpétua não fosse um crime contra o

direito natural, e contra as leis do evangelho, como disse. As leis civis, que consentem estes crimes, são não só culpadas de todas as misérias, que sofre esta porção da nossa espécie, e de todas as mortes e delitos que cometem os escravos, mas igualmente o são de todos os horrores, que em poucos anos devem produzir uma multidão imensa de homens desesperados, que já vão sentindo o peso insuportável da injustiça, que os condena a uma vileza e miséria sem fim.

Este comércio de carne humana é, pois, um cancro que rói as entranhas do Brasil, comércio, porém, que, hoje em dia, já não é preciso para aumento da sua agricultura e povoação, uma vez que, por sábios regulamentos, não se consinta a vadiação dos brancos, e outros cidadãos mesclados, e a dos forros; uma vez que os muitos escravos, que já temos, possam, às abas de um governo justo, propagar livre e naturalmente com as outras classes, uma vez que possam bem criar e sustentar seus filhos, tratando-se esta desgraçada raça africana com maior cristandade, até por interesse próprio; uma vez que se cuide enfim na emancipação gradual da escravatura, e se convertam brutos imorais em cidadãos úteis, ativos e morigerados.

Acabe-se, pois, de uma vez o infame tráfico da escravatura africana; mas com isto não está tudo feito; é também preciso cuidar seriamente em melhorar a sorte dos escravos existentes, e tais cuidados são já um passo dado para a sua futura emancipação.

As leis devem prescrever estes meios, se é que elas reconhecem que os escravos são homens feitos à imagem de Deus. E se as leis os consideram como objetos de legislação penal, por que o não serão também da proteção civil?

Torno a dizer porém que eu não desejo ver abolida de repente a escravidão; tal acontecimento traria consigo grandes males. Para emancipar escravos sem prejuízo da sociedade, cumpre fazê-los primeiramente dignos da liberdade: cumpre que sejamos forçados pela razão e pela lei a convertê-los gradualmente de vis escravos em homens livres e ativos. Então os moradores deste Império, de cruéis que são em grande parte neste ponto, se tornarão cristãos e justos, e ganharão muito pelo andar do tempo, pondo em livre circulação cabedais mortos, que absorve o uso da escravatura: livrando as suas famílias de exemplos domésticos de corrupção e tirania; de inimigos seus e do Estado; que hoje não têm pátria, e que podem vir a ser nossos irmãos, e nossos compatriotas.

O mal está feito, senhores, mas não o aumentemos cada vez mais; ainda é tempo de emendar a mão. Acabado o infame comércio de escravatura, já que somos forçados pela razão política a tolerar a existência dos atuais escravos, cumpre em primeiro lugar favorecer a sua gradual emancipação, e antes que consigamos ver o nosso país livre de todo deste cancro, o

que levará tempo, desde já abrandemos o sofrimento dos escravos, favoreçamos, e aumentemos, todo os seus gozos domésticos e civis; instruamo-los no fundo da verdadeira religião de Jesus Cristo, e não em momices e superstições: por todos estes meios nós lhe daremos toda a civilização de que são capazes no seu desgraçado estado, despojando-os o menos que pudermos da dignidade de homens e cidadãos. Este é não só o nosso dever mas o nosso maior interesse, porque só então conservando eles a esperança de virem a ser um dia nossos iguais em direitos, e começando a gozar desde já da liberdade e nobreza da alma, que só o vício é capaz de roubar-nos, eles nos servirão com fidelidade e amor; de inimigos se tornarão nossos amigos e clientes. Sejamos, pois, justos e benéficos, senhores, e sentiremos dentro da alma que não há situação mais deliciosa que a de um senhor carinhoso e humano, que vive sem medo e contente no meio de seus escravos, como no meio da sua própria família, que admira e goza do fervor com que estes desgraçados adivinham seus desejos, e obedecem a seus mandos, observa com júbilo celestial o como maridos e mulheres, filhos e netos, são e robustos, satisfeitos e risonhos, não só cultivam suas terras para enriquecê-lo, mas vêm voluntariamente oferecer-lhe até as premissas dos frutos de suas terrinhas, de sua caça e pesca, como a um Deus tutelar. É tempo pois que esses senhores bárbaros, que por desgraça nossa ainda pululam no Brasil, ouçam os brados da consciência e da humanidade, ou pelo menos o seu próprio interesse, senão, mais cedo do que pensam, serão unidos das suas injustiças, e da sua incorrigível barbaridade.

Eu vou, finalmente, senhores, apresentar-vos os artigos, que podem ser objeto da nova lei que requeiro: discuti-os, emendai-os, ampliai-os segundo a vossa sabedoria e justiça. Para eles me aproveitei da legislação dos dinamarqueses e espanhóis, e mui principalmente da legislação de Moisés, que foi o único, entre os antigos, que se condeou da sorte miserável dos escravos, não só por humanidade, que tanto reluz nas suas instituições, mas também pela sábia política de não ter inimigos caseiros, mas antes amigos, que pudessem defender o novo Estado dos hebreus, tomando as armas, quando preciso fosse, a favor de seus senhores, como já tinham feito os servos do patriarca Abraão antes dele.

FIGUEIREDO, Carlos. **100 discursos históricos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2003, p. 164-175.

A contemporaneidade nacional será revelada ao leitor através da elaboração da seção que dará continuidade a esta dissertação. Episódios inerentes à moderna história do Brasil

serão retratados, possibilitando que a compreensão dessa singular fase brasileira esteja assegurada.

4.3 O PRESENTE INACABADO: O BRASIL CONTEMPORÂNEO

Serão trazidos à tona, a partir deste instante, apontamentos sobre o momento histórico brasileiro denominado Período Contemporâneo. Isso nos auxiliará a contextualizar o discurso produzido por Zilda Arns, o qual será, em breve, analisado neste trabalho.

O surgimento da República delineou um novo momento social e econômico do Brasil. A derrocada do II Império - ocasionada por frustradas decisões das mais diversas ordens - fez com que florescesse uma nova era nacional, a qual foi, também, pontuada por bons e maus episódios. Implantada, definitivamente, a República, o clero e o sistema de latifúndios tradicional omitiram-se, fazendo com que o Exército e os cafeicultores pudessem desfrutar, a partir desse confronto ideológico, de diversificadas oportunidades.

A Constituição de 1891 foi um marco no modo de governar a nação durante o transcurso do Período Contemporâneo. Paralelamente a aquele documento, os constituintes transformaram-se em congressistas e elegeram Deodoro da Fonseca presidente legitimamente constitucional, fazendo com que os republicanos sentissem a necessidade de manter ativa a presença militar na etapa de afirmação da República. Após algum tempo, Deodoro - isolado - despertou a ira da Marinha, a qual pôs a cidade do Rio de Janeiro sob tensa ameaça de bombardeio, revelando as faces iniciais das sucessivas crises republicanas.

A fase de transições que marcou o Brasil nesse período foi conturbada. Na República Velha surge um dos mais interessantes problemas que evidenciou a dicotomia cultural que fragmentava nossa nação: o Messianismo. A crença popular de que um líder carismático (“Messias”) pudesse ser o mediador entre os planos celestial e terrestre, solucionando questões de cunho econômico, foi o retrato fiel do espírito de liderança e enfrentamento do povo diante do novo regime político-administrativo. A rebelião de Canudos - liderada por Antonio Conselheiro - foi um dos mais clássicos exemplos da ideologia messiânica que, em um espaço de radicais mudanças, perpassou o país.

A partir do período de transição entre o mandato de Prudente de Moraes e o governo de Campos Sales começou a se definir a solidificação do sistema oligárquico de poder, o qual privilegiava o lucro que geravam as propriedades campesinas e excluía a presença da massa populacional das decisões políticas. Através do desenvolvimento financeiro constante, a economia brasileira centralizou-se no rendimento proveniente da tríade “Rio de Janeiro,

Minas Gerais e São Paulo”, estando calcada em produtos como, por exemplo, o leite e o café, originando a chamada República do Café com Leite.

A esfera administrativa - por sua vez - foi marcada, no contexto republicano, por práticas pouco democráticas como o coronelismo e a “política dos governadores”, as quais culminaram, mais tarde, com a profunda crise das oligarquias. Depois disso, a expansão da classe operária e a influência anarquista oriunda da Revolução Russa de 1917 deram início a um momento de greves trabalhistas que pleiteavam um aumento salarial de 20% em São Paulo e exigiam, em âmbito nacional, uma jornada laboral de 8 horas diárias. As oligarquias, desse modo, cederam espaço, gradativamente, ao trabalhador e o Brasil pode, finalmente, desfrutar do progresso em diversas áreas. A Semana de Arte Moderna foi, por exemplo, apenas um, dentre tantos outros, episódios que eclodiram no país com a finalidade de renovar, cultural e intelectualmente, o modo de concepção popular frente ao conhecimento do qual, infelizmente, nossa nação ainda não compartilhava.

O povo havia, finalmente, conquistado mais espaço nas diversas esferas sociais. Surgiu, a partir disso, um fenômeno político típico de uma era de transição: o populismo. Essa prática não esteve restrita somente ao Brasil - representado por Getúlio Vargas - mas também propagou-se por outras nações americanas como a Argentina e o México. A presença marcante de Vargas e o seu estilo de governar o país acabaram trazendo consigo o “getulismo”, o qual fortalecia-se sob a égide de um modelo econômico baseado no capital nacional, substituindo as importações. O historiador Luiz Roberto Lopez (1983, p. 69) explica, diante disso, que o líder Getúlio Vargas “foi, durante toda a fase de vigência do populismo, o suporte máximo de todo um sistema político”, deixando clara a influência que Vargas teve sobre a nação durante o Brasil República.

A industrialização, a partir de então, ganhou força e impulsionou a economia daquela época. Junto disso, o episódio da “Intentona Comunista” auxiliou na implantação do denominado Estado Novo, compondo uma nova página na história do país. Aspectos como a burocratização do regime governamental, a expansão da metalurgia e da siderurgia e a criação de uma promissora indústria petrolífera foram alguns dos principais benefícios legados aos brasileiros naquele tempo. A II Guerra Mundial e os “ecos” que chegaram ao Brasil a partir da eclosão desse triste episódio foram, contudo, determinantes à queda de Getúlio Vargas. A modernidade - semeada por esse governante - estava instaurada no país e a nação colheria, ao longo do tempo, os bons frutos que aquela, sem dúvida, produziria.

O sucesso do modelo administrativo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek - representado pela construção de Brasília -, as várias dificuldades enfrentadas por Jânio

Quadros, a ascensão e a queda de João Goulart e o milagre econômico nacional foram outros momentos determinantes à evolução do caminho percorrido pelo Brasil ao largo de sua recente história.

A voraz repressão impingida pela censura balizou o país por certo tempo. O Período Militar e a estagnação econômica perpassaram nossa nação na chamada “Década Perdida” (anos 80), mobilizando, dessa maneira, artistas das mais diversas áreas, intelectuais, indivíduos integrantes da Igreja - não só da religião católica - e partidos políticos a lutar pela redemocratização nacional: surge o movimento das “Diretas Já”, o qual surte efeito positivo e desencadeia, posteriormente, a eleição presidencial de Tancredo Neves. Em virtude de um inesperado problema de saúde, falece Tancredo, assumindo o cargo de Presidente da República José Sarney. Intervenções monetárias como o Plano Cruzado, o Plano Bresser e o Plano Verão foram feitas pelo governante com a finalidade de permitir que nosso país prosperasse economicamente. Os bons resultados, entretanto, foram mera utopia, visto que a alta inflação dificultava o real avanço nacional.

A eleição do “caçador de marajás” Fernando Collor de Melo (seguida de seu processo de impeachment) e a posse de seu vice Itamar Franco foi mais um momento de tensão vivido pelo Brasil, pois em meio às incertezas, a nação necessitava, com urgência, ter uma era de plena expansão. As duas campanhas vitoriosas de Fernando Henrique Cardoso - idealizador do Plano Real - e a eleição e reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva foram fundamentais para que o Brasil avançasse, em todos os segmentos sociais, e amadurecesse politicamente, propiciando à Dilma Rousseff a nobre oportunidade de ser a primeira mulher a assumir o cargo de Presidenta da República.

Entre fracassos e sucessos, equívocos e decisões acertadas, instabilidades e desenvolvimento, o Brasil República chega à atualidade sendo uma das nações mais promissoras do mundo. A total confirmação do êxito brasileiro cabe ao destino revelar, pois é através da mescla entre passado e presente que se projeta, esperançosamente, o futuro.

A etapa seguinte do nosso trabalho mostrará, biograficamente, a trajetória de Zilda Arns, suscitando aspectos fundamentais de sua vivência, facilitando a compreensão de seu discurso, o qual é apresentado nos momentos finais da próxima subseção.

4.3.1 A Heroína da Saúde Pública das Américas: Zilda Arns e seu discurso

A personagem sobre a qual recairá nossa atenção e enfoque biográfico na subseção que será, abaixo, desenvolvida é Zilda Arns. Dados informativos acerca de sua vida e obra -

além da apresentação de seu discurso - serão delineados por meio de nossa reflexão, sendo possível, por parte do leitor, a apreensão sobre quem foi e o que fez essa nobre mulher brasileira.

Proveniente de uma família simples, Zilda Arns Neumann nasceu no município de Forquilha, estado de Santa Catarina. Sua terra natal, antigamente, não dispunha de muitos recursos de saúde. O hospital mais próximo do lugarejo, por exemplo, ficava a mais ou menos três quilômetros, fato que acabava dificultando a busca por tratamento das mais simples às mais complexas enfermidades. E - se não bastasse isso - o único meio de transporte do qual dispunham os necessitados eram as singelas carroças dos moradores da região.

Jovem zelosa com os pais, Zilda sempre acatou, com respeito, os conselhos de seus genitores. Em 1954, aos vinte anos de idade, ela iniciou o curso médico na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná. Naquela turma de futuros profissionais da saúde havia 114 homens e apenas seis mulheres. Zilda Arns recebeu, em 1959, o diploma de conclusão do curso e tinha em suas mãos - a partir daquele instante - a condição necessária para o exercício de sua função.

Aos 33 anos de idade, a jovem médica conquistou (por intermédio da Sociedade Brasileira de Pediatria) o título de Pediatra, especialidade através da qual trabalhou no Hospital de Crianças Cezar Pernetta até o ano de 1964. Em seguida, foi conduzida à condição de diretora técnica da APM Saza Lattes, entidade não governamental que mantinha uma rede de 21 postos de saúde materno-infantil. Teve, também, essa incumbência profissional no Clube de Mães de Curitiba, o qual era mantido pela entidade beneficente Associação Saza Lattes.

No ano de 1979, Zilda Arns foi indicada ao cargo de coordenadora do Ano Internacional da Criança do Estado do Paraná, patrocinado pelo UNICEF e pelo Ministério da Saúde. Posteriormente - de 1980 a 1982 - a médica assumiu, também por indicação, a função de diretora do Departamento de Saúde Materno-Infantil do Estado do Paraná e de coordenadora das atividades das Secretarias de Estado envolvidas com o Programa de Saúde Escolar.

A coragem foi um dos traços mais marcantes da doutora Zilda. Assim que ela formou-se na Faculdade de Medicina, casou-se com o economista Aloysio Neumann, o qual faleceu, subitamente, em 1978. Buscando o sustento da família, a médica trabalhava - durante o dia - em um Posto de Saúde e, após as 18 horas, atendia até o último paciente em um consultório que ela mesma construiu nos fundos de sua casa. Assim, conseguiu criar os cinco filhos, todos detentores de formação universitária: Nelson é médico, Rubens é médico veterinário, Heloísa

é psicóloga e Rogério e Sílvia são administradores de empresas. Desse modo, quando a Pastoral da Criança¹⁷ foi criada (em 1983) os filhos de Zilda já não dependiam, ou dependiam pouco, da mãe.

A primeira atividade, por exemplo, da Pastoral da Criança ocorreu no município de Florestópolis, interior do Paraná. Lá havia um bolsão de miséria, no qual ocorriam 128 mortes para cada mil crianças nascidas vivas. Assim, a doutora Zilda Arns sugeriu, inicialmente, às mães, que fosse acrescida às refeições infantis uma multimistura obtida através da junção de farelo de trigo, casca de ovo e folhas verdes. Depois, ensinou que - em casos de desidratação - era necessária a utilização do soro caseiro. As mães foram estimuladas, ainda, a alimentar os filhos com leite materno. Ao final do processo, as crianças foram pesadas e, felizmente, a alta taxa de mortalidade infantil na região foi reduzida a quase zero. A doutora Zilda coordenou a Pastoral da Criança até a trágica data de sua morte.

A vida e as obras gloriosas de Zilda Arns Neumann foram premiadas com a indicação, no ano de 2001, a concorrer ao Prêmio Nobel da Paz. No mês de janeiro de 2002 - como forma de reconhecimento pelo trabalho transformador desenvolvido ao longo de todo o seu percurso profissional - ela foi condecorada com o honroso título de Heroína da Saúde Pública das Américas, conferido pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

O escritor Sérgio Diogo Giannini (2004, p. 147) sintetiza - em sua obra intitulada *Santos médicos, médicos santos* - por meio das palavras ditas por uma religiosa integrante de um colégio onde Zilda Arns fez parte de sua formação estudantil, a essência da médica. Naquela situação, a irmã dirigiu-se às alunas, dizendo que “com a grandeza de sua determinação, com seus conhecimentos médicos, com sua capacidade de motivar aqueles que a envolviam, a dra. Zilda realizou e realiza o trabalho dos santos. Garantimos que ela é uma médica santa”. A história arquitetada por Zilda Arns é, inquestionavelmente, um exemplo de que, com perseverança e com coragem, uma realidade menos opressora é possível de ser construída.

O discurso que na sequência apresentaremos (e que será mais adiante analisado) foi proferido por Zilda Arns no dia 29 de abril de 2002, em Washington, durante o recebimento do título de Heroína da Saúde Pública das Américas concedido à médica brasileira.

¹⁷A Pastoral da Criança surgiu como um braço assistencial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ela é uma organização não governamental, ecumênica, que une fé e preservação da vida, destinando-se a dar acompanhamento a crianças, famílias e gestantes carentes de todo o Brasil.

Em primeiro lugar, devo expressar minha profunda emoção por ser eleita uma das Heroínas das Américas deste último século, na área da Saúde Pública, e gostaria de dedicar este mais honroso Prêmio da OPAS a todos que trabalham com amor à causa e mais especialmente aos meus cinco filhos, Rubens, Nelson, Heloísa, Rogério e Sílvia.

Lembro-me da minha infância, na comunidade rural de Forquilha, interior de Santa Catarina, quando me sentava ao lado de minha mãe e a observava fazendo curativos, dando conselhos, aplicando e ensinando medicina caseira às mães e encaminhando os casos mais complicados ao Hospital mais próximo, a três horas de distância a cavalo. Lembro-me também do pavor que assolou a comunidade quando uma epidemia de varíola matou crianças e adultos: meu pai visitava as famílias, dando-lhes instruções sobre os cuidados com os doentes e a prevenção do contágio; quando chegou a vacinação, a cobertura foi total. Foi esse o meu primeiro contato com a saúde pública: a comunidade organizada, com lideranças motivadas, onde a igreja e a escola foram essenciais ao se aliarem à equipe de saúde para a erradicação da varíola.

Como a educação era a prioridade na minha família, aos onze anos fui a Curitiba para prosseguir meus estudos. Eu estava motivada a cursar medicina, ser missionária, navegar pelo maior rio do mundo, o Amazonas, e curar da malária aquelas famílias pobres que viviam em palafitas à beira dos rios; mas meu pai me dizia que eu deveria ser professora, pois a educação era o que mais faltava ao mundo. Minha mãe apoiava meus sonhos e dizia que valiam a pena. Quando cursava medicina, meu pai reclamava que deveria aprender muito mais sobre a prevenção das doenças, sobre a alimentação, as vacinas e a participação comunitária.

Desde o primeiro ano de medicina, trabalhava como voluntária, num hospital filantrópico. Sentia que os doentes me olhavam com ternura ao lhes tocar as mãos. Optei depois por prestar serviços voluntários no Hospital de Crianças Cesar Pernetta, que atendia principalmente crianças de famílias pobres e sem emprego.

Via todos os dias crianças desidratadas sendo medicadas com soro endovenoso; sofriam muito longe da família, naqueles leitos de dor e de abandono. Havia, na enfermaria de queimados, crianças gemendo; numa delas, a queimadura espalhada pelo rosto, peito e pernas, era conseqüência do derramamento do café quente de um bule. Na emergência, uma criança vinda de área rural com tétano, torcia-se em crises, e o pai, desesperado, perguntava: meu filho vai morrer? Pensava comigo: quais dessas crianças precisariam estar no hospital, se as famílias tivessem mais conhecimentos sobre a prevenção e se a Saúde Pública estivesse mais próxima do coração desse povo carente.

Quando me formei em medicina, fui nomeada para atender crianças menores de um ano no ambulatório daquele mesmo hospital. Foi meu primeiro emprego. Eu passava a maior parte do tempo ensinando e animando as mães nos cuidados com seus filhos e a clientela se tornava grande demais. Eu dizia às mães que consultassem com os outros médicos, pois sabiam muito mais do que eu, mas elas queriam consultar comigo, diziam que eu explicava bem.

Começava, nessa época, a descentralização dos serviços primários de saúde, talvez por influência do documento resultante das decisões tomadas na Conferência Internacional, realizada pela Organização Mundial de Saúde em Alma-Ata, Cazaquistão, em 1978 - esse livrinho me empolgava e me fortalecia. Na descentralização do Sistema de Saúde, fui designada a atender dois Postos de Saúde, em dias alternados. Não havia vacinas disponíveis; era freqüente aparecerem doenças infecto-contagiosas, como coqueluche, difteria e sarampo, além das diarreias e doenças respiratórias, que eram diárias. Apesar de orientar as mães para vacinar as crianças no Centro de Saúde da cidade, muitas não iam. Descobri que a atendente aconselhava que não fossem, porque seria perigoso “pegar” paralisia. Aprendi, com isso, que, em primeiro lugar, deveria instruir minha auxiliar.

Aos vinte dias da licença de gestação de meu segundo filho, que hoje é médico epidemiologista, vieram-me chamar para assumir a direção da rede de Postos de Saúde, que se expandia a vinte e uma comunidades, na periferia de Curitiba. Junto aos Postos de Saúde, implementei vinte e sete clubes de mães, dando a elas mais esta oportunidade de educação. Em diálogo com os médicos, foi feito um levantamento das doenças mais freqüentes e de que remédios poderiam ser fabricados pelo laboratório da Secretaria da Saúde. Verificou-se que, em muitos casos, a embalagem era mais cara que o conteúdo e, assim, a norma era as mães retornarem as embalagens ao Posto de Saúde. Solicitei também à Universidade Católica que fizesse o diagnóstico sócio-econômico da clientela e sua classificação per capita. Com esse instrumento, era possível cobrar uma taxa aos que podiam pagar, sem nunca ultrapassar 10% do valor de uma consulta particular, o que era facultado por ser uma entidade filantrópica, mantida técnica e financeiramente pela Secretaria de Saúde Pública. Assim foi implantada a política de medicamentos, a educação contínua dos recursos humanos e, mais especialmente, das mães mais pobres.

Constatee, nesses treze anos contínuos de direção, que uma equipe capacitada e motivada para a missão, bem como a presença periódica e amiga do diretor, anima e estimula a qualidade e a humanização dos serviços.

Em 1972, fui selecionada pelo Ministério da Saúde e pela OPAS para fazer o Curso de Pediatria Social, na Universidade de Antioquia, em Medellín, Colômbia. Lá fui, no início da gestação da minha filha caçula. Pude perceber a absoluta necessidade de planejar estratégias intersetoriais para superar problemas de Saúde Pública, como as drogas e a gravidez na adolescência.

Ao resolver fazer o Curso de Saúde Pública, na Universidade de São Paulo, em 1977, queria aprender mais e ter igualdade de condições nos debates com as lideranças da Secretaria de Saúde Pública.

Ao retornar à Secretaria de Saúde, fui trabalhar no Planejamento. Foi quando esta Secretaria me indicou para coordenar o Ano Internacional da Criança, promovido pelo UNICEF e Ministério da Saúde, em 1979. Solicitei liberdade para a criatividade, o que me foi concedido, desde que não precisasse de recursos financeiros. Chamei as principais lideranças de instituições com potencial de capilaridade: Igrejas, Prefeituras, Secretarias de Educação e da Agricultura (Emater). Escolhemos juntos quatro prioridades a serem o motivo do trabalho em conjunto, tendo como eixo a criança e sua família: aleitamento materno, vacinação, saneamento básico nas escolas e utilização da soja na merenda escolar e pelas famílias. Foram preparados textos básicos e cada estrutura procurava capacitar e mobilizar as suas lideranças, trabalhando unidas.

Acalmados os trabalhos do Ano Internacional da Criança, voltei à rotina do Planejamento. Foi quando rompeu, em União de Vitória, uma epidemia de Poliomielite. Fui chamada pelo secretário da Saúde, Dr. Oscar Alves, que queria ouvir-me junto com outros velhos e experimentados sanitaristas. Voltei da reunião com a incumbência de fazer o planejamento da campanha até o dia seguinte. Criei a metodologia de as principais lideranças se envolverem como atores no alcance das metas, trabalhando juntas. Não foi difícil criar os caminhos de organizar o acesso, a qualidade e a humanização nessa Campanha de Vacinação Sabin, tendo como parceiros os meios de comunicação de massa.

Foram mapeadas centenas de Postos de Vacinação, em locais acessíveis. Centros de referência microrregionais acompanhavam a qualidade dos trabalhos. O próprio Albert Sabin e os técnicos do Ministério da Saúde vieram observar a Campanha e ficaram satisfeitos. O grande sucesso desse trabalho, no Paraná, fez com que eu fosse chamada ao Ministério da Saúde para apresentar a metodologia e os resultados aos secretários e responsáveis pela vigilância sanitária dos estados, pois a epidemia já começava a se alastrar.

No retorno, fui convidada para dirigir o Departamento de Saúde Materno-Infantil do Estado do Paraná. Faltavam apenas dois anos de mandato e havia realmente muito o que

fazer. Desenhei uma estratégia para capacitar e motivar as enfermeiras, em primeiro lugar, para darem sustentação à qualidade dos treinamentos da frente de trabalho; em segundo lugar, os diretores e, depois, os médicos. Foram debatidas a missão, a humanização no atendimento, além de ações básicas como a prevenção de câncer na mulher, pré-natal e parto de qualidade; a reidratação oral e a vacinação de rotina. Eu mesma expunha sobre a importância do aleitamento materno, como tarefa a ser cumprida por toda a equipe de saúde. O resultado ficou acima das expectativas.

Em 1983, afastei-me do serviço público, pois já me comprometia com a nova missão de envolver a igreja na educação das famílias pobres para os cuidados com as crianças menores de seis anos e gestantes. Essa ação social, promovida pela Igreja Católica, com o apoio do UNICEF, foi denominada Pastoral da Criança.

Apesar de sempre me sentir feliz, em todos os trabalhos, essa foi a minha mais eficiente contribuição à saúde pública no Brasil, onde a Pastoral da Criança está consolidada em 32.743 comunidades de 3.555 municípios, pelo trabalho voluntário de 133.134 líderes comunitários, 90% deles mulheres pobres, capacitados e acompanhados por 6.648 equipes de coordenação, capacitação e acompanhamento, também treinadas para essa função, totalizando em torno de 155.000 pessoas voluntárias. A meta é a redução da mortalidade infantil, da desnutrição e da violência dentro das famílias; a construção da paz, pela promoção da cidadania dos excluídos, de seu acesso à saúde e à educação.

Juntamente com o Arcebispo de Londrina, Dom Geraldo Majella Agnelo, agora Cardeal Primaz do Brasil e Presidente da CNBB iniciei a Pastoral da Criança, em setembro de 1983, com o desafio de educar as famílias, através da igreja, para os cuidados com seus filhos, independente de sua religião, cor ou partido político. O trabalho baseou-se na mística de transformar a fé na prática da fraternidade. A metodologia foi baseada no Evangelho de São João (Jo 6, 1-15), que versa sobre o milagre da multiplicação dos cinco pães e dois peixes, que saciaram cinco mil pessoas, após terem sido abençoados e repartidos a grupos de pessoas; e ainda sobraram doze cestos de restos. É assim que, na Pastoral da Criança, são organizadas as pequenas comunidades, identificados líderes que queiram assumir de forma voluntária esse trabalho e ajudados esses voluntários a viver uma mística de fraternidade, tendo como missão multiplicar os conhecimentos e a solidariedade entre as famílias vizinhas.

Três são os instrumentos principais usados para a multiplicação do conhecimento e da solidariedade: a) visita mensal a mais de 1 milhão de famílias; b) o Dia do Peso, chamado de Dia da Celebração da Vida; c) Reunião mensal de líderes em mais de 32 mil comunidades,

para análise dos esforços e resultados, usando o método pedagógico do “ver, julgar, agir, avaliar e celebrar”, popularmente utilizado pelos movimentos sociais.

Complementando as ações básicas de saúde, são realizadas ações complementares, como a educação para a Paz, pela promoção da auto-estima e das relações humanas. Por causa do grande número de líderes comunitárias e mães analfabetas, a Pastoral da Criança iniciou, há 12 anos, o programa de Alfabetização de Jovens e Adultos que, em 2002, conta com mais de quarenta mil alunos.

A recuperação de milhares de crianças e gestantes desnutridas é resultado do conjunto de ações básicas, regado pela solidariedade e melhoria da auto-estima. A comunidade também se mobiliza em torno da questão nutricional, por meio de um intenso programa de enriquecimento da alimentação, a partir do uso de alimentos regionais de baixo custo e alto valor nutritivo. É um trabalho educativo que resgata a cultura alimentar local e combate o desperdício, aproveitando de forma integral os alimentos.

A Pastoral da Criança, pelas suas ações simples, de baixo custo e replicáveis em larga escala, reduziu a Mortalidade Infantil em mais de 60%. Em 2001, a entidade registrou a média de 13 mortes por mil nascidos vivos nas comunidades que acompanha, contra a média geral do país de 34,6 por mil, segundo o Unicef. A boa notícia está correndo mundo a fora: quatorze países, de três continentes, já estão desenvolvendo a Pastoral da Criança, tendo como referência o Brasil: Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, na África; Timor Leste e Filipinas, na Ásia; Paraguai, Peru, Venezuela, Bolívia, Equador, Colômbia, Argentina, Chile e iniciando também no México, na América Latina. Os pontos-chave do sucesso da Pastoral da Criança são, principalmente: a) fidelidade aos objetivos; b) materiais educativos disponíveis gratuitamente a todos seus agentes; c) sistema de capacitação descentralizado, com controle nacional; d) Sistema de Informação simples e ágil, com retorno de estímulos informatizados às bases, o que permite acompanhar e medir o impacto pela análise de indicadores como: nutrição da gestante, baixo peso ao nascer, aleitamento materno exclusivo aos quatro meses, incidência da diarreia e utilização do soro caseiro, vacinação completa para a idade, crianças pesadas no mês e desnutridas, além de outros relacionados ao desenvolvimento infantil; e) articulação com o sistema de saúde e outros parceiros - o Ministério da Saúde é responsável por 73% dos recursos da Pastoral da Criança e a Rede Globo de Televisão, junto com o UNICEF, por 5,5%; f) baixo custo: menos de meio dólar por criança / mês; g) a comunidade, através de seus líderes, é protagonista da transformação social; esta é a principal causa do sucesso.

A Pastoral da Criança também participa do controle social, atuando nos Conselhos de Saúde, nos diversos níveis, para a correta aplicação dos recursos públicos.

Na experiência da Pastoral da Criança, a multiplicação do saber e da solidariedade, entre a população pobre e miserável, alavancou os serviços de saúde e faz com que os excluídos da comunidade se incluam como protagonistas na construção de um mundo mais justo e fraterno, gerando a PAZ.

FIGUEIREDO, Carlos. **100 discursos históricos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2003, p. 526-533.

Findada a apresentação, portanto, dos momentos históricos, dos personagens e dos discursos produzidos por tais autores, explicitaremos - na etapa seguinte deste trabalho - os procedimentos que balizarão a execução metodológica a ser posta em ação no momento de análise das amostras constituintes do *corpus* de pesquisa.

5 A METODOLOGIA DE PESQUISA E DE ANÁLISE DO *CORPUS*

A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente.

As palavras de A. F. Chalmers¹⁸ (1997) ilustram a essência do fazer científico: o exercício de verificação - realizado a partir da observação de determinado objeto investigativo - calcado na materialidade e na objetividade, distanciando, assim, o pesquisador de crenças sem fundamentação e com baixo nível de assertividade.

Este capítulo de nosso exercício de investigação tem a finalidade de amparar, metodologicamente, a atividade de análise que será desenvolvida. Há de se mencionar, inicialmente, que a ramificação da ciência da língua que adotamos como condutora de nossos estudos (a Linguística Textual) não possui uma metodologia própria de análise do *corpus*. Isso não impossibilita e tampouco dificulta nossa tarefa científico-exploratória, haja vista que elaboraremos um método analítico específico acerca de nosso objeto de estudos.

A atividade de pesquisa que construiremos auxiliará não somente a academia, mas também os leitores oriundos do universo extra acadêmico a compreender, por exemplo, que a

¹⁸Alan Chalmers nasceu em Bristol, Inglaterra, em 1939, e formou-se em Física, antes de se dedicar aos estudos da Filosofia e da História. Publicou inúmeros artigos sobre problemas científicos e a obra que lhe granjeou reputação internacional: *What is this thing called Science?*. Naturalizado australiano, é hoje professor de História e Filosofia da Ciência na Universidade de Sydney.

intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita (nosso objeto fundamental de análise) não pode ser estudada apenas em seu sentido genérico. Faremos, em virtude disso, um recorte a partir do conceito de intertextualidade, direcionando nosso escopo investigativo aos aspectos referentes à intertextualidade que a linguista Koch (2007) nomeia como *stricto sensu*, priorizando as tipologias temática e explícita. Postulados teóricos formulados por estudiosos como Samoyault (2008) e Paulino (2005) também terão influência no que tange à exploração analítica que - em breve - faremos.

Essa atividade acadêmico-científica colaborará, de forma mais particularizada, para que os usuários do sistema linguístico possam compreender que, quando se discute sobre a intertextualidade, não é possível concebê-la apenas como uma simples relação entre textos. Nossa pesquisa tem, também, considerável relevância social. À medida que nosso objeto de estudos - a intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita - valoriza a conexão e a sobreposição de textos, ele incentiva, não obstante, a propriedade inclusiva da língua, a qual nos motiva a não permitir que os textos atuem como elementos dissociados frente a um mesmo sistema de comunicação, mas sim como elementos conexos e sincrônicos.

Torna-se perceptível, diante disso, que - por meio de seu caráter bibliográfico - a investigação que faremos contribuirá com as ciências de estudos referentes ao texto ao passo que possibilitará depreender o funcionamento da intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita, endossando os estudos já desenvolvidos acerca desses constituintes linguísticos.

O fazer científico exige, previamente, por conta do pesquisador, clareza quanto aos reais anseios de sua atividade de investigação. Nosso trabalho exploratório - a partir dos três discursos que compõem o *corpus* de análise - tentará, então:

a- investigar e, a partir disso, observar se a intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita se manifesta em todos os discursos. A fim de realizar essa tarefa, utilizaremos os conceitos idealizados por Koch (2007) acerca dessas subclassificações, demonstrando que a materialização intertextual é aspecto constituinte da essência dos textos, independentemente de sua tipologia ou de seu gênero.

b- comparar, ao final do percurso analítico, (entre os dois discursos de personagens masculinos e o discurso feminino) em qual dos dois gêneros a intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita se revela mais evidente. A investigação acerca desse objetivo específico estará calcada nos estudos realizados por Koch (2007), Samoyault (2008) e Paulino (2005).

c- examinar se o contexto histórico no qual cada um dos três discursos foi produzido é fator motivador da presença ou da ausência da intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita. O escopo de natureza teórica formulado por van Dijk (2012) sobre o contexto, o qual revela as

múltiplas relações que esse último estabelece com diferenciados elementos sociais - dentre eles com o próprio texto - será o condutor nessa etapa do trabalho exploratório.

d- avaliar como a intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita auxilia, em cada um dos discursos em que aparece, na construção dos sentidos.

e- verificar, também, se a presença da intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita é determinante à edificação semântica do gênero discurso e se sua eventual ausência não interfere, diretamente, nesse processo.

A ciência, a fim de obter sucesso em suas investigações, instiga o cientista a arquitetar uma metodologia de trabalho elaborada *a priori*, a fim de que sua tarefa exploratória logre êxito. Traremos à tona, então, mais alguns aspectos referentes à metodologia que será adotada na condução de nossas análises, a fim de que os resultados que almejamos sejam plenamente alcançados.

A pesquisa a ser desenvolvida possui natureza descritiva e qualitativa. O embasamento de ordem teórica referente à investigação descritiva baseia-se nos postulados de Cleber Cristiano Prodanov e Ernani Cesar de Freitas presentes na obra intitulada *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2009).

Acerca de tal tipologia de investigação, Prodanov e Freitas (2009, p. 63) argumentam que esse tipo de pesquisa acontece quando

o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento. Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação.

No que tange aos procedimentos referentes à metodologia investigativa, esta pesquisa classifica-se como bibliográfica, visto que se ampara em obras de cunho teórico que balizarão as reflexões acerca da intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita. A partir do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a investigação de ordem bibliográfica ocorre, de acordo com Prodanov e Freitas (2009, p. 68)

quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, Internet, com o objetivo de

colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa.

Há de se referir, não obstante, que nossa tarefa investigativa assume caráter qualitativo. Seguindo o modo de análise indutivo, a pesquisa dessa natureza, a partir das considerações de Prodanov e Freitas (2009, p. 81) é aquela que

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Quanto ao universo a ser pesquisado é interessante destacar que estudaremos a intertextualidade *stricto sensu*, focalizando - especificamente - as subclassificações temática e explícita. Essas subdivisões serão observadas e analisadas em três discursos presentes na obra *100 Discursos Históricos Brasileiros*, de autoria de Carlos Figueiredo¹⁹.

Após a leitura prévia do material bibliográfico pertinente à sustentação teórica do trabalho, procederemos à observação direta intensiva materializada no discurso de três personalidades históricas do Brasil: Gandavo, José Bonifácio e Zilda Arns.

Durante a realização da atividade analítica, adotaremos o seguinte percurso metodológico:

a- verificar, através de uma leitura analítico-exploratória, se os três discursos são portadores de intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita. A ausência de alguma dessas tipologias intertextuais não terá caráter negativo em nosso trabalho, sendo uma possibilidade investigativa.

b- a partir da identificação da intertextualidade do tipo *stricto sensu* temática e explícita, faremos uma sedimentação, agrupando - inicialmente - os fragmentos intertextuais temáticos inerentes aos três discursos. Em seguida, realizaremos a junção das ocorrências referentes à intertextualidade *stricto sensu* explícita integrantes dos três discursos que compõem nosso *corpus* de pesquisa.

¹⁹Carlos Figueiredo é poeta, contista, tradutor, redator, especialista em estratégias de comunicação, ex-Secretário da Participação e Descentralização do Estado de São Paulo, na administração Franco Montoro. É autor dos livros de poesia *Estranha Desordem* e *Goliardos* e da coletânea *100 Discursos Históricos*, dentre outras obras de diversos gêneros.

c- ao término da observação analítica constataremos se em cada um dos discursos, por exemplo, o contexto histórico interferiu no maior ou no menor número de ocorrências intertextuais *stricto sensu* temática e explícita, pois cremos que esse é um aspecto relevante ao trabalho.

d- faremos, diante disso, (após a identificação das ocorrências intertextuais *stricto sensu* temática e explícita presentes nos três discursos) remissão a diversificados aportes teóricos, aos quais adicionaremos reflexões que possam contribuir com a fortuna crítica dos estudos linguísticos.

O mecanismo de análise e de interpretação dos dados é aspecto fundamental à pesquisa, confirmando sua relevância ao universo científico no qual ela está inserida. Depois de realizada a análise relacionada ao aparecimento - ou não - de cada uma das duas subclassificações inerentes à intertextualidade *stricto sensu*, verificaremos como esse conceito foi revelado pelos três discursos constituintes de nosso *corpus* de pesquisa, podendo formular interessantes considerações.

Esse processo configura a sequência metodológica de investigação que seguiremos, rigorosamente, ao longo de nosso estudo, a fim de garantir credibilidade à pesquisa. Tal momento se constitui em etapa importante à reflexão até então elaborada, pois possibilitará à Linguística Textual (e à intertextualidade) a oportunidade de materialização em textos de diferentes épocas da história brasileira e permitirá, também, que possamos usufruir da junção que se estabelece entre o saber (conhecimento teórico) e o fazer - aplicações práticas realizadas a partir de um escopo bibliográfico.

A seção seguinte deste trabalho será o espaço através do qual será exposta a análise realizada acerca do *corpus* de pesquisa. Através dele os objetivos apresentados anteriormente serão postos à prova, revelando dados colaborativos ao processo investigativo que nos propomos construir.

5.1 A ANÁLISE DAS AMOSTRAS CONSTITUINTES DO *CORPUS* DE PESQUISA

O conteúdo deste espaço do trabalho trará à tona a análise que será realizada a partir dos três discursos que compõem o *corpus*²⁰ de pesquisa. Produzidos, respectivamente, no Período Colonial, Imperial e Contemporâneo por Pero de Magalhães Gandavo, José Bonifácio e Zilda Arns, esses textos serão observados a partir do amplo conceito de intertextualidade

²⁰ É importante mencionar que o *corpus* de pesquisa que selecionamos à construção desse trabalho foi apresentado - na íntegra - no capítulo anterior de nossa dissertação.

idealizado por Kristeva (1974), Samoyault (2008) e Paulino (2005), contemplando, também, a perspectiva atual de estudos sobre a intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita idealizada por Koch (2007, 2012), fazendo uso, além disso, de autores como van Dijk (2012), o qual julgamos essencial devido à construção de seu paradigma acerca da noção de contexto - aspecto indispensável à condução dessa tarefa.

Há de se fazer referência, inicialmente, ao fato que diz respeito à organização dessa seção. Em um primeiro momento, apresentaremos os fragmentos intertextuais *stricto sensu* temáticos dos três discursos, subdividindo-os do seguinte modo:

- 1- Fragmentos intertextuais *stricto sensu* temáticos integrantes do discurso de Pero de Magalhães Gandavo.
- 2- Fragmentos intertextuais *stricto sensu* temáticos integrantes do discurso de José Bonifácio.
- 3- Fragmentos intertextuais *stricto sensu* temáticos integrantes do discurso de Zilda Arns.

Realizada essa exposição, faremos a análise, a qual contemplará - simultaneamente - os três discursos, constituindo-se em prática integrada de reflexão.

Posteriormente, ilustraremos as construções intertextuais *stricto sensu* explícitas dos discursos, subdividindo-as da seguinte forma:

- 4- Fragmentos intertextuais *stricto sensu* explícitos integrantes do discurso de Pero de Magalhães Gandavo.
- 5- Fragmentos intertextuais *stricto sensu* explícitos integrantes do discurso de José Bonifácio.
- 6- Fragmentos intertextuais *stricto sensu* explícitos integrantes do discurso de Zilda Arns.

Após tal explanação, mobilizaremos aspectos de natureza teórica, a fim de que eles possam fundamentar a análise que delinearemos a partir das amostras previamente selecionadas. Torna-se possível, diante disso, apresentar - abaixo - as ocorrências que motivarão a atividade analítica:

- 1- Fragmentos intertextuais *stricto sensu* temáticos integrantes do discurso de Pero de Magalhães Gandavo:

a- “os mesmos escravos índios da terra buscam de comer para si e para os senhores, e desta maneira não fazem os homens despesa com seus escravos em mantimentos nem com suas pessoas”.

- 2- Fragmentos intertextuais *stricto sensu* temáticos integrantes do discurso de José Bonifácio:

a- “o primeiro é um novo regulamento para promover a civilização geral dos índios do Brasil, que farão com o andar do tempo inúteis os escravos”.

b- “o segundo, uma nova lei sobre o comércio da escravatura, e tratamento dos miseráveis cativos”.

c- “é tempo que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes”.

d- “A escravidão, senhores, a escravidão, porque o homem, que conta com os jornais de seus escravos, vive na indolência, e a indolência traz todos os vícios após si”.

e- “Além disto, a introdução de novos africanos no Brasil não aumenta a nossa população, e só serve de obstar a nossa indústria. Para provar a primeira tese bastará ver com atenção o censo de cinco ou seis anos passados, e ver-se-á que apesar de, entrarem no Brasil, como já disse, perto de quarenta mil escravos anualmente, o aumento desta classe é ou nulo, ou de mui pouca monta: quase tudo morre ou de miséria, ou de desesperação, e todavia custaram imensos cabedais, que se perderam para sempre, e que nem sequer pagaram o juro do dinheiro empregado”.

3- Fragmentos intertextuais *stricto sensu* temáticos integrantes do discurso de Zilda Arns:

a- “Em primeiro lugar, devo expressar minha profunda emoção por ser eleita uma das Heroínas das Américas deste último século, na área da Saúde Pública, e gostaria de dedicar este mais honroso Prêmio da OPAS a todos que trabalharam com amor à causa e mais especialmente aos meus cinco filhos, Rubens, Nelson, Heloísa, Rogério e Sílvia”.

É preciso destacar, ao início desta reflexão, que examinaremos todas as ocorrências intertextuais *stricto sensu* temáticas e explícitas em consonância ao contexto, adotando, para isso, o paradigma indiciário elaborado por van Dijk (2012). Essa estratégia permitirá que a observação acerca do *corpus* seja efetiva à medida que ampliará os horizontes de verificação, não limitando o enfoque analítico pormenorizadamente a cada fragmento portador de intertextualidade.

O trecho construído por Pero de Magalhães Gandavo em seu discurso faz alusão a uma temática significativa ao espaço cronológico do Período Colonial: a escravidão. Mesmo que tal prática fosse desenvolvida de modo mais “velado”, ela era posta em ação através da exploração da mão-de-obra indígena pelos portugueses. Os nativos da terra extraíam - por meio do trabalho árduo - as riquezas que eram conduzidas a Portugal via-colonizadores. O fragmento é detentor de intertextualidade *stricto sensu* temática ao passo que incorpora o próprio tema do discurso social vigente na época (as atividades escravocratas) em sua constituição gráfica.

Os cinco constructos elaborados por José Bonifácio são - sem exceção - intertextuais à medida que integram o espectro temático da época imperial à sua constituição. O principal aspecto que condiciona a instauração do intertexto *stricto sensu* temático na escrita de Bonifácio é o fato de a cena social brasileira daquela época ser perpassada pela escravidão, motivando - por parte dos inconformados - discursos inflamados em favor da liberdade. Sobre a noção de contexto, van Dijk (2012, p. 19) nos explica que “encarando-a como levemente mais formal do que certos conceitos correlatos como ‘situação’, ‘circunstâncias’ ou ‘entorno’, usemos a noção de ‘contexto’ sempre que queremos indicar que algum fenômeno, evento, ação ou discurso tem que ser estudado em relação com seu ambiente, isto é, com as condições e consequências que constituem seu entorno”. Tal afirmação nos possibilita contemplar os discursos que ora analisamos considerando o espaço no qual cada um deles foi produzido, estando ambos integrados, de uma maneira ou de outra, à sociedade da época de sua elaboração.

Há de se ressaltar que em todas as manifestações intertextuais *stricto sensu* temáticas integrantes do texto de José Bonifácio se faz menção ao mesmo tema, ou seja, à escravidão, reforçando o caráter apelativo que o discurso tinha em prol da abolição das atividades escravagistas constituintes do Brasil da época do II Império. Hoje, a calamitosa situação que vigorou outrora e que nos indignava já não assola de modo idêntico nosso país, fazendo-nos entender que, como revela van Dijk (2012, p. 20), “não compreendemos corretamente os fenômenos complexos sem compreender seu contexto”. O cenário social é, portanto, determinante à materialização da intertextualidade *stricto sensu* temática, pois é ele que permite ao protótipo textual original incorporar outro(s) discurso(s) em seu âmago constitutivo, transformando-se em elemento híbrido, abarcando - em sua interioridade - temas, como é o caso dos constructos verbais que estamos analisando, oriundos de diferentes esferas que integram a sociedade que os envolve.

O discurso de Zilda Arns que auxilia na composição de nosso *corpus* de análise foi proferido na cidade de Washington, nos Estados Unidos, em virtude do recebimento no ano de 2002 - pela médica - do título de Heroína da Saúde Pública das Américas. Naquela ocasião, a OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde) concedeu tal premiação à Zilda em virtude do excelente trabalho desenvolvido por ela frente à Pastoral da Criança no combate da mortalidade infantil no Brasil.

O texto lido ao público naquela situação pela doutora Zilda Arns possui apenas um fragmento intertextual *stricto sensu* temático. Ele aparece no início do discurso, mais especificamente no exato instante em que a médica faz menção à situação contextual de recebimento da condecoração, explicitando, primeiro, a nomenclatura do título a ela dado e, em seguida, a entidade que lhe legara tal premiação. Mesmo que o contexto de produção desse discurso seja distinto dos demais textos já analisados, ele está inserido em uma cena específica, “moldando” sua gênese de produção.

Na tentativa de dar ênfase à representatividade que possui o elemento contextual na instauração, por exemplo, da intertextualidade *stricto sensu* temática, fazemos uso das palavras de van Dijk (2012, p. 21), o qual deixa transparecer que “a contextualização é um componente fundamental de nosso entendimento da conduta humana, em geral, e da literatura e outros textos e discursos, em particular. Na verdade, os *con-textos* são assim chamados porque, etimologicamente, eles vêm *junto* com os ‘textos’”. A intertextualidade, diante disso, é uma propriedade que não se edifica de modo alheio ao contexto produtivo dos discursos, pois ela - de acordo com Samoyault (2008, p. 47) - “se escreve com a lembrança daquilo que é, daquilo que foi [...] movimentando sua memória e a inscrevendo nos textos por meio de um certo número de procedimentos de retomadas, de lembranças e de re-escrituras, cujo trabalho faz aparecer o intertexto”. O discurso, a intertextualidade e o contexto são, em definitivo, elementos fundamentais no que tange à arquitetura semântica textual, atuando como tríade indispensável à garantia do sucesso desse interessante processo linguístico.

A primeira etapa da análise nos motiva a fazer algumas considerações:

- a- a intertextualidade *stricto sensu* temática se manifestou em todos os discursos. Isso demonstrou que a materialização intertextual é aspecto inerente à essência dos textos, independentemente de sua tipologia ou de seu gênero.
- b- o contexto histórico (Período Colonial, Imperial e Contemporâneo) em que cada um dos três discursos foi produzido se revelou motivador da presença da intertextualidade *stricto sensu* temática, conduzindo um preponderante aspecto social ao interior de ambos os discursos.

c- a intertextualidade *stricto sensu* temática auxiliou cada um dos discursos nos quais apareceu a construir diferenciados sentidos. Tal fato linguístico foi possível a partir da relação estabelecida entre os três textos e a exterioridade, ou seja, o contexto de produção discursiva mobilizou essências semânticas variáveis, dependendo - cada uma delas - de aspectos como, por exemplo, a época de veiculação, os objetivos e a subjetividade de cada um dos três personagens da história nacional. A presença da intertextualidade *stricto sensu* temática foi, logo, determinante à edificação semântica do gênero discurso.

O próximo segmento deste trabalho fará reflexões de ordem analítica, reflexiva e bibliográfico-teórica acerca da intertextualidade *stricto sensu* explícita. Os fragmentos, agrupados de acordo com o autor que os produziu, são os que - na sequência - aparecem:

4- Fragmentos intertextuais *stricto sensu* explícitos integrantes do discurso de Pero de Magalhães Gandavo:

No texto escrito por Gandavo na época da colonização do Brasil não foi encontrado nenhum fragmento intertextual *stricto sensu* explícito.

5- Fragmentos intertextuais *stricto sensu* explícitos integrantes do discurso de José Bonifácio:

a- “Hoje em dia que Wilberforces e Buxtons trovejam de novo no Parlamento a favor da emancipação progressiva dos escravos, agitam-se outra vez os inimigos da humanidade como outrora”.

b- “Andou sempre devastando não só as terras da África e da Ásia, como disse Camões, mas igualmente as do nosso país”.

c- “Na Cochinchina não há escravos, e todavia a produção e exportação do açúcar já montava em 1750, segundo nos diz o sábio Poivre, a quarenta mil pipas de duas mil libras cada uma, e o seu preço era baratíssimo no mercado”.

d- “e todo governo (qualquer que seja a sua forma) que a não tiver por base, é como a estátua de Nabucodonosor, que uma pedra despreendida da montanha a derribou pelos pés;”.

e- “Para eles me aproveitei da legislação dos dinamarqueses e espanhóis, e mui principalmente da legislação de Moisés, que foi o único, entre os antigos, que se condeou da sorte miserável dos escravos, não só por humanidade, que tanto reluz nas suas instituições, mas também pela sábia política de não ter inimigos caseiros, mas antes amigos, que pudessem defender o novo Estado dos hebreus, tomando as armas, quando preciso fosse, a favor de seus senhores, como já tinham feito os servos do patriarca Abraão antes dele”.

6- Fragmentos intertextuais *stricto sensu* explícitos integrantes do discurso de Zilda Arns:

a- “O trabalho baseou-se na mística de transformar a fé na prática da fraternidade. A metodologia foi baseada no Evangelho de São João (Jo 6, 1-15), que versa sobre o milagre da multiplicação dos cinco pães e dois peixes, que saciaram cinco mil pessoas, após terem sido abençoados e repartidos a grupos de pessoas; e ainda sobraram doze cestos de restos”.

b- “Reunião mensal de líderes em mais de 32 mil comunidades, para análise dos esforços e resultados, usando o método pedagógico do “ver, julgar, agir, avaliar e celebrar”, popularmente utilizado pelos movimentos sociais.”.

Um interessante fato deve ser apontado no início desta segunda fase da análise: o discurso de Pero de Magalhães Gandavo não apresentou nenhuma situação intertextual *stricto sensu* explícita ao longo de sua constituição. Essa curiosa particularidade não comprometeu, porém, a edificação semântica textual, pois - descrevendo a terra recém “descoberta” à Coroa lusitana - Gandavo conseguiu manter a linearidade informativa, a qual perpassou o discurso nos dois momentos que o dão forma: **DOS COSTUMES DA TERRA** e **DAS QUALIDADES DA TERRA**. Tal peculiaridade não empobreceu e tampouco tornou menos original o excerto escrito por Pero de Magalhães Gandavo. Ao contrário disso: o discurso do Período Colonial se consolida, até a atualidade, como valioso documento histórico, haja vista que conseguiu, ainda naquele tempo, fazer uma espécie de “radiografia” do Brasil, trazendo à baila elementos da terra tupiniquim como, por exemplo, a vegetação, a água, o solo, o clima e as estações do ano, dentre outros.

O modo interpretativo individual frente ao discurso é condição essencial à identificação da intertextualidade, mesmo que essa se construa a partir da relação estabelecida entre a materialidade textual e a instância sócio contextual que envolve determinado elemento escrito. Frente a isso, Koch & Elias (2010, p. 78) explicam que identificar “a presença de

outro(s) texto(s) em uma produção escrita depende e muito do conhecimento do leitor, do seu repertório de leitura. Para o processo de compreensão e produção de sentido, esse conhecimento é de fundamental importância”. Ainda refletindo sobre a proximidade que há entre a tríade “texto, leitor e intertextualidade”, Koch (2012, p. 138) evidencia que para “a construção do sentido, faz-se necessário que o leitor/ouvinte seja capaz não só de perceber no texto a presença do intertexto, mas também a que título ele foi aí inserido”.

O discurso do “Patriarca da Independência” José Bonifácio apresenta cinco construções detentoras de intertextualidade *stricto sensu* explícita. Dois líderes políticos do Parlamento da Inglaterra (Wilberforces e Buxtons) são mencionados, explicitamente, no texto de Bonifácio, além de - em outros fragmentos - se fazer direta alusão a “dizeres” de Camões e do sábio Poivre. Referências à frágil estátua de Nabucodonosor e aos preceitos legais de Abraão também são traços materializados no discurso de José Bonifácio, conduzindo-nos à subclassificação tipológica intertextual *stricto sensu* explícita.

Sobre isso, Koch (2012, p. 137) explica que “todo texto é um objeto heterogêneo que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior. Dele fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que ele retoma, a que alude ou aos quais se opõe”. Nessa relação de positiva dualidade entre o texto original *versus* o espaço social é que se “molda” a intertextualidade, a qual hibridiza - simultaneamente - textos.

Aspecto indispensável à discussão acerca da intertextualidade *stricto sensu* explícita é perceber que se faz necessário interpretar suas eventuais ocorrências cristalizadas no(s) discurso(s) considerando, sempre, a influência que o contexto exerce sobre as produções escritas por determinado autor em uma época específica. A fim de confirmar teoricamente essa reflexão, fazemos emergir um escopo científico elaborado por van Dijk (2012, p. 34), o qual evidencia que os contextos “são construídos dos participantes, ou definições subjetivas das situações interacionais ou comunicativas [...] O que conta fundamentalmente para mim é realçar que essas situações sociais só conseguem influenciar o discurso através das interpretações (inter)subjetivas que delas fazem os participantes”. A intertextualidade *stricto sensu* explícita é, assim, um componente linguístico que estabelece estreita relação com o universo exterior ao texto, compondo - a partir disso - um panorama semântico que depende do contexto de produção discursiva para ser revelado.

O recurso de (intencionalmente ou não) “beber na fonte” da exterioridade contextual para compor o discurso foi utilizado em duas situações distintas por Zilda Arns. Em um primeiro momento, a médica fez uso de uma “passagem” bíblica para aludir ao trabalho feito

pela Pastoral da Criança, em parceria com a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) no combate à mortalidade infantil. Posteriormente, a doutora Zilda faz menção aos elementos que constituem a raiz ideológica do método pedagógico: “ver, julgar, agir, avaliar e celebrar”, compondo, gradualmente - em seu discurso - um paradigma que nos remete à intertextualidade *stricto sensu* inerente à tipologia explícita. É imprescindível recordar que Koch (2007, p. 28) nos mostra, nitidamente, que as “citações, referências e menções” são recursos que nos conduzem à explícita relação intertextual *stricto sensu*.

O discurso, mesmo que não possua construções intertextuais abundantes, vale-se de técnicas específicas para construí-las. Há de se considerar, de acordo com Gerard Vigner (2002, p. 32), “a importância do fenômeno da intertextualidade como fator essencial da legibilidade do texto literário e, a nosso ver, de todos os outros textos. O texto não é mais considerado só nas suas relações com um referente extratextual, mas primeiro na relação estabelecida com outros textos”. Os textos analisados (com exceção do formulado por Pero de Magalhães Gandavo) fazem uso, principalmente, de recursos estilísticos como, por exemplo, a alusão para garantir a eficiente produção de sentidos em face ao universo exterior. Paulino (2005, p. 29) sobre isso se posiciona, mostrando que a “alusão é um tipo de intertextualidade fraca, uma vez que se nota apenas uma leve menção a outro texto ou a um componente seu”. De um modo ou de outro, após ter sido realizada a observação analítica dos três discursos componentes do *corpus* de pesquisa, podemos afirmar, finalmente, acerca da intertextualidade *stricto sensu* explícita e temática que:

a- ela não se materializou em todos os discursos. Isso revela que a cristalização do elemento intertextual explícito nem sempre é uma realidade unânime aos textos.

b- ao término dessa trajetória é possível ver que - dentre os dois discursos de personagens masculinos e o discurso feminino - a intertextualidade *stricto sensu* explícita foi mais evidente no texto de José Bonifácio, totalizando cinco ocorrências. Concomitantemente a isso, a intertextualidade *stricto sensu* temática, a saber, também foi mais aparente no discurso de Bonifácio, instaurando-se por meio de cinco diferentes construções. Podemos afirmar, diante disso, que tanto a intertextualidade *stricto sensu* temática, quanto a explícita, foram mais constantes no discurso do gênero masculino.

c- o contexto sócio histórico no qual cada um dos três discursos foi produzido não atuou, exclusivamente, como elemento motivador da presença ou da ausência da intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita. O escopo teórico de van Dijk (2012) sobre o contexto auxiliou a revelar as relações que esse último elemento estabelece com os diferentes

componentes sociais - dentre eles com o próprio texto - não sendo, portanto, o momento histórico o único fator responsável pela instauração (ou não) do intertexto.

d- a intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita auxiliou, cada uma a sua maneira, os discursos em sua construção semântica. Não foi ela, entretanto, determinante à edificação da totalidade dos sentidos do gênero discurso, visto que sua ausência não interferiu, diretamente, em tal processo.

De modo geral, o conceito de intertextualidade revelou-se como escopo de estudos estável, pois sua definição não incorporou novos aportes teóricos que fossem capazes de modificar, radicalmente, sua essência constitutiva original.

As análises desenvolvidas foram importantes ao passo que permitiram testar as amostras integrantes do *corpus*, confirmando o preceito de que a intertextualidade *stricto sensu* é um traço linguístico inerente aos discursos, podendo - uma tipologia ou outra - manifestar-se com maior ou com menor incidência na interioridade textual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A língua - instância comunicativa acionada via-linguagem - diferencia o homem dos demais seres enquanto representante de uma espécie superior, dotada de racionalidade e, sobretudo, capacidade comunicativa-interacional. A elaboração do estudo (descritivo e qualitativo, balizado por exploração de cunho bibliográfico) que nos propusemos fazer, inserida nesse contexto, realizou reflexões acerca do aspecto linguístico denominado por Koch (2007) como intertextualidade *stricto sensu*, examinando, especificamente, duas tipologias inerentes a essa subclassificação: a temática e a explícita.

Importante é dizer que a pesquisa referente à intertextualidade *stricto sensu* e às suas tipologias foi pouco difundida no Brasil. Em consonância a esse paradigma, nossa dissertação auxiliará a fortuna crítica dos estudos da língua que têm o intertexto como elemento central de sua atividade laboral. Nossa pesquisa, assim, contribuirá para que a intertextualidade ganhe dimensões exploratórias mais amplas, facilitando o fazer-científico de estudiosos não só filiados à Linguística Textual (área do conhecimento sustentadora desse trabalho), mas pertencentes, também, a outras esferas culturais, as quais direcionam seus “olhares”, interesses e esforços ao texto.

A atividade exploratória que construímos permitirá à academia e aos leitores pertencentes ao universo extra-acadêmico compreender que o fenômeno da intertextualidade *stricto sensu* não pode ser estudado apenas em seu sentido genérico. É necessário perceber que ele não se configura como uma simples relação de sincronia ou de sobreposição de textos, mas sim como componente linguístico auxiliar à importante construção dos sentidos textuais. A ideologia inclusiva que se instaura na língua é, logo, mediada pela intertextualidade ao passo que essa não permite que a linguagem e o(s) texto(s) sejam elementos dissociados frente a um mesmo sistema comunicativo. Ela, ao contrário disso, possibilita que todos esses constructos estejam em plena conexão, manifestando-se - de um modo ou de outro - através de meandros específicos de funcionamento.

A fim de concretizar nosso propósito inicial, dividimos nosso trabalho em cinco capítulos. No primeiro deles ilustramos a trajetória de estudos desenvolvida, ao longo de 50 anos, pela Linguística do Texto, visto que é ela que engloba - em sua interioridade - a intertextualidade *stricto sensu* e suas tipologias. Nesse mesmo espaço mostramos como distintas perspectivas (pragmatismo, cognitivismo e sociointeracionismo) influenciaram essa área de estudos, determinando seu futuro no que tange aos próximos “passos” que ela dará no cumprimento de sua já tão sólida “caminhada”.

Em um segundo momento, abordamos a questão referente à intertextualidade. Inicialmente, fizemos reflexões que permitiram compreender sua essência genérica, delineando seu método específico de instauração em textos das mais diversas tipologias e gêneros. Feito isso, foi possível aprofundar nossa discussão acerca desse tópico, trazendo à tona a subclassificação intertextual *stricto sensu*, definindo - se assim se pode dizer - os contornos dessa multiforme “tatuagem” da língua.

O terceiro capítulo, intitulado *A natureza constitutiva do texto e do discurso* fez menção a representativos espaços de manifestação intertextual: o texto, o gênero e o discurso (interpretado, em todos os momentos de nosso trabalho, como um gênero textual). Tal contextualização foi importante à medida que possibilitou, primeiramente, diferenciar conceitualmente essa tríade e facilitou, depois, a compreensão de que a intertextualidade *stricto sensu* pode manifestar-se em qualquer um desses suportes integrantes do escopo linguístico de estudos.

A organização do quarto capítulo foi feita, metodologicamente, a partir da subdivisão desse espaço em diferentes momentos. Realizamos a explanação referente ao período histórico brasileiro (Colonial, Imperial e Contemporâneo) no qual viveu cada um dos personagens (Pero de Magalhães Gandavo, José Bonifácio e Zilda Arns) produtores dos discursos. Em seguida, revelamos traços biográficos inerentes à vivência de cada uma dessas personalidades, trazendo à tona o discurso (nosso *corpus* primordial de análise) proferido - em situações específicas - pelos seus autores.

No instante subsequente descrevemos a metodologia de pesquisa e de análise do *corpus* (três textos integrantes da obra *100 discursos históricos brasileiros*, de autoria de Carlos Figueiredo). Utilizamos, como fios-condutores dessa tarefa, os princípios teóricos elaborados por pesquisadores estrangeiros e nacionais como Chalmers (1997), além de Prodanov e Freitas (2009), os quais nos auxiliaram a verificar, de certa maneira, através da adoção de seus postulados, as amostras que, após serem examinadas - no quinto capítulo dessa dissertação - revelaram indícios como:

- a- a intertextualidade *stricto sensu* temática esteve presente em todos os discursos.
- b- o contexto histórico em que cada um dos discursos foi produzido motivou a instauração da intertextualidade *stricto sensu* temática, materializando aspectos sociais nos discursos.
- c- a intertextualidade *stricto sensu* temática auxiliou os discursos nos quais apareceu a edificar distintos sentidos. Isso foi possível graças à relação existente entre os três textos e a exterioridade. O contexto de produção discursiva mobilizou diferentes essências semânticas, dependendo - cada uma delas - de fatores como, por exemplo, a época de veiculação, os

objetivos e a subjetividade de cada um dos personagens da história nacional. A presença da intertextualidade *stricto sensu* temática foi, diante disso, fundamental à construção semântica dos discursos.

d- a intertextualidade *stricto sensu* explícita, por sua vez, não se manifestou em todos os discursos. Isso revelou que a presença do elemento intertextual explícito nem sempre é uma realidade inerente à totalidade dos textos.

e- ao findar essa exploração foi possível ver que - dentre os dois discursos de personagens masculinos e o discurso feminino - a intertextualidade *stricto sensu* explícita foi mais aparente no texto de José Bonifácio, totalizando cinco ocorrências. A intertextualidade *stricto sensu* temática também foi mais visível no discurso de Bonifácio, manifestando-se através de cinco diferentes construções. Podemos afirmar, portanto, que tanto a intertextualidade *stricto sensu* temática, quanto a explícita, estiveram mais presentes no discurso do gênero masculino.

f- o contexto no qual cada um dos discursos foi produzido não agiu, exclusivamente, como elemento responsável pela presença ou pela ausência da intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita. O escopo teórico de van Dijk (2012) acerca do contexto auxiliou a revelar as relações que esse último elemento estabelece com os diferenciados componentes sociais - dentre eles com o próprio texto - não sendo, logo, o momento histórico o único índice responsável pela instauração, ou não, do intertexto.

g- a intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita auxiliou, cada uma a seu modo, os discursos em sua edificação semântica. Não foi ela, porém, fundamental à construção da totalidade dos sentidos do gênero discurso, haja vista que sua ausência não interferiu, crucialmente, em tal processo.

A discussão teórico-reflexiva e analítica que nos propusemos realizar em nossa pesquisa acerca da intertextualidade *stricto sensu* temática e explícita será útil aos estudos linguísticos, pois permitirá, definitivamente, aprofundar as reflexões que - até o presente momento - foram feitas sobre ela pela academia.

Desde as investigações iniciais realizadas pelos precursores russos e franceses sobre o conceito de intertextualidade muito se tem discutido acerca desse elemento auxiliar à construção semântica textual. Sua natureza conceitual definida e estável favorecerá os estudos que possam - felizmente - ser ainda desenvolvidos, fomentando o espectro científico inerente à língua, à linguagem e ao texto.

O enriquecimento da fortuna crítica e a atenção particular à representativa perspectiva de inclusão, garantida via-língua, fazem da intertextualidade e de seus múltiplos microuniversos de manifestação um dos aspectos textuais mais promissores à pesquisa na

atualidade. É ela, finalmente, que - como “tatuagem” da língua - se materializa sobre a “pele” do discurso, instigando-nos, cientificamente, a explorá-la.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Irandé, 1937 - **Análise de textos: fundamentos e práticas** / Irandé Antunes. - São Paulo: Parábola Editorial, 2010. (Estratégias de Ensino; 21).

ARNS, Zilda. In: **100 discursos históricos brasileiros** / organização Carlos Figueiredo - Belo Horizonte: Editora Leitura, 2003, p. 526-533.

BAGNO, Marcos. Sobre peixes e linguagem. In: ANTUNES, I. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 11-12.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENTES, Anna Christina; REZENDE, Renato Cabral. Texto: conceitos, questões e fronteiras [com]textuais. In: SIGNORI, I.; BENTES, A. C. (Org.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 19-46.

BONIFÁCIO, José. In: **100 discursos históricos brasileiros** / organização Carlos Figueiredo - Belo Horizonte: Editora Leitura, 2003, p. 164-175.

BUZAID, Alfredo. **José Bonifácio: a visão do estadista**. Departamento de Imprensa Nacional: 1972.

CHALMERS, Alan F; 1939 - **O que é ciência afinal?** / A. F. Chalmers; tradução Raul Fiker: 1. ed. - São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 23-35.

CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de análise do discurso** / Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau. 3. ed. São Paulo: Contexto: 2012.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. São Paulo: Contexto, 2012.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita - elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: **Gêneros orais e escritos na escola** / tradução e organização Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. - - Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. - - (As faces da lingüística aplicada), p. 35-60.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Discurso e ideologia. In: SIGNORI, I.; BENTES, A. C. (Org.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 185-213.

ESPANCA, Florbela. A Uma Rapariga. In: **Poesia de Florbela Espanca, v.2** / Florbela de Alma da Conceição Espanca. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 100.

FIGUEIREDO, Carlos. **100 discursos históricos brasileiros** / organização Carlos Figueiredo - Belo Horizonte: Editora Leitura, 2003.

FIORIN, José Luiz. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, B.; SOUZA-e-SILVA, M. C. (Org.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012, p. 145-165.

GANDAVO. In: **100 discursos históricos brasileiros** / organização Carlos Figueiredo - Belo Horizonte: Editora Leitura, 2003, p. 76-78.

GIANNINI, Sérgio Diogo. **Santos médicos, médicos santos**. 1. ed. São Paulo: Editora Panda, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas** / Ingedore Grunfeld Villaça Koch. - São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção texto e linguagem).

_____. **Referenciação e discurso** / Ingedore Villaça Koch, Edwiges Maria Morato, Anna Christina Bentes (Org.). - São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. In: KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. (Org.). - São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Ler e compreender: os sentidos do texto** / Ingedore Villaça Koch e Vanda Maria Elias. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Flagrantes da construção interacional dos sentidos**. In: BRAIT, B.; SOUZA-e-SILVA, M. C. (Org.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012, p. 129-143.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil colonial**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 98 p.

_____. **História do Brasil imperial**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. 116 p.

_____. **História do Brasil contemporâneo**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 142 p.

MACHADO, Anna Rachel. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; ROTH, D. M. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 237-259.

MAINGUENEAU, Dominique. Discurso e análise do discurso. In: SIGNORI, I.; BENTES, A. C. (Org.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 135-155.

_____. **Gênese dos discursos** / Dominique Maingueneau; tradução Sírio Possenti. - São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 184 p. - (Lingua[gem]; 27).

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 19-38.

_____. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MEDEIROS, Martha. No mesmo barco. In: MEDEIROS, M. (Org.). **Non-stop**. Porto Alegre: L&PM, 2001, p. 253-254.

MEURER, J. L. Gêneros Textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; ROTH, D. M. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 81-106.

MONDADA, Lorenza. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 11-31.

NASCIMENTO, Evando. Texto, textualidade, contexto. In: SIGNORI, I.; BENTES, A. C. (Org.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 109-131.

PAULINO, Graça. **Intertextualidades**. Graça Paulino, Ivete Walty, Maria Zilda Cury. São Paulo: Formato, 2005.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. - São Paulo: Martins Fontes, 1993. - (Texto e Linguagem).

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; ROTH, D. M. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 152-183.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; ROTH, D. M. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 184-207.

SAMOYAUULT, Tiphaine, 1968 - **A intertextualidade** / Tiphaine Samoyault; tradução Sandra Nitrini. - São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. 160 p. - (Linguagem e Cultura; 40).

SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). **Gêneros orais e escritos na escola** / tradução e organização Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. - - Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. - - (As faces da lingüística aplicada), p. 19-34.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Os gêneros escolares - das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). **Gêneros orais e escritos na escola** / tradução e organização Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. - - Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. - - (As faces da lingüística aplicada), p. 61-78.

TATUAGEM: Hollanda, Chico Buarque de. Disponível em: <letras.mus.br/chico-buarque/45179/>. Acesso em: 30 mai. 2012.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística** / R. L. Trask; tradução Rodolfo Ilari; revisão técnica Ingedore Villaça Koch, Thais Cristófaró Silva. 3. ed. - São Paulo: Contexto, 2011.

VIGNER, Gerard. Intertextualidade, norma e legibilidade. In: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI, P. (Org.). **O Texto: leitura e escrita**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002, p. 31-38.